

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2022

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	07
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	08
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	09
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	11
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12

Notas Explicativas

1 CONTEXTO OPERACIONAL	13
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	17
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	20
4 ASSUNTOS REGULATÓRIOS	51
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	55
6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	56
7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)	57
8 VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS (CONSOLIDADO)	59
9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR (CONSOLIDADO)	62
10 PARTES RELACIONADAS	63
11 INVESTIMENTOS	66
12 ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (CONSOLIDADO)	70
13 IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)	71
14 INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)	72
15 ATIVO DE CONTRATO (CONSOLIDADO)	75
16 FORNECEDORES (CONSOLIDADO)	76
17 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	78
18 DEBÊNTURES	85
19 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (CONSOLIDADO)	90
20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	91
21 DIVIDENDOS A PAGAR (CONTROLADORA)	95
22 VALORES A PAGAR DE ACORDO COM O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – EQUATORIAL PARÁ	96
23 PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS, TRABALHISTAS, REGULATÓRIOS E AMBIENTAIS (CONSOLIDADO)	98
24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102
25 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO)	108
26 CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (CONSOLIDADO)	111
27 ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA (CONSOLIDADO)	112
28 OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS (CONSOLIDADO)	112
29 RESULTADO FINANCEIRO	113
30 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (CONSOLIDADO)	114
31 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	137
32 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	159
33 SEGMENTO DE NEGÓCIOS	161
34 COMPROMISSOS FUTUROS	163
35 CRÉDITOS ESPECIAIS - FUNAC	163
36 EVENTOS SUBSEQUENTES	165

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Energia S.A.
São Luís - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 35 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que a Companhia mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber “Créditos especiais – Funac”, no montante de R\$ 711.166 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da controlada CELG Distribuição S.A. - CELG D, relativos aos fatos geradores ocorridos até a venda do controle acionário da atual controlada para a Eletrobrás que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17.555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita de energia distribuída mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 1.158.654 mil em 31 de dezembro de 2022 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho relacionado aos controles internos da Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) utilização dos nossos especialistas em auditoria de sistemas para nos auxiliar nos testes da integridade, da precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; e (iv) recálculo da estimativa da receita de fornecimento não faturado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Combinações de negócios

Conforme detalhado nas notas explicativas 3.1.1.1 e 3.1.1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Equatorial Energia S.A., concluiu em 03 de março de 2022 e em 29 de dezembro de 2022 o processo para as aquisições dos controles acionários da Echoenergia Participações S.A. (“Echoenergia”) e “da CELG Distribuição S.A. – CELG D (“CELG”), respectivamente. A contraprestação transferida por essas aquisições monta, respectivamente, R\$ 7.008.993 mil e R\$ 1.513.129 mil. Estas transações foram contabilizadas de acordo com o método de aquisição (CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios/IFRS 3 - Business Combinations). A aplicação do método da aquisição envolve um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizaram as operações, e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição dos controles acionários das companhias adquiridas, e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas; (ii) análise das informações financeiras das companhias adquiridas e discussão com a Administração acerca da consistência das políticas e estimativas contábeis significativas, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e dos saldos contábeis das adquiridas nas datas das aquisições; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em modelos de avaliação, analisamos análise das premissas e metodologia utilizadas pela Companhia, relacionadas à mensuração dos valores justos, na data da aquisição, dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo àquelas que envolveram a preparação de informações financeiras prospectivas das adquiridas; (v) revisão dos relatórios das diligências (“due diligences”) conduzidas pela Companhia com auxílio de especialistas externos; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação ao tema.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento dos efeitos contábeis das combinações de negócios e suas respectivas divulgações, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas aplicadas sobre as combinações de negócios pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 29 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC CE-001042/F



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	460.753	541.415	3.166.362	2.996.589
Aplicações financeiras	6	26.578	2.306.880	4.714.434	7.374.627
Contas a receber de clientes	7	-	-	7.689.205	5.476.221
Aquisição de combustível - conta CCC		-	-	84.236	63.197
Serviços pedidos		-	-	656.979	605.958
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	394.179	698.729
Impostos e contribuições a recuperar	9	35	35	1.426.692	1.215.975
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		53.313	18.776	612.529	305.935
Dividendos a receber	10	382.410	604.025	-	6.036
Devolução de capital social a liquidar	10	312.647	-	-	-
Almoxarifado		-	-	278.860	203.710
Depósitos judiciais	23	695	283	5.711	4.025
Instrumentos financeiros derivativos	31.4	-	-	88.972	293.020
Outras contas a receber		56.940	12.129	1.133.164	1.051.710
Ativo de contrato	15	-	-	1.437.976	1.394.297
Total do ativo circulante		1.293.371	3.483.543	21.689.299	21.690.029
Não circulante					
Aplicações financeiras	6	-	-	538.139	116.363
Contas a receber de clientes	7	-	-	1.048.922	1.221.295
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	61.921	697.926
Impostos e contribuições a recuperar	9	20	-	3.491.238	972.804
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		22.801	24.180	115.858	117.237
Serviços pedidos		-	-	54.235	19.076
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	2.277.811	939.618
Depósitos judiciais	23	170	172	653.611	470.060
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		-	-	85.120	85.120
Benefício pós-emprego	30	-	-	32.616	29.144
Instrumentos financeiros derivativos	31.4	585.313	413.131	589.564	540.603
Outras contas a receber		121.691	129.192	660.538	213.258
Investimentos	11	20.353.467	12.018.253	27.047	170.594
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	10.034.604	7.514.655
Imobilizado	13	3.230	2.908	4.984.105	229.079
Intangível	14	6.284	3.401	29.245.320	15.836.076
Direito de uso		-	504	155.204	52.982
Ativo de contrato	15	-	-	14.872.245	10.798.381
Total do ativo não circulante		21.092.976	12.591.741	68.928.098	40.024.271
Total do ativo		22.386.347	16.075.284	90.617.397	61.714.300

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	2.655	2.957	4.397.501	3.941.851
Fornecedores - Risco sacado (convênio)	16.1	-	-	331.953	165.903
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		643	547	236.985	192.689
Empréstimos e financiamentos	17	501.404	-	9.402.827	2.626.566
Debêntures	18	125.480	12.247	1.406.261	961.010
Impostos e contribuições a recolher	19	2.221	3.644	1.229.154	1.161.032
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		42	116	343.418	216.541
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	195.764	-
Dividendos a pagar	21	381.207	648.864	468.800	771.321
Contribuição de iluminação pública		-	-	154.807	89.889
Encargos setoriais		-	-	566.210	477.696
Participação nos lucros		16.973	18.328	148.764	140.497
PIS e COFINS diferidos	20.5	-	-	56.919	-
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	-	-	43.829	34.512
Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	23	-	-	601.291	526.133
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		-	-	1.235.312	719.648
Benefício pós-emprego	30	-	-	72.111	80.064
Instrumentos financeiros derivativos	31.4	-	-	41.775	5.116
Passivo de arrendamento		-	153	29.643	25.875
Outras contas a pagar		4	6	1.136.525	853.100
Total do passivo circulante		1.030.629	686.862	22.099.849	12.989.443
Não circulante					
Fornecedores	16	-	-	330.514	178.699
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	17.103.172	12.174.889
Debêntures	18	4.428.580	2.436.140	13.271.265	9.640.470
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	690.667	36.592
Impostos e contribuições a recolher	19	-	-	2.689.205	2.517.663
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	199.006	140.515	2.493.928	2.366.195
PIS e COFINS diferidos	20.5	-	-	1.117.292	1.084.678
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	-	-	905.743	894.782
Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	23	-	-	5.337.621	1.608.790
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		-	-	3.717.709	2.057.700
Benefício pós-emprego	30	-	-	1.112.845	1.081.835
Encargos setoriais		-	-	208.546	88.336
Provisão para perda em investimento	11	78.369	17.039	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31.4	-	-	282.486	46.767
Passivo de arrendamento		-	364	90.232	31.735
Outras contas a pagar		35.410	38.003	599.343	311.254
Total do passivo não circulante		4.741.365	2.632.061	49.950.568	34.120.385
Patrimônio líquido					
Capital social	24				
Adiantamentos para futuro aumento de capital	24.1	8.872.296	4.655.287	8.872.296	4.655.287
Ações em tesouraria		7.147	-	7.147	-
Reservas de capital	24.5	(642.725)	(642.725)	(642.725)	(642.725)
Reservas de lucros	24.2	187.518	155.745	187.518	155.745
Ajuste de avaliação patrimonial	24.3	8.245.816	8.860.055	8.245.816	8.860.055
	24.4	(55.699)	(272.001)	(55.699)	(272.001)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		16.614.353	12.756.361	16.614.353	12.756.361
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.952.627	1.848.111
Total do patrimônio líquido		16.614.353	12.756.361	18.566.980	14.604.472
Total do passivo e patrimônio líquido		22.386.347	16.075.284	90.617.397	61.714.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas		-	-	25.699.609	22.917.902
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		-	-	1.432.898	1.322.984
Receita operacional líquida	25	-	-	27.132.507	24.240.886
Energia elétrica comprada para revenda	27	-	-	(10.921.316)	(12.393.249)
Custo de construção		-	-	(5.153.279)	(3.048.409)
Custo da operação		-	-	(2.491.141)	(1.903.752)
Custos de energia elétrica, construção e operação	26	-	-	(18.565.736)	(17.345.410)
Lucro bruto		-	-	8.566.771	6.895.476
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	-	-	(789.078)	(597.431)
Despesas gerais e administrativas	26	(71.687)	(68.454)	(1.598.146)	(1.199.595)
(Perdas) reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	26	-	-	(264.995)	32.920
Resultado da equivalência patrimonial	11	1.797.781	3.558.641	-	66.976
Outras despesas operacionais, líquidas	28	(34.714)	(5.922)	(637.339)	(210.854)
Total de receitas (despesas) operacionais		1.691.380	3.484.265	(3.289.558)	(1.907.984)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		1.691.380	3.484.265	5.277.213	4.987.492
Receitas financeiras	29	364.627	463.743	3.498.413	2.239.703
Despesas financeiras	29	(623.578)	(113.016)	(6.082.889)	(3.057.761)
Resultado financeiro	29	(258.951)	350.727	(2.584.476)	(818.058)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.432.429	3.834.992	2.692.737	4.169.434
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20.4	-	-	(605.659)	(356.098)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20.4	(58.491)	(140.465)	(165.075)	489.173
Impostos sobre o lucro		(58.491)	(140.465)	(770.734)	133.075
Lucro líquido do exercício		1.373.938	3.694.527	1.922.003	4.302.509
Resultado atribuível aos:					
Acionistas da controladora		1.373.938	3.694.527	1.373.938	3.694.527
Acionistas não controladores		-	-	548.065	607.982
Lucro líquido do exercício		1.373.938	3.694.527	1.922.003	4.302.509
Lucro por ação básico - R\$	24.6	1,2490	3,7636		
Lucro por ação diluído - R\$	24.6	1,2423	3,7571		
Quantidade de ações ordinárias no final do exercício (em milhares de ações)		1.128.935	1.010.540		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.373.938	3.694.527	1.922.003	4.302.509
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(92.670)	(33.892)	(100.147)	(40.466)
Benefícios pós emprego - resultados atuariais	192.279	79.626	201.590	83.623
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	99.609	45.734	101.443	43.157
Total dos resultados abrangentes	1.473.547	3.740.261	2.023.446	4.345.666
Acionistas controladores	1.473.547	3.740.261	1.473.547	3.740.261
Acionistas não controladores	-	-	549.899	605.405
Total dos resultados abrangentes	1.473.547	3.740.261	2.023.446	4.345.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento s para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
						Legal	Reserva para investimento e expansão	Reserva de lucros a realizar	Reserva de dividendos adicionais					
Saldos em 31 de dezembro de 2020		3.489.736	-	(31.734)	118.307	148.754	5.605.846	1.224.792	159.532	(252.843)	-	10.462.390	1.816.097	12.278.487
Aumento de capital		1.165.551	-	-	-	(148.754)	(1.016.246)	-	-	-	-	551	10.000	10.551
Valor justo das opções de compra (<i>Vesting period</i>)		-	-	-	31.411	-	-	-	-	-	-	31.411	-	31.411
Mudança na participação relativa		-	-	-	6.027	-	-	-	-	-	-	6.027	(6.027)	-
Ações em tesouraria		-	-	(610.991)	-	-	-	-	-	-	-	(610.991)	-	(610.991)
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.687)	(10.687)
Aquisição de investimento - Transações entre acionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	888	-	888	(50.964)	(50.076)
Perda por recebimento desproporcional de dividendos - Transações entre acionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	(65.780)	-	(65.780)	-	(65.780)
Dividendos adicionais de 2020 distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(159.532)	-	-	(159.532)	(81.225)	(240.757)
Dividendos intermediários pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(313.501)	(313.501)
Realização da reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	-	-	(55.176)	55.176	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício														
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	-	-	(33.892)	-	(33.892)	(6.574)	(40.466)
Benefícios pós emprego - resultados atuariais		-	-	-	-	-	-	-	-	79.626	-	79.626	3.997	83.623
Destinação do lucro														
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.694.527	3.694.527	607.982	4.302.509
Constituição da reserva legal		-	-	-	-	184.726	-	-	-	-	(184.726)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	228.586	-	-	(877.450)	(648.864)	(120.987)	(769.851)
Constituição da reserva de investimento e expansão		-	-	-	-	-	2.632.351	-	-	-	(2.632.351)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.655.287	-	(642.725)	155.745	184.726	7.221.951	1.398.202	55.176	(272.001)	-	12.756.361	1.848.111	14.604.472
Aumento de capital	24.1	4.217.009	-	-	-	(184.726)	(1.250.000)	-	-	-	-	2.782.283	-	2.782.283
Redução de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.471)	(83.471)
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	7.147	-	-	-	-	-	-	-	-	7.147	-	7.147
Valor justo das opções de compra (<i>Vesting period</i>)	24.7	-	-	-	25.477	-	-	-	-	-	-	25.477	-	25.477
Opções de recompra		-	-	-	5.950	-	-	-	-	-	-	5.950	-	5.950
Mudança na participação relativa		-	-	-	346	-	-	-	-	-	-	346	(346)	-
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.599)	(9.599)
Aquisição de investimento - Transações entre acionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	(395)	-	(395)	-	(395)
Reversão de perdas em transação entre sócios	24.4	-	-	-	-	-	(117.088)	-	-	117.088	-	-	-	-
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(55.176)	-	-	(55.176)	(70.628)	(125.804)
Dividendos intermediários pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(181.334)	(181.334)
Realização da reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	-	-	(54.877)	-	-	-	(54.877)	-	(54.877)
Resultado abrangente do exercício														
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	24.4	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.670)	-	(92.670)	(7.477)	(100.147)
Benefício pós emprego - resultados atuariais	24.4	-	-	-	-	-	-	-	-	192.279	-	192.279	9.311	201.590
Destinação do lucro														
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.373.938	1.373.938	548.065	1.922.003
Constituição da reserva legal	24.3.1	-	-	-	-	68.697	-	-	-	-	(68.697)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(326.310)	(326.310)	(100.005)	(426.315)
Constituição de dividendos adicionais propostos	21	-	-	-	-	-	-	-	3.968	-	(3.968)	-	-	-
Constituição da reserva de investimento e expansão	24.3.2	-	-	-	-	-	974.963	-	-	-	(974.963)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		8.872.296	7.147	(642.725)	187.518	68.697	6.829.826	1.343.325	3.968	(55.699)	-	16.614.353	1.952.627	18.566.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.373.938	3.694.527	1.922.003	4.302.509
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	113	324	1.209.716	783.517
Amortização do direito de concessão	-	-	515.402	170.995
Resultado de equivalência patrimonial	(1.797.781)	(3.558.641)	-	(66.976)
Baixa de ativo de contrato, intangível, financeiro e imobilizado	-	-	179.371	91.881
Atualização do ativo de contrato e financeiro	-	-	(1.904.649)	(2.301.318)
Margem de construção - Transmissão	-	-	(98.418)	197.741
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	572.647	47.814	2.771.189	2.065.047
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	-	54.875	619.987	(61.218)
Realização futura de contratos de energia elétrica	-	-	48.704	40.942
Ajuste a valor presente	-	-	205.558	97.962
Perdas estimadas (revertidas) em créditos de liquidação duvidosa	-	-	264.995	(32.920)
Atualização financeira da provisão estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.903	5.915
Provisão e atualização de encargos setoriais	-	-	226.013	192.842
Provisão e atualização para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	-	-	(211.807)	(112.865)
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	(839.910)	(3.721.889)
Rendimentos de aplicações financeiras	(146.746)	(51.600)	(1.120.112)	(388.638)
PIS e COFINS diferidos	-	-	100.906	94.729
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	58.491	140.465	165.075	(489.173)
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	-	-	605.659	356.098
Valor justo das opções de compra	5.394	5.621	41.767	50.085
Opção de compra de ações	(172.182)	(413.131)	(172.182)	(413.131)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	264.330	(14.875)
Perda na alienação de investimento	36.461	-	36.461	-
Provisão da participação nos lucros	5.532	3.619	82.377	79.842
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	116.184	92.327
Provisão para perda de estoque	-	-	160.194	-
Recuperação de despesas	-	-	(45.674)	-
Atualização da Sub-rogação da CCC	-	-	-	(15.374)
	(64.133)	(76.127)	5.145.042	1.004.055
Variações em:				
Contas a receber de clientes	-	-	969.201	59.857
Aquisição de combustível - conta CCC	-	-	(21.039)	(22.693)
Serviços pedidos	-	-	1.925	(60.844)
Depósitos judiciais	(410)	(227)	(21.893)	(41.042)
Almoxarifado	-	-	(66.292)	(134.897)
Impostos e contribuições a recuperar	(20)	(1)	(469.320)	13.411
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(33.158)	(4.180)	(243.628)	(127.460)
Sub-rogação da CCC	-	-	-	214.559
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	1.978.887	1.561.095
Ativo de contrato	-	-	(5.659)	(221.140)
Outras contas a receber	(37.310)	(125.577)	370.111	(145.217)
Fornecedores	(302)	(30.050)	(929.557)	175.142
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	98	246	(302.874)	(26.564)
Impostos e contribuições a recolher	(1.497)	936	245.198	692.129
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-	-	(505.273)	(83.368)
Contribuição de iluminação pública	-	-	6.437	6.022
Encargos setoriais	-	-	(178.883)	(797.359)
Participação nos lucros	(5.343)	(4.139)	(73.396)	(66.421)
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	(57.531)	(101.393)
Riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais pagos	-	-	211.990	(6.578)
Outras contas a pagar	(4)	5	(147.311)	259.539
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	45.693	50.846
Recebimento de dividendos	1.557.085	1.401.307	7.875	54.318
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.415.006	1.162.193	5.959.703	2.255.997
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(63.436)	(5.773)
Juros pagos/recebidos	(452.331)	(74.231)	(2.428.760)	(945.963)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	962.675	1.087.962	3.467.507	1.304.261
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no ativo intangível e imobilizado	(3.277)	(2.246)	(235.188)	(974.100)
Adições de obrigações especiais	-	-	587.863	218.977
Aquisições no ativo contratual - Distribuidoras	-	-	(4.847.790)	(2.477.267)
Aumento de capital em investidas	(8.578.084)	(511.472)	-	-
Aquisição de investimentos	(118)	(3.818)	-	(51.088)
Alienação de investimentos	88.077	-	88.077	-
Caixa líquido adquirido na aquisição de investimento	-	-	(8.056.434)	129.055
Aumento (redução) de capital em investidas	450.883	750.000	(49.118)	-
Aplicações financeiras	2.427.048	(1.612.281)	3.773.819	(1.586.114)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(5.615.471)	(1.379.817)	(8.738.771)	(4.740.537)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	500.000	1.985.400	4.966.152	3.693.417
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(3.587.151)	(2.934.888)
Captação de debêntures	1.986.761	-	4.169.436	5.747.362
Amortização de debêntures	-	-	(1.928.333)	(447.854)
Amortização do passivo de arrendamento	(36)	(130)	(23.568)	(23.120)
Recebimento de instrumentos financeiro derivativos	-	-	159.796	91.806
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	-	-	(13.160)	(92.885)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.147	-	7.147	-
Aumento de capital	2.782.283	551	2.782.283	10.551
Dividendos pagos	(704.021)	(707.129)	(1.091.565)	(1.220.079)
Ações em tesouraria	-	(610.991)	-	(610.991)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	4.572.134	667.701	5.441.037	4.213.319
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(80.662)	375.846	169.773	777.043
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	541.415	165.569	2.996.589	2.219.546
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	460.753	541.415	3.166.362	2.996.589
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(80.662)	375.846	169.773	777.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	-	-	36.958.239	32.259.165
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(264.995)	32.920
Outras receitas	17	-	4.957	5.890
	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>36.698.201</u>	<u>32.297.975</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(16.074.595)	(15.441.658)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(46.418)	(45.369)	(2.110.337)	(1.399.085)
Variações das margens dos ativos de contrato	-	-	(118.080)	(450.851)
Subvenção - CCC	-	-	(38.269)	(48.353)
Outras despesas	(34.731)	(5.922)	(744.772)	(314.470)
	<u>(81.149)</u>	<u>(51.291)</u>	<u>(19.086.053)</u>	<u>(17.654.417)</u>
Valor (aplicado) adicionado bruto	<u>(81.132)</u>	<u>(51.291)</u>	<u>17.612.148</u>	<u>14.643.558</u>
Depreciação e amortização	(113)	(324)	(1.209.716)	(783.517)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>(81.245)</u>	<u>(51.615)</u>	<u>16.402.432</u>	<u>13.860.041</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	372.641	467.297	3.621.184	2.302.265
Resultado de equivalência patrimonial	1.797.781	3.558.641	-	66.976
Amortização do direito de concessão	-	-	(515.402)	(170.995)
	<u>2.170.422</u>	<u>4.025.938</u>	<u>3.105.782</u>	<u>2.198.246</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>2.089.177</u>	<u>3.974.323</u>	<u>19.508.214</u>	<u>16.058.287</u>
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	21.772	15.791	500.803	472.511
Benefícios	911	3.918	280.769	233.111
FGTS	294	209	92.283	115.571
Outros	-	-	-	2.701
	<u>22.977</u>	<u>19.918</u>	<u>873.855</u>	<u>823.894</u>
Tributos				
Federais	68.612	146.800	5.826.846	3.154.870
Estaduais	-	-	4.775.531	4.705.359
Municipais	-	-	9.300	9.184
	<u>68.612</u>	<u>146.800</u>	<u>10.611.677</u>	<u>7.869.413</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	572.637	102.000	4.302.411	2.471.075
Aluguéis	72	62	17.790	4.710
Outros	50.941	11.016	1.780.478	586.686
	<u>623.650</u>	<u>113.078</u>	<u>6.100.679</u>	<u>3.062.471</u>
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	330.278	877.450	430.283	998.437
Lucro retido no exercício	1.043.660	2.817.077	1.043.660	2.817.077
Participação dos não controladores no lucro retido	-	-	448.060	486.995
	<u>1.373.938</u>	<u>3.694.527</u>	<u>1.922.003</u>	<u>4.302.509</u>
Valor adicionado	<u>2.089.177</u>	<u>3.974.323</u>	<u>19.508.214</u>	<u>16.058.287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora” ou, conjuntamente com suas Controladas, referidas como “Grupo”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição, transmissão de energia elétrica e saneamento. A Companhia possui ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3) sob o *ticker* “EQTL3” e, desde 2008, participa do Novo Mercado.

1.1 Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Distribuição de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	Nº de consumidores*	Nº contrato de concessão	Prazo de concessão	Término da concessão
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 96,50%	Pará	2.913.209	182/1998	30 anos	28/07/2028
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 65,11%	Maranhão	2.676.731	060/2000	30 anos	28/08/2030
CELG Distribuição S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 99,96%	Goiás	3.293.377	063/2000	30 anos	06/07/2045
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	Sociedade anônima aberta	Indireta, 95,12%	Rio Grande do Sul	1.865.299	081/1999	30 anos	07/07/2045
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 94,94%	Piauí	1.422.073	001/2018	30 anos	17/10/2048
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 96,39%	Alagoas	1.325.190	002/2019	30 anos	18/03/2049
Companhia de Eletricidade do Amapá	Sociedade anônima fechada	Indireta, 99,98%	Amapá	198.994	001/2021	30 anos	23/11/2051
Transmissão de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado (sede)	Área de operação (linha de transmissão)	Nº contrato de concessão	Prazo de concessão	Término da concessão
Integração Transmissora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Brasília	Goiás e Tocantins	002/2006	30 anos	26/04/2036
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia	007/2017	30 anos	09/02/2047
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia	008/2017	30 anos	09/02/2047
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia e Piauí	010/2017	30 anos	09/02/2047
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia e Minas Gerais	012/2017	30 anos	09/02/2047
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia e Minas Gerais	013/2017	30 anos	09/02/2047
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia e Minas Gerais	014/2017	30 anos	09/02/2047
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 100%	Brasília	Pará	020/2017	30 anos	09/02/2047
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 100%	Brasília	Pará	048/2017	30 anos	20/07/2047
Saneamento:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado	Nº de consumidores*	Nº contrato de concessão	Prazo de concessão	Término da concessão
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 80%	Amapá	85.767	001/2021	35 anos	12/07/2057

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Geração de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado	Área de operação	Energia contratada (MWm)	Início outorga	Final outorga
Eólica Baixa Verde S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	6	11/08/2010	11/08/2045
Eólica Moxotó S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	8,4	18/04/2011	18/04/2046
Eólica Pedra do Reino S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	Bahia	10	30/06/2010	30/06/2045
Eólicatec Sobradinho S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	Bahia	6,8	03/08/2011	03/08/2046
Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	26/12/2018	26/12/2053
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	26/12/2018	26/12/2053
Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	26/12/2018	26/12/2053
Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	21/03/2019	21/03/2054
Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	21/03/2019	21/03/2054
Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	21/03/2019	21/03/2054
Vila Echoenergia Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	26/03/2019	26/03/2054
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	26/03/2019	26/03/2054
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Energia Solar SPE Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Piauí	Não operacional	-	(a)	-
Serra do Mel VIII Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Serra do Mel IX Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Serra do Mel X Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	15,3	25/11/2014	25/11/2049
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	14,2	25/11/2014	25/11/2049
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	14,5	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	14,6	28/11/2014	28/11/2049
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	15,7	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	13,3	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	10,7	28/11/2014	28/11/2049
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	9,5	27/11/2014	27/11/2049
Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	13,1	30/06/2011	30/06/2046
Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	14	08/07/2011	08/07/2046
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	13,5	08/07/2011	08/07/2046
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	14,1	04/07/2011	04/07/2046
Nova Ventos de Tianguá do Norte Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	13,1	04/07/2011	04/07/2046
Eólica Serra de Santana S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	8,1	17/08/2011	17/08/2046
Eólica Lagoa Nova S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	13,5	03/08/2011	03/08/2046
Eólica Seridó S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	12,7	11/08/2011	11/08/2046
Eólica Paraíso S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	9	02/05/2012	02/05/2047
Eólica Lanchinha S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	13,2	02/05/2012	02/05/2047
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	13,6	14/07/2014	14/07/2049
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	9	18/07/2014	18/07/2049
Eólica Pedra Rajada S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	11	02/04/2015	02/04/2050
Eólica Pedra Rajada II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	10,1	02/04/2015	02/04/2050
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Bahia	9,7	12/05/2016	12/05/2051
Eólica Boa Esperança I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	14,4	20/08/2015	20/08/2050
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	12/03/2020	12/03/2055

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Geração de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado	Área de operação	Energia contratada (MWm)	Início outorga	Final outorga
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S. A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S. A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	12/03/2020	12/03/2055
Ribeiro Gonçalves Solar V S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XVI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XVII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XIX S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XX S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XXI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	(a)	-
Comercialização de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado				
Solenergias Comercializadora de Energia S.A	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio de Janeiro				
Hélios Energia Comercializadora e Serviços Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Rio de Janeiro				
Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo				
Prestação de serviços:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado				
Equatorial Serviços S.A	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão				
Equatorial Telecomunicações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão				
Equatorial Geração Distribuída SPE S.A	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão				
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão				
E-Nova Instalação e Manutenção Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Maranhão				
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte				
Holdings de Distribuição de Energia, Geração, Saneamento e Transmissão:	Tipo de sociedade	Participação Societária	Estado				
Equatorial Energia Distribuição S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 90,15%	Maranhão				
Equatorial Transmissão S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Distrito Federal				
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão				
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão				
Equatorial Participações e Investimentos III S.A	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão				
Equatorial Participações e Investimentos IV S.A	Sociedade anônima fechada	Direta, 99,75%	Maranhão				
Echoenergia Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo				
Echo Holding I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará				
Ventos de São Clemente Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará				
Ventos de São Jorge Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará				
Serra do Mel Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo				
Serras Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte				
Ribeiro Gonçalves Solar Holding Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo				

(*) Referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre, não auditado.

(a) Empresas pré-operacionais e sem previsão para a entrada em operação ao longo do exercício de 2023.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas Companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

1.2 Impactos da Covid-19

A Companhia e suas controladas não identificaram efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Desde março de 2020, a Companhia e suas controladas adotaram medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, tendo retornado às suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

1.3 Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão interrompeu o fluxo comercial já estabelecido e desviou parte da demanda de importação de energia da Rússia para outros mercados e, recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Durante o exercício de 2022, o petróleo e o gás natural atingiram preços de US\$ 130/bbl e US\$ 13/mmbtu, respectivamente. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de aproximadamente 7% em relação a 31 de dezembro de 2021.

As ramificações desses eventos impactam as matrizes produtivas das economias globais por meio do aumento dos custos industriais e, paralelamente, há um aumento quase proporcional dos preços internos, desencadeando um aumento de taxa de juros (inflação), volatilidade dos preços dos insumos utilizados pelas controladas da Companhia e redução do poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e suas controladas e foram considerados quando da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As controladas da Companhia também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho da Administração da Companhia em 29 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e de apresentação e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos, incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Consolidação	Nota 3.1.2	Determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida; Determinação se um conjunto de atividades, ativos adquiridos e passivos assumidos atendem a definição de negócio, se houve a transferência de controle para o Grupo; determinação de valor justo de ativos e passivos adquiridos, bem como da contraprestação transferida. Maior detalhamento na nota indicada ao lado.
Combinação de negócios	Nota 3.1.1	Determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
Equivalência patrimonial em investidas	Notas 3.1.4 e 11	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativo de contrato e receita de operação e manutenção
Receita operacional líquida	Notas 3.2 e 25	Reconhecimento e mensuração sobre as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos
Provisões para ressarcimento	Nota 3.2.3	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
Ativo financeiro da concessão	Notas 3.4 e 12	
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	Notas 3.5, 8 e 31	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens
Intangível	Notas 3.6 e 14	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão
Imobilizado	Notas 3.7 e 13	Cálculo da depreciação do ativo imobilizado e provisão para desmobilização.
Ativo de contrato	Notas 3.8 e 15	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão
Benefício pós-emprego	Notas 3.11 e 30	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	Notas 3.123 e 20	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias
Contas a receber de clientes	Notas 3.14.1, 7 e 31	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia fornecida, porém não faturada;
Instrumentos financeiros	Notas 3.14 e 31	Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros
Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	Notas 3.17.1, 3.17.2.1, 7.2 e 31	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	Notas 3.19 e 23	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (mensuração e avaliação da probabilidade de perda)
Planos de opção de compra de ações	Notas 24.7 e 31.4	Probabilidade de exercício de opções
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	Notas 2.4.2 e 31.4	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não cotados em mercados ativos.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

2.4.2 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 31.3 – Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.21.2 – Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes.

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida pela aquisição de uma subsidiária compreende os seguintes componentes: (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) os passivos assumidos do negócio adquirido; (iii) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente, quando aplicável; e (iv) o valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na subsidiária, quando aplicável. A Companhia reconhece a participação de não controlador em uma subsidiária adquirida pela participação proporcional da participação dos acionistas não controladores nos ativos líquidos identificáveis a valor justo desta subsidiária.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Estimativas e julgamentos críticos

No processo de mensuração da combinação de negócio a Administração da Companhia aplica premissas e técnicas de avaliação nos principais elementos (ativos adquiridos e passivos assumidos) identificados na aquisição. Aplicação dessas premissas e técnicas de avaliação envolve julgamento por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e as características individuais dos elementos que estão sendo avaliados. Como resultado, o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos mensurados inicialmente na combinação de negócios podem sofrer variações significativas entre os resultados projetados pela Companhia e os resultados reais alcançados, estas variações podem ocorrer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, além do nível de crescimento e da taxa de desconto.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.1.1.1 Echoenergia Participações S.A.

Em 28 de outubro de 2021, foi assinado o contrato de compra e venda de ações entre a Companhia, na qualidade de compradora, e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de vendedor, nos termos do qual as partes acordaram a aquisição, pela controlada Equatorial Transmissão de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A. (“Echoenergia”). A conclusão da Operação estava sujeita a determinadas condições precedentes usuais, incluindo, entre outras, (a) aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica; (b) anuência de credores com relação à troca de controle direto e/ou indireto da Echoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pela Sociedade e suas controladas; e (c) aprovação em assembleia geral da Companhia nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 29 de novembro de 2021 transitou em julgado a aprovação da operação de compra e venda pelo CADE.

Em 03 de março de 2022, foi concluído o processo de compra e venda da Echoenergia e a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia, tornou-se titular de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia.

A aquisição de controle da Echoenergia permitirá o avanço do Grupo em sua estratégia de geração de valor, ampliando sua atuação no setor elétrico brasileiro com a abertura de uma nova avenida de crescimento através da geração de energia renovável.

Da data de aquisição: Desde a data da aquisição, a Echoenergia contribuiu com receita líquida de R\$ 839.557 e prejuízo de R\$ 16.568 às informações consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, ou seja, em 01 de janeiro de 2022, a Echoenergia teria contribuído com R\$ 979.306 de receita líquida e R\$ 71.146 de prejuízo do exercício.

(a) Contraprestação transferida

Conforme mencionado acima, no dia 03 de março de 2022 foi concluída a operação e a Equatorial Transmissão S.A. adquiriu 100% do capital social total e votante da controlada, em contrapartida ao pagamento à vista, via transferência bancária, no montante de R\$ 7.008.993, ao Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

(b) Custos de aquisição

Os custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 13.376 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição da Echoenergia é apresentada a seguir:

	Aquisição de controle
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	385.325
Aplicações financeiras (ativo não circulante)	404.457
Contas a receber de clientes	193.367
Almoxarifado	8.858
Impostos e contribuições a recuperar	1.370
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	21.172
Adiantamento a fornecedores	18.878
Despesas pagas antecipadamente	41.043
Outros ativos	239.838
Imobilizado	5.052.986
Intangível	5.490.592
Direito de uso	82.924
Passivos	
Fornecedores	(45.245)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(13.260)
Empréstimos e financiamentos	(2.936.214)
Debêntures	(1.242.452)
Impostos e contribuições a recolher	(9.549)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(16.566)
Pagamento baseado em ações	(222.008)
Provisão de ressarcimento	(165.905)
Outros passivos	(280.618)
Total dos ativos identificáveis, líquido	7.008.993
Ativos líquidos adquiridos (100,00%)	7.008.993
(-) Contraprestação paga	(7.008.993)
Ágio	-

Mensuração de valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, custos de reposição, fluxo de caixa descontado, entre outros.

As premissas e técnicas de avaliação dos principais ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificados na aquisição da Echoenergia são conforme a seguir:

- Prazo de exploração de 24 a 33 anos remanescentes;
- Despesas operacionais baseadas em estimativas da Administração, considerando a experiência do Grupo;
- Não foram reconhecidos impostos diferidos relacionados à combinação de negócios, uma vez que a base fiscal e a base contábil, incluindo ajustes ao valor justo, eram as mesmas na data da aquisição; e
- Taxa de desconto refletindo o custo médio ponderado de capital de 10,00% ("WACC" – *Weighted Average Capital Cost*) para o intangível Contrato de Venda de Energia e 10,20% para intangível de Autorização, em nível adequado à percepção do risco de mercado e adequada remuneração aos acionistas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados separadamente adquiridos foram as seguintes:

Ativo intangível adquirido	Técnica de avaliação
Contrato de venda de energia de longo prazo e Portaria de autorização	<i>Multi-period excess earning</i> O método considera o valor presente do fluxo de caixa projetado do intangível adotando uma taxa de desconto de 10,00% para o intangível Contrato de Venda de Energia e 10,20% para intangível de Autorização, estimada com base no WACC e no WARA calculados para a Empresa/ativo intangível.
Força de trabalho (“ <i>Workforce</i> ”)	<i>Replacement cost</i> O método considera o valor justo do ativo intangível mensurado para cálculo do CAC sendo utilizado para a aplicação do <i>Multi-period excess earning</i> .

3.1.1.2 CELG Distribuição S.A. – CELG-D

Em 22 de setembro de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações entre a Equatorial Participações e Investimentos S.A (compradora) - controlada da Companhia - e Enel Brasil S.A. (vendedora), nos termos do qual as partes acordaram a aquisição, pela compradora de 282.965.232 ações ordinárias, representando 99,964% das ações representativas do capital social da CELG Distribuição S.A. – CELG-D.

Em 08 de novembro de 2022, transitou em julgado a aprovação da operação de compra e venda pelo CADE. Em 06 de dezembro de 2022, a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.498/2022, anuiu a transferência de controle da CELG-D à Equatorial Participações, com prazo de implantação da operação de até 120 dias a partir da data do Despacho.

Em 29 de dezembro de 2022 foi concluída a operação e a Equatorial Participações assumiu oficialmente o controle da CELG-D e passou a consolidá-la.

A aquisição de controle da CELG-D permitirá ao Grupo iniciar sua participação no mercado de distribuição de energia da região centro-oeste.

Da data de aquisição: Considerando a conclusão da aquisição ocorrida em 29 de dezembro de 2022, a CELG-D não contribuiu com receita líquida tampouco com lucro líquido às informações consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, ou seja, em 01 de janeiro de 2022, a CELG-D teria contribuído com R\$ 9.032.297 de receita líquida e R\$ 808.417 de prejuízo do exercício.

(a) Contraprestação transferida

Conforme mencionado acima, no dia 29 de dezembro de 2022 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, que a Equatorial Participações S.A. adquiriu 99,964% do capital social total e votante da controlada, em contrapartida ao pagamento à vista, via transferência bancária, no montante de R\$ 1.513.129, à vendedora.

(b) Custos de aquisição

Os custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 12.625 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A alocação preliminar de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição da CELG-D é apresentada a seguir:

	<u>Aquisição de controle</u>
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	83.453
Aplicações financeiras	10.833
Contas a receber de clientes	1.900.135
Impostos e contribuições a recuperar	3.063.647
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	40.415
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.375.535
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	147.098
Outros ativos	1.065.345
Ativo financeiro da concessão	809.688
Intangível	7.575.223
Ativo de contrato	2.207.951
Passivos	
Fornecedores	(1.718.121)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(51.863)
Empréstimos e financiamentos	(7.107.057)
Impostos e contribuições a recolher	(119.739)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(55.011)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	(254.440)
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(3.796.806)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(3.025.499)
Outros passivos	(637.113)
Total dos ativos identificáveis, líquido	1.513.674
(-) Participação dos minoritários (0,036%)	(545)
Ativos líquidos adquiridos (99,964%)	1.513.129
(-) Contraprestação paga	(1.513.129)
Ágio	-

Mensuração de valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, custos de reposição, fluxo de caixa descontado, entre outros.

As premissas e técnicas de avaliação dos principais ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificados na aquisição da CELG-D são conforme a seguir:

- Prazo de concessão de 23 anos remanescentes;
- Volume de energia esperada para a classe de consumidores, de acordo com a metodologia da ANEEL;
- Estimativa de CAPEX necessário a cada período de cinco anos para fazer face a remuneração tarifária periódica, incluindo o efeito na linha de receita destas revisões;
- Estimativa de custos gerenciáveis (PMSO) pelo período da concessão;
- Projeção de receitas de remuneração dos ativos regulatórios com base nas projeções de IPCA;
- Custos e despesas operacionais baseadas em estimativas da Administração, considerando a experiência do Grupo em gestão de contratos de concessão;
- Mensuração da participação dos acionistas não controladores de acordo com sua participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da CELG-D;
- Não foram reconhecidos impostos diferidos relacionados à combinação de negócios, uma vez que a base fiscal e a base contábil, incluindo ajustes ao valor justo, eram as mesmas na data da aquisição;

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- Taxa de desconto refletindo o custo médio ponderado de capital de 8,32% (“WACC” – Weighted Average Capital Cost), em nível adequado à percepção do risco de mercado e adequada remuneração aos acionistas;
- Passivos contingentes relacionados aos processos judiciais da CELG-D, baseado na melhor estimativa de perda pela Administração, considerando o valor justo que reflete as decisões judiciais recentes e ampla jurisprudência formada relacionada com os pleitos dos referidos processos judiciais; e
- Comparação do valor justo da controlada indireta da Companhia com múltiplos de comparáveis.

3.1.2 Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

3.1.3 Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

3.1.4 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui investimentos em coligadas ou controladas em conjunto.

3.1.5 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.2 Reconhecimento de receita

As controladas da Companhia reconhecem as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, ou à medida que satisfazem a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados.

As controladas da Companhia reconhecem receita das principais fontes de receitas a seguir:

3.2.1 Distribuição

(i) Receita de distribuição

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura. Além disso, as controladas da Companhia reconhecem a receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

(ii) Receita pela disponibilidade – uso da rede

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD definida pela ANEEL.

(iii) Receita de construção

As controladas distribuidoras da Companhia contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim das Controladas é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração das controladas distribuidoras da Companhia.

3.2.2 Transmissão

(i) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(iii) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre o ativo de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

3.2.3 Geração de energia renovável

(i) Receitas provenientes da geração e comercialização de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas indiretas da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pelas controladas indiretas da Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada); e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos das controladas indiretas da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia.

As controladas indiretas da Companhia consideram que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia e suas controladas mensuram a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

3.2.4 Saneamento

(i) Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber.

(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

(iii) Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.4 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e as controladas distribuidoras da Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas controladas distribuidoras da Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas distribuidoras da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível das controladas distribuidoras da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. As controladas distribuidoras da Companhia contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestados.

Caso as controladas distribuidoras da Companhia sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que as controladas distribuidoras da Companhia alterem seu modelo de gestão para o ativo financeiro.

3.5 Valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros

As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A.

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho das Controladas da Companhia, ou seja, os custos incorridos pelas controladas da Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas Controladas da Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial.

Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência.

3.6 Ativos intangíveis

3.6.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pelas controladas Companhia.

Os valores registrados no ativo intangível da controlada Companhia de Saneamento do Amapá – CSA correspondem a valores pagos a título de outorga aos municípios que integram a concessão como condição à exploração da concessão. Esses direitos de concessão são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

3.6.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas distribuidoras da Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.6.3 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as controladas da Companhia têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.7 Ativo imobilizado

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

Eventual ganho ou perda resultante na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros".

Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão ou distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. Os montantes registrados de bens e instalações fazem parte do ativo vinculado às respectivas concessões. Portanto, fazem parte do escopo das políticas descritas nas notas 3.5 Ativo financeiro da concessão e 3.7 Ativos intangíveis.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.7.2 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas no (“MCPSE”), aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Linhas de transmissão	33 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Equipamento de informática	6 anos
Outros equipamentos	16 anos

3.7.3 Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados, com exceção das controladas indiretas Complexo de São Clemente, Tianguá e Eólica Paraíso S.A, contém cláusulas que obrigam que as controladas indiretas, ao final do prazo contratual, devolvam as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. As controladas indiretas obtiveram, por meio de orçamentos, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização. Desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceram as respectivas obrigações a valor presente. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal média de 8,93% a.a, em 2022.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.8 Ativo de contrato

3.8.1 Distribuição

O ativo de contrato é um direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47/ IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato em face das controladas da Companhia terem o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão, em que a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição.

3.8.2 Transmissão

O serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e as controladas transmissoras da Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que as controladas transmissoras da Companhia realizem a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

As controladas da Companhia mantêm sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebem a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato..

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual das controladas da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que as controladas da Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que as controladas da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, as controladas transmissoras da Companhia estimam a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo de contrato reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa das controladas da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo de contrato é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando as controladas da Companhia avaliam que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.9 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.10 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando as controladas da Companhia receberem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.10.1 Benefícios fiscais

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiram Laudos Constitutivos que outorgam às controladas da Companhia o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, diversificação de empreendimento de infraestrutura e implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudene:

Empresa	Benefício Fiscal	Emissão	Laudos Constitutivo	Vigência
Equatorial Maranhão	SUDENE	08/08/2018	101/2018	2018 a 2027
Equatorial Pará	SUDAM	28/12/2018	180/2018	2018 a 2027
Equatorial Piauí	SUDENE	13/12/2018	244/2018	2019 a 2027
Equatorial Alagoas	SUDENE	08/11/2019	66/2019	2019 a 2028
Equatorial Telecom	SUDENE	08/11/2018	173/2018	2019 a 2028
SPE 01	SUDENE	26/10/2020	80/2020	2021 a 2030
SPE 02	SUDENE	26/10/2020	79/2020	2021 a 2030
SPE 03	SUDENE	19/10/2021	146/2021	2022 a 2031
SPE 04	SUDENE	18/08/2021	104/2021	2021 a 2030
SPE 05	SUDENE	18/08/2021	105/2021	2022 a 2031
SPE 06	SUDENE	22/12/2021	216/2021	2022 a 2031
SPE 07	SUDAM	03/05/2022	10/2022	2022 a 2031
SPE 08	SUDAM	30/12/2020	98/2020	2020 a 2029
INTESA	SUDAM	31/12/2018	201/2018	2018 a 2027

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Crédito presumido de ICMS

Em 22 de julho de 2021, a Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá (SEFAZ) e a Companhia de Eletricidade do Amapá firmaram o termo de acordo 001/2021 em que o Estado concederá crédito presumido de 10% (dez por cento) calculados sobre o valor do faturamento bruto dos estabelecimentos da acordante localizados no Estado, no segundo mês anterior ao crédito que deverão ser utilizados, exclusivamente na liquidação de débitos vencidos e vincendos decorrentes do consumo de energia elétrica da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações.

Redução do ICMS

A Integração Transmissora de Energia S.A. goza de incentivo fiscal, concedidos mediante Termo de Acordo de Regime Especial - TARE nº 1956/2007 firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins. Conforme esse acordo, a base de cálculo do ICMS é reduzida em 60% relativo ao diferencial de alíquotas de importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes, peças e outros materiais, destinados à construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão de energia elétrica, localizadas em território tocantinense. Esses incentivos estão sendo mensalmente amortizados pelo prazo do Contrato de Concessão.

REIDI

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., controlada da Companhia obteve habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 16, de 11 de maio de 2022.

3.10.2 Benefícios para reinvestimentos

São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas consideradas de setores prioritários para economia conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área de atuação da SUDAM/SUDENE, reinvestir 30% do imposto de renda, calculados sobre a parcela remanescente ao benefício do lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios desses 30%, em seus projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamentos, ou para investimento em capital de giro no ano-calendário ou ano-calendário subsequente. Os valores são depositados junto ao Banco da Amazônia (BASA) ou Banco do Nordeste (BNB).

Empresa	Autarquia	Instituição Financeira
Equatorial Maranhão	SUDENE	Banco do Nordeste
Equatorial Pará	SUDAM	Banco da Amazônia
Equatorial Piauí	SUDENE	Banco do Nordeste

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.11 Benefícios a empregados

3.11.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso as controladas da Companhia tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.11.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

3.11.3 Planos de benefício definido

As obrigações líquidas das controladas da Companhia para os planos de benefício definido são calculadas para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pelas controladas da Companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para as controladas da Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. As controladas da Companhia determinam os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo /ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. As controladas da Companhia reconhecem ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.11.4 Plano de opção de compra de ações

A Equatorial Energia S.A. concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas reconhecem os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia e suas controladas reconhecem o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos).

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos executivos e colaboradores é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

3.12.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.12.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia e de suas controladas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

3.14 Instrumentos financeiros

3.14.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.14.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia e suas controladas não possuem ativo financeiro ao VJORA.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e de suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.14.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.14.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.14.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

As controladas diretas Equatorial Alagoas e Equatorial Piauí e as controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, CEEE-D, CEA, Equatorial Telecomunicações e E-Nova mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo:

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Conforme CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 31.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

3.15 Capital social

3.15.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstradas no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.15.2 Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.16 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.17 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.17.1 Ativos financeiros não derivativos

As controladas da Companhia reconhecem estimativas para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativo de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial;
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativo de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e
- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As controladas da Companhia elaboraram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 31.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros para mais detalhes.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e às suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.17.2 Ativos financeiros com problema de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconhecem estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

3.17.2.1 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas efetivas

As controladas distribuidoras da Companhia adotam a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que avalia o risco de crédito dos valores recebíveis após 5 (cinco) anos das faturas e parcelamentos, estabelecendo um percentual de estimativa das perdas esperadas de acordo com as faixas de atraso do *aging list*. A estimativa de perdas esperadas é demonstrada em uma matriz de provisão, a qual é resultado do estudo de comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de maneira coletiva.

Para os parcelamentos relevantes, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. As controladas distribuidoras da Companhia entendem que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação.

Para o reconhecimento de perdas efetivas, as controladas distribuidoras da Companhia baixam do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 10 anos baixados em sua integralidade. As controladas distribuidoras da Companhia não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos das controladas distribuidoras da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.17.3 Ativos não financeiros

As controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativo de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia e suas controladas concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente.

3.18 Ajuste a valor presente (AVP)

3.18.1 Parcelamentos de contas a receber

As controladas da Companhia utilizam a taxa média de 12,46% como taxa de desconto, que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente.

3.18.2 Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

3.19 Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.20 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.21 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.21.1 Novas normas, alterações e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e suas controladas e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19				
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	Annual improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework	01/10/2021	01/01/2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do <i>Proceeds before Intended Use</i> , as receitas de teste foram registradas no resultado da Companhia e de suas controladas, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos, assim como os demais itens, não são relevantes

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.21.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e suas controladas:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11). Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora. Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro. Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de <i>sale and leaseback</i>	IFRS 17 Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction IFRS 9 e IFRS 17	07/05/2021 01/03/2022 03/11/2022	01/01/2023 01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata) 01/01/2023	Não aplicável à Companhia e suas controladas Sem impactos relevantes Não aplicável à Companhia e suas controladas
	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia e suas controladas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Assuntos regulatórios

4.1 Distribuição

4.1.1 Bandeiras tarifárias

Por meio da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a CREG determinou a cobrança da “Bandeira Escassez Hídrica”, no valor de R\$14,20 a cada 100 quilowatt-hora consumidos, para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção dos beneficiários da tarifa social. Com isso, ocorre um aumento da receita de bandeira a partir de setembro de 2021.

A partir de 1º de julho de 2022, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, serão as definidas no Ábaco de Acionamento das Bandeiras Tarifárias, de acordo com a Resolução homologatória nº 3.051 de 21 de junho de 2022. Os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de 29,89 R\$/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, 65,00 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de 97,95 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha.

O reconhecimento de receita ocorre mensalmente, na referida competência, conforme demonstrado nas notas do contas a receber e receita e, refere-se, ao total faturado de bandeira tarifária conforme acordo do mês, bem como os valores a receber ou a repassar da CCRBT.

Em 2022 e 2021, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

	Cor da Bandeira	
	2022	2021
Janeiro	Vermelha Escassez Hídrica	Amarela
Fevereiro	Vermelha Escassez Hídrica	Amarela
Março	Vermelha Escassez Hídrica	Amarela
	Vermelha Escassez Hídrica/Verde	Amarela
Abril	Verde	Vermelha Patamar 1
Maio	Verde	Vermelha Patamar 2
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Verde	Vermelha Patamar 2
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 2
Setembro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Outubro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Novembro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Dezembro	Vermelha Escassez Hídrica	Vermelha Escassez Hídrica

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4.1.2 Sobrecontratação de energia

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as controladas da Companhia participaram dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo as distribuidoras declararem déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs). Em 2022, as controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, CEEE-D e CEA tiveram um nível de cobertura contratual de 102,29% (102,51% em 31 de dezembro de 2021), 102,63% (105,62% em 31 de dezembro de 2021), 104,39% (106,51% em 31 de dezembro de 2021), 109,15% (105,86% em 31 de dezembro de 2021), 110,16% (111,44% em 31 de dezembro de 2021) e 106,12% (106,61% em 31 de dezembro de 2021) respectivamente, permanecendo dentro do limite de repasse para as tarifas.

4.1.3 Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública, aprovou os seguintes Reajustes Tarifários Anuais e Revisões Tarifárias Periódicas para as controladas da Companhia em 2022:

	Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito
Equatorial Maranhão	Reajuste Tarifário Anual	23/08/2022	3.102/2022	1,62%
Equatorial Pará	Reajuste Tarifário Anual	02/08/2022	3.092/2022	15,12%
Equatorial Piauí	Reajuste Tarifário Anual	02/12/2022	3.146/2022	19,30%
Equatorial Alagoas	Reajuste Tarifário Anual	03/05/2022	3.033/2022	19,88%
CEEE-D	Reajuste Tarifário Anual	22/12/2022	3.138/2022	5,68%
CEA	Reajuste Tarifário Anual	13/12/2022	3.163/2022	36,08%

O Decreto nº 9.642 de 27 de dezembro de 2018 determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela CDE, que repassa às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4.1.4 Encargos Regulatórios

A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes encargos regulatórios, pelas seguintes alíquotas básicas:

- **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** – Os percentuais mínimos a aplicar (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

Até 31/12/2022						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	até 0,12	0,1

- Conta de desenvolvimento energético (CDE);
- Encargo de serviços do sistema (ESS); e
- Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE).

A receita já está líquida desses encargos na demonstração do resultado. Veja nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes.

4.2 Transmissão

As controladas da Companhia receberão pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano.

A Aneel procederá à revisão da Receita Anual Permitida (RAP), durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. Para o ciclo 2022-2023, que teve seu início no mês de julho de 2022, a RAP das controladas da Companhia é de:

	RAP	REH	RTP/REA	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito
SPE 01	104.145	3.067/2022	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2022	3.050/2022	9,38%
SPE 02	94.466	3.067/2022	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2022	3.050/2022	9,39%
SPE 03	137.706	3.067/2022	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2022	3.050/2022	9,39%
SPE 04	248.459	3.067/2022	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2022	3.050/2022	9,43%
SPE 05	114.642	3.067/2022	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2022	3.050/2022	9,42%
SPE 06	142.154	3.067/2022	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2022	3.050/2022	9,44%
SPE 07	120.420	3.067/2022	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2022	3.050/2022	9,63%
SPE 08	177.109	3.067/2022	Reajuste Tarifário Anual	-	-	11,73%
INTESA	196.323	3.067/2022	Reajuste Tarifário Anual	-	-	7,52%

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

As controladas da Companhia deverão executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão, objeto dos respectivos contratos, nos termos da regulamentação específica, auferindo as correspondentes receitas a serem estabelecidas pela ANEEL. As receitas decorrentes dos reforços e melhorias, inclusive aquelas relacionadas a novos padrões de desempenho técnico determinados pela ANEEL, serão revisadas, periodicamente na mesma data da RAP.

Para o exercício de 2022, a controlada da Companhia, SPE 08, possui reforços e melhorias autorizados:

- Em 09 de novembro 2021, a ANEEL por meio da REA nº 10.861/2021 autorizou a implantação de melhoria na instalação da SE Xingu autorizando a substituição do transformador 500/230/13,8 kV. A parcela da RAP estabelecida pela ANEEL é de R\$5.708 e o prazo de conclusão até 24 meses; e
- Em 11 de outubro de 2022, a ANEEL por meio da Despacho nº 2.940/2022 autorizou implantação de reforços na instalação de Altamira - Implementação do Sistema Especial de Proteção, contemplando o sistema de telecomunicação com aquisições de painel, equipamento de gerenciamento e supervisão (MUX), equipamentos de segurança (Firewalls) para rota B na LT 230 kV Xingu - Altamira C1. Prazo de conclusão de até 18 meses.

A extinção da concessão implicará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço.

O contrato de concessão é classificado como ativo de contrato e passa a ser classificados como ativo financeiro após emissão do Aviso de Crédito (AVC).

4.2.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional. O valor é fixado anualmente pela ANEEL em função da energia elétrica utilizada por unidades consumidoras conectadas às instalações de transmissão. Este valor é recolhido à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST (tarifa de uso do sistema de transmissão).

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. O valor é fixado em função da previsão de geração de energia elétrica pelas usinas integrantes do PROINFA. Este valor é recolhido à Eletrobras e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

4.3 Saneamento básico

4.3.1 Novo marco legal do saneamento básico

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei nº 14.026/2020 alterando o marco do saneamento básico do Brasil. Os principais pontos alterados foram: i) Regionalização: preferência da prestação regionalizada à prestação fragmentada; ii) Metas legais de universalização; iii) Regulação: atribuição a Agência Nacional de Água (“ANA”) para estabelecer diretrizes gerais regulatórias em contexto nacional, dando homogeneidade e segurança jurídica ao setor; iv) Concorrência: estabeleceu-se o princípio da seleção competitiva do prestador de serviço.

A controlada indireta, Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (CSA), tem se adaptado institucionalmente para atender a legislação vigente advinda do novo Marco Legal, bem como seus desdobramentos regulamentares complementares, considerando que a CSA esteve em fase de operação assistida até iniciar suas atividades operacionais em 13 de julho de 2022.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	616	374	197.430	196.576
Equivalentes de caixa (a)				
Aplicação direta				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	460.106	356.225	2.155.698	1.708.925
Operações compromissadas	-	-	520.842	596.940
Poupança	-	-	699	183
Fundo de investimento				
Cotas fundos de investimentos	-	7	36	19
Operações compromissadas	12	134.869	103.010	338.429
Certificado de Depósito Bancário – CDB	16	49.940	140.075	125.313
Títulos públicos	3	-	31.127	-
Fundo de investimento aberto	-	-	17.445	30.204
Subtotal de caixa e equivalentes	460.137	541.041	2.968.932	2.800.013
Total	460.753	541.415	3.166.362	2.996.589

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Referem-se a Fundos de Investimentos, Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e de suas controladas, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimento são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2)/IAS 7 - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 equivale a 99,48% do CDI (103,59% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Fundos de investimentos				
Cotas de fundos de investimento (a)	26.140	1.819.076	3.060.433	5.747.881
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	-	-	342.763	256.070
Títulos públicos	36	336.601	316.157	844.640
Letra financeira	34	150.871	296.067	378.584
Fundo de investimento aberto (c)	368	332	508.793	147.452
Recursos vinculados (d)	-	-	190.221	-
Total circulante	26.578	2.306.880	4.714.434	7.374.627
Não circulante				
Recursos vinculados (d)	-	-	497.463	116.363
Contas centralizadoras	-	-	40.676	-
Total não circulante	-	-	538.139	116.363
Total	26.578	2.306.880	5.252.573	7.490.990

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras que devem ter *rating* mínimo de br AA-, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos;
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), gerido pela *Vinci Partners*, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 16.1 – Fornecedores – Risco sacado (convênio);
- (c) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), operações compromissadas, títulos públicos e depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (d) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, equivale a 103,30% do CDI (102,94% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição dos saldos

	2022				2021			
	Vencidos			Total	Vencidos			Total
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias		A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	876.152	792.867	2.578.006	4.247.025	613.519	723.755	2.338.963	3.676.237
Industrial	132.562	29.807	274.888	437.257	116.371	23.537	305.766	445.674
Comercial	421.777	142.286	653.237	1.217.300	382.780	123.550	593.657	1.099.987
Rural	116.287	85.162	294.069	495.518	71.638	58.806	250.507	380.951
Poder público	160.004	73.081	152.923	386.008	131.243	36.160	155.420	322.823
Iluminação pública	91.950	20.083	164.181	276.214	62.868	13.381	130.462	206.711
Serviço público	93.454	29.266	69.959	192.679	80.237	33.599	61.900	175.736
Contas a receber de consumidores faturados	1.892.186	1.172.552	4.187.263	7.252.001	1.458.656	1.012.788	3.836.675	6.308.119
Residencial	975.426	101.015	970.456	2.046.897	1.066.628	100.126	773.312	1.940.066
Industrial	76.997	3.507	65.727	146.231	87.671	2.344	97.218	187.233
Comercial	385.705	31.641	249.310	666.656	424.315	30.599	188.315	643.229
Rural	81.969	8.479	69.271	159.719	47.778	6.809	55.353	109.940
Poder público	382.733	11.607	117.877	512.217	373.902	10.550	64.219	448.671
Iluminação pública	155.470	21.838	29.250	206.558	117.233	32.493	27.674	177.400
Serviço público	63.680	4.293	9.292	77.265	32.512	1.807	9.293	43.612
Parcelamentos (a)	2.121.980	182.380	1.511.183	3.815.543	2.150.039	184.728	1.215.384	3.550.151
Contas a receber de consumidores não faturados								
(b)	1.158.654	-	-	1.158.654	808.289	-	-	808.289
Baixa renda (c)	203.849	-	-	203.849	116.780	-	-	116.780
Outras (d)	1.042.487	-	-	1.042.487	572.102	-	-	572.102
Total	6.419.156	1.354.932	5.698.446	13.472.534	5.105.866	1.197.516	5.052.059	11.355.441
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(558.756)	(180.053)	(3.995.598)	(4.734.407)	(957.257)	(253.902)	(3.446.766)	(4.657.925)
Total contas a receber clientes	5.860.400	1.174.879	1.702.848	8.738.127	4.148.609	943.614	1.605.293	6.697.516
Circulante				7.689.205				5.476.221
Não circulante (e)				1.048.922				1.221.295

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ (533.182) em 31 de dezembro de 2022, (R\$ (289.664) em 31 de dezembro de 2021), em contrapartida ao resultando financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos após o exercício de encerramento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda;
- (d) O aumento no saldo foi impactado, principalmente, pela consolidação das controladas Echoenergia Participações S.A. e CELG Distribuição S.A. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 - Combinações de negócios; e
- (e) Os parcelamentos a vencer a partir de janeiro de 2024, líquidos de AVP, no valor de R\$ 1.286.398 (R\$ 1.421.528 em 31 de dezembro de 2021), e outras contas a receber no valor de R\$ 23.567 (R\$ 28.241 em 31 de dezembro de 2021) estão classificados no ativo não circulante e apresentados líquidos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no montante de R\$ (261.043) (R\$ (228.474) em 31 de dezembro de 2021).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

7.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2021	Provisões/ adições (a)	Reversões (a)	Aquisição (b)	2022
Contas a receber de consumidores faturados	3.011.977	470.322	(832.841)	248.380	2.897.838
Parcelamentos	1.531.341	431.478	(425.605)	139.784	1.676.998
Contas a receber de consumidores não faturados	30.623	42.288	(44.473)	3.451	31.889
Outras	83.984	493.313	(449.615)	-	127.682
Total	4.657.925	1.437.401	(1.752.534)	391.615	4.734.407

	2020	Provisões/ adições	Reversões	Aquisição (b)	2021
Contas a receber de consumidores faturados	1.318.251	1.033.311	(201.842)	862.257	3.011.977
Parcelamentos	1.126.421	293.188	(121.239)	232.971	1.531.341
Contas a receber de consumidores não faturados	18.948	85.179	(74.947)	1.443	30.623
Outras	56.558	197.981	(173.915)	3.360	83.984
Total	2.520.178	1.609.659	(571.943)	1.100.031	4.657.925

- (a) A movimentação líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, gerou reversão de R\$ (315.133) (provisão de R\$ 1.037.716 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ (317.037) (R\$ 1.031.801 em 31 de dezembro de 2021) com impacto no resultado operacional e R\$ 1.903 (R\$ 5.915 em 31 de dezembro de 2021) no resultado financeiro do exercício. Os principais fatores que impactaram a movimentação negativa da PELCD em R\$ (1.352.849) foram: (i) pela reversão de PECLD de títulos baixados (vencidos há mais de 10 anos) no valor de R\$ (490.784) e; (ii) pela revisão de estimativa contábil ocorrida durante o exercício, que gerou uma despesa de R\$ (202.913). Adicionalmente, houve também o reconhecimento de baixas para perdas no montante de R\$ 575.058 (reversão de baixa R\$ (1.071.166) em 31 de dezembro de 2021) e de provisão para perdas na rubrica de "outros créditos a receber" de R\$ 6.974 (R\$ 6.445 em 31 de dezembro de 2021), resultando no efeito total de R\$ 264.995 (R\$ (32.920) em 31 de dezembro de 2021) no resultado operacional do exercício; e
- (b) Em 2022, os saldos provenientes da distribuidora CELG Distribuição S.A. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 - Combinações de negócios, enquanto em 2021, referem-se a CEEE-D e CEA.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	2021	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificação (i)	Aquisição	2022
Parcela A									
CDE - Conta de desenvolvimento energético	38.172	23.748	238.092	24.772	-	-	-	242.214	566.998
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	35.227	(8.749)	54.040	9.591	-	-	-	45.241	135.350
Rede básica	403.421	(75.292)	90.317	42.201	-	-	-	74.306	534.953
Compra de energia CVA (a)	1.154.326	(619.844)	(908.169)	45.929	-	-	(1.702)	(115.281)	(444.741)
ESS - Encargos do serviço do sistema (b)	1.437.164	(1.070.050)	7.920	97.465	-	-	-	47.498	519.997
Transporte Itaipu	86	3.476	202	263	-	-	-	9.723	13.750
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A (c)	(292.908)	-	324.179	(9.180)	-	-	(22.014)	-	77
	<u>2.775.488</u>	<u>(1.746.711)</u>	<u>(193.419)</u>	<u>211.041</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.716)</u>	<u>303.701</u>	<u>1.326.384</u>
Itens financeiros									
Sobrecontratação de energia (d)	(295.193)	413.595	139.417	(4.645)	-	-	(10.027)	43.608	286.755
Neutralidade	25.270	(1.492)	(86.915)	(1.090)	-	-	-	(35.987)	(100.214)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(272.067)	(62.422)	129.265	(19.106)	-	-	-	-	(224.330)
Acordo bilateral	164	-	14	-	-	-	(26)	38.233	38.385
Risco hidrológico (e)	(337.676)	98.212	(202.696)	(13.649)	-	-	(8.148)	(321.670)	(785.627)
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A (c)	(198.837)	(1.397)	156.423	(1.808)	-	-	25.089	-	(20.530)
Compensação créditos PIS/COFINS (f)	-	-	1.287.835	-	-	(1.286.789)	-	-	1.046
Empréstimo escassez hídrica (g)	-	381.428	42.647	(28.780)	(758.566)	-	-	(66.344)	(429.615)
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo (h)	-	-	102.401	-	(472.538)	-	-	-	(370.137)
Diferimento Reajuste Tarifário	(91.133)	91.133	-	-	-	-	-	(46.814)	(46.814)
Saldo a compensar (j)	(99.101)	-	99.101	-	-	-	-	-	-
Outros	(146.852)	(212.557)	236.541	27.544	(3.140)	-	14.899	(22.069)	(105.634)
	<u>(1.415.425)</u>	<u>706.500</u>	<u>1.904.033</u>	<u>(41.534)</u>	<u>(1.234.244)</u>	<u>(1.286.789)</u>	<u>21.787</u>	<u>(411.043)</u>	<u>(1.756.715)</u>
Total	<u>1.360.063</u>	<u>(1.040.211)</u>	<u>1.710.614</u>	<u>169.507</u>	<u>(1.234.244)</u>	<u>(1.286.789)</u>	<u>(1.929)</u>	<u>(107.342)</u>	<u>(430.331)</u>
Circulante									
Valores a receber	698.729								394.179
Valores a devolver	-								(195.764)
Efeito líquido ativo	<u>698.729</u>								<u>198.415</u>
Não circulante									
Valores a receber	697.926								61.921
Valores a devolver	(36.592)								(690.667)
Efeito líquido ativo / passivo	<u>661.334</u>								<u>(628.746)</u>
Efeito líquido total	<u>1.360.063</u>								<u>(430.331)</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	Constituição	Amortização	Atualização	Recebimento CCRB	Baixa RGR	Repasse da Covid	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificação	Aquisição	2021
Parcela A											
CDE - Conta de desenvolvimento energético	(1.712)	11.070	(14.980)	2.071	-	-	-	-	14.212	27.511	38.172
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(12.617)	10.030	45.386	1.287	-	-	-	-	(18.809)	9.950	35.227
Rede básica	191.028	89.777	(21.997)	25.987	-	-	-	-	29.655	88.971	403.421
Compra de energia CVA	639.330	1.939.513	(700.035)	48.787	(1.657.107)	-	-	-	500.482	383.356	1.154.326
ESS - Encargos do serviço do sistema	(54.121)	1.402.678	64.566	11.441	(96.442)	-	-	-	-	109.042	1.437.164
Transporte Itaipu	-	(5.470)	(2.604)	42	-	-	-	-	-	8.118	86
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A	(605.085)	-	586.703	(15.863)	-	-	(156.747)	-	-	(101.916)	(292.908)
Outros	-	-	114.188	-	-	-	-	-	(182.844)	68.656	-
	156.823	3.447.598	71.227	73.752	(1.753.549)	-	(156.747)	-	342.696	593.688	2.775.488
Itens financeiros											
Sobrecontratação de energia	(17.206)	(203.668)	(34.302)	(5.654)	(9.277)	-	-	-	-	(25.086)	(295.193)
Neutralidade	3.745	3.610	(51.340)	(997)	-	-	-	-	51.486	18.766	25.270
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(249.782)	(73.929)	111.020	(7.887)	-	-	-	-	-	(51.489)	(272.067)
Ativo financeiro setorial RGR	6.164	-	-	-	-	-	-	-	(6.164)	-	-
Constituição/baixa RGR	667.138	-	-	8.997	-	(812.530)	-	-	136.395	-	-
Acordo bilateral	81.712	215	(81.790)	-	-	-	-	-	-	27	164
Risco hidrológico	(215.410)	-	(104.809)	(17.185)	-	-	-	-	(272)	-	(337.676)
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A	(369.814)	-	206.513	(3.812)	-	-	-	-	-	(31.724)	(198.837)
Compensação créditos PIS/COFINS	-	14.506	418.358	-	-	-	-	(432.864)	-	-	-
Diferimento Reajuste Tarifário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(91.133)	(91.133)
Saldo a compensar	-	-	3.723	-	-	-	-	-	-	(102.824)	(99.101)
Outros	198.405	(230.860)	189.856	(5.837)	-	-	-	-	(157.331)	(141.085)	(146.852)
	104.952	(490.126)	657.229	(32.375)	(9.277)	(812.530)	-	(432.864)	24.114	(424.548)	(1.415.425)
Total	261.775	2.957.472	728.456	41.377	(1.762.826)	(812.530)	(156.747)	(432.864)	366.810	169.140	1.360.063
Circulante											
Valores a receber	-										698.729
Valores a devolver	(753.702)										-
Efeito líquido ativo / passivo	(753.702)										698.729
Não circulante											
Valores a receber	1.185.784										697.926
Valores a devolver	(170.307)										(36.592)
Efeito líquido ativo / passivo	1.015.477										661.334
Efeito líquido total	261.775										1.360.063

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA de energia teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos, foram devidos a situação hidrológica favorável com menores despesas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA positiva no exercício de R\$ 422.879, constituições negativas referente aos custos com os contratos de Energia Leilão que realizaram menor em relação a cobertura tarifária, gerando uma CVA passiva no exercício de R\$ (1.214.264) acrescido de constituições passivas de Bandeiras no valor de R\$ (84.195) e R\$255.736 referente ao efeito do reajuste. O impacto da amortização do componente financeiro foi de R\$ (908.169);
- (b) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário das controladas da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição passiva de (R\$ 1.070.050), sendo R\$ 167.979 referente à constituição da CVA ESS, R\$ (836.363) referente ao repasse de bandeira ESS, R\$ (403.368) refere-se ao efeito do reajuste e R\$ 1.702 referente a valores de reembolso do fundo CDE PIRVCEE, reclassificado para outras créditos a receber. O impacto da amortização no exercício foi de R\$ 7.920;
- (c) Referem-se à amortização dos repasses de empréstimos da Conta-Covid, homologados por meio dos Despachos 2.177/2020, 2.353/2020, 2.640/2020, 2.914/2020, 3.197/2020, 3.490/2020 e 46/2021 publicados pela ANEEL. O valor no exercício foi R\$ 471.292;
- (d) A constituição do saldo de R\$ 413.595 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora. O impacto da amortização no exercício foi de R\$ 139.417;
- (e) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET submódulo 4.4 – demais componentes financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada. Em 31 de dezembro de 2022, o montante era negativo de R\$ 785.627;
- (f) Evento financeiro associado aos créditos junto à Receita Federal em face da ação transitada em julgado, que tratou do questionamento da incidência do PIS e COFINS sobre ICMS, revertido aos consumidores nos eventos tarifários homologados em 2021;
- (g) Valor referente ao repasse de recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras, para cobertura dos itens previstos no art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, com os seguintes itens: 1) Estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; 2) Custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG; 3) Custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; 4) Diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; 5) Receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEE. O prazo para a realização desse recurso é com base no reconhecimento desses valores nos reajuste ou revisões tarifárias de cada controlada e obedece o ciclo tarifário de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses. Em 31 de dezembro de 2022 era (R\$ 429.615);
- (h) Refere-se ao valor de R\$ (472.538) das controladas distribuidoras, aportado pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, por meio do Despacho nº 1.959/ANEEL de 21 de julho de 2022. O impacto da amortização desse item foi de R\$ 102.401;
- (i) A reclassificação deve-se, principalmente, à controlada indireta CEA no montante R\$ (1.702), referentes a valores de reembolso do fundo CDE PIRVCEE, para outras créditos a receber; e
- (j) Refere-se ao saldo em amortização dos financeiros a compensar da Parcela A e do financeiro a compensar UHE Coaracy Nunes da controlada indireta CEA, integralmente amortizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do reajuste tarifário (RTA) das controladas diretas e indiretas da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há revisão tarifária periódica (RTP) também é feita atualização da Parcela B (custos gerenciáveis).

Neste processo, as CVAs contabilizadas pelas controladas são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado por estas e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas diretas e indiretas. O resultado de RTA e RTP estão demonstrados na nota explicativa 4.1.3 Revisão Tarifária Periódica/ Reajuste Tarifário Anual.

Foram definidas as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias e os valores da tarifa de aplicação de energia, do que trata o Submódulo 6.8, dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) onde podem observar na apresentação da NE 4.1.1 - Bandeiras Tarifárias.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia reconheceram o montante de R\$ 1.121.319 (R\$ 1.811.388 em 31 de dezembro de 2021) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 948.633 (R\$ 1.715.837 em 31 de dezembro de 2021) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 172.686 (R\$ 95.551 em 31 de dezembro de 2021) recebendo via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

9 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	396.152	231.835
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	878.836	914.135
PIS e COFINS	95.706	45.920
Outros	55.998	24.085
Total circulante	<u>1.426.692</u>	<u>1.215.975</u>
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	671.802	306.097
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	2.754.975	648.467
Outros	64.461	18.240
Total não circulante	<u>3.491.238</u>	<u>972.804</u>
Total impostos e contribuições a recuperar (c)	<u>4.917.930</u>	<u>2.188.779</u>

- (a) As controladas da Companhia possuem impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional, apropriados à proporção de 1/48 avos;
- (b) As controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, bem como as controladas indiretas CEEE-D, CEA, CELG- D e Equatorial Telecom, possuem ativo referente a PIS/COFINS a recuperar líquido de compensação com impostos federais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito em julgado da Ação. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais; e
- (c) O aumento do saldo deve-se, principalmente, à aquisição da CELG Distribuição S.A. – CELG-D. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 – Combinações de negócios.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas possuem movimentações com partes relacionadas, principalmente, dos empréstimos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		Controladora			
		2022		2021	
Empresas	Notas	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a receber					
Controladas indiretas					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.744	2.744	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	5.381	5.381	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.421	1.421	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	4.439	4.439	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	(a)	5.548	5.548	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá	(a)	2.153	2.153	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	2.353	2.353	-	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	167	167	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	1.156	1.156	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	323	323	-	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	553	553	-	-
Total		26.238	26.238	-	-
Mútuos					
Controladas indiretas					
Equatorial Transmissão SPE 03 S.A	(b)	17.485	2.025	15.460	1.477
Total		17.485	2.025	15.460	1.477
Recuperação judicial					
Controladas indiretas					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	130.785	10.864	122.906	69.552
Total		130.785	10.864	122.906	69.552
Dividendos a receber					
Controladas diretas					
Equatorial Transmissão S.A.		36.962	-	-	-
Equatorial Distribuição S.A.		146.256	-	339.893	-
Integração Transmissora de Energia S.A - Intesa		8.474	-	8.773	-
Equatorial Serviços S.A.		-	-	894	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		124.018	-	74.791	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		66.700	-	172.987	-
Controladas indiretas					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		-	-	390	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		-	-	261	-
Controlada em conjunto					
Geradora de Energia do Maranhão S.A.		-	-	6.036	-
Total		382.410	-	604.025	-
Devolução de capital social a liquidar					
Controladas diretas					
Equatorial Distribuição S.A.	(d)	312.647	-	-	-
Subtotal		312.647	-	-	-

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

		Consolidado			
		2022		2021	
Empresas	Notas	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Dividendos a receber					
Controlada em conjunto					
Geradora de Energia do Maranhão S.A.		-	-	6.036	-
Total		-	-	6.036	-
Outros créditos a receber					
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(e)	13	-	13	3.435
Controlada em conjunto					
Geradora de Energia do Maranhão S.A		-	-	-	324
Total		13	-	13	3.759
Outras contas a pagar					
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(e)	-	(5.697)	-	(1.691)
Total		-	(5.697)	-	(1.691)
Fornecedores					
Controlada em conjunto					
Geradora de Energia do Maranhão S.A		-	-	(892)	(48.177)
Outros tipos de partes relacionadas					
Instituto Equatorial	(f)	(6.289)	(7.835)	(653)	(687)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência		-	-	(68)	(439)
Total		(6.289)	(7.835)	(1.613)	(49.303)
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial					
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	(g)	(513.942)	(49.971)	(502.366)	(49.970)
Total		(513.942)	(49.971)	(502.366)	(49.970)

- (a) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Companhia (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia possui uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (b) Empréstimo mútuo realizado entre a Equatorial Transmissão 03 e a Companhia no montante de R\$ 15.000 a taxa correspondente de 105,5% CDI a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 15 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a receber era R\$ 17.485 (R\$ 15.460 em 31 de dezembro de 2021);
- (c) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da Equatorial Pará;
- (d) Conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de outubro de 2022, foi autorizada a redução de capital da controlada Equatorial Distribuição em R\$ 347.000, dos quais R\$ 312.647 são referentes à Companhia, com prazo de recebimento para janeiro de 2023;
- (e) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas com sua Fundação de Previdência Complementar;
- (f) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), de gestão corporativa, com as controladas diretas Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Intesa e as controladas indiretas Equatorial Pará e SPE's 01 a 08; e
- (g) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitados da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Administração e Fiscal, o Presidente e Diretores. A remuneração foi fixada em até R\$ 20.000, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2022 (R\$ 20.000 em 30 de abril de 2021).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas não possuem remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chave da Administração.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 30 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações e pagamento baseado em ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 24.7 - Planos de opção de compra de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Total	%
Números de membros	17	
Total Remuneração fixa anual	7.055	48%
Salário ou Pró-labore	5.820	39%
Benefícios diretos e indiretos	71	1%
Outros (INSS parte empresa)	1.164	8%
Total Remuneração variável	6.900	46%
Bônus	5.750	38%
Outros (INSS parte empresa)	1.150	8%
Total Remuneração baseada em ações	1.113	6%
Valor total da remuneração por órgão	15.068	100%

Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das controladas nas apólices de seguros e fianças sem ônus ou remuneração e nos contratos de empréstimos e financiamentos com remuneração em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

11 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e na controlada em conjunto¹ estão conforme a seguir demonstradas:

		Controladora		Consolidado	
	Participação	2022	2021	2022	2021
Avaliados por equivalência patrimonial:					
Equatorial Distribuição	90,15%	4.568.336	4.577.589	-	-
Equatorial Piauí	94,94%	2.109.909	2.013.598	-	-
Equatorial Alagoas	96,39%	2.069.749	2.093.378	-	-
Geradora de Energia do Maranhão (b)	25,00%	-	126.377	-	126.377
Equatorial Serviços	100,00%	167.170	193.057	-	-
Equatorial Transmissão (c)	100,00%	9.618.977	2.338.756	-	-
INTESA	100,00%	317.271	304.374	-	-
Equatorial Participações (c)	100,00%	1.308.023	(17.039)	-	-
Equatorial Participações II	100,00%	194.032	342.075	-	-
Equatorial Participações III	100,00%	(78.369)	29.049	-	-
Subtotal		20.275.098	12.001.214	-	126.377
Outros investimentos		-	-	27.047	44.217
Efeito líquido total		20.275.098	12.001.214	27.047	170.594
Total investimentos		20.353.467	12.018.253	27.047	170.594
Provisão para perda em investimentos (a)		(78.369)	(17.039)	-	-

- (a) Representado pelos investimentos indiretos na CSA, que apresentam passivo a descoberto, mas que possui projeções de recuperabilidade de ativos, utilizados durante a formulação do PPA – “Purchase Price Allocation”. Desta forma, não houve necessidade de constituir complemento de *impairment* sobre os ativos adquiridos da CSA. A Companhia espera que a controlada indireta, recém adquiridas, efetue “turn around” e passe a apresentar patrimônio líquido positivo e pague dividendos a partir do exercício de 2023;
- (b) A Equatorial Energia celebrou a venda de 100% de sua participação acionária na Geradora de Energia do Maranhão S.A. (“GERA Maranhão”) pelo valor de R\$ 85.000, o valor foi corrigido pelo CDI desde a data de assinatura do contrato. Em 12 de janeiro de 2022, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação e, em 13 de abril de 2022, o comprador obteve anuência para a condição suspensiva relativa à anuência prévia dos Financiadores (BASA e BNB), além da anuência da SUDAM, obtida em 8 de abril de 2022. Em 11 de maio de 2022, foi assinado o Termo de Fechamento do Contrato de Compra e Venda no valor de R\$ 88.100, após correção por CDI; e
- (c) O aumento do saldo deve-se, principalmente, à aquisição das controladas indiretas Echoenergia Participações S.A e CELG-D. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 - Combinações de negócios.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

11.1 Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto²--Controladora

	2021	Aquisição de investimen tos	Aumento de capital	Redução de capital	Dividendo s mínimos	Dividendo s adicionais	Resultado de equivalência patrimonial	Alienação de participação societária	Outros resultados abrangentes	Mudança na participação relativa em controladas	Stock options	2022
Controladas												
Equatorial Distribuição	4.577.589	-	-	(763.530)	(385.452)	(486.091)	1.625.173	-	(14.909)	-	15.556	4.568.336
Equatorial Piauí	2.013.598	36	-	-	(49.227)	-	162.050	-	(19.518)	(23)	2.993	2.109.909
Equatorial Alagoas	2.093.378	82	-	-	(66.700)	(247.176)	273.636	-	14.271	365	1.893	2.069.749
Geradora de Energia do Maranhão	126.377	-	-	-	-	-	-	(126.377)	-	-	-	-
Equatorial Serviços	193.057	-	-	-	-	(2.681)	(24.039)	-	930	(395)	298	167.170
Equatorial Transmissão	2.338.756	-	7.034.084	-	(34.086)	(54.450)	349.130	-	(15.715)	-	1.258	9.618.977
INTESA	304.374	-	-	-	(203)	(9.130)	22.230	-	-	-	-	317.271
Equatorial Participações	(17.039)	-	1.544.000	-	-	-	(389.582)	-	169.919	-	725	1.308.023
Equatorial Participações II	342.075	-	-	-	-	-	(112.676)	-	(35.369)	2	-	194.032
Equatorial Participações III	29.049	-	-	-	-	-	(108.141)	-	-	-	723	(78.369)
Efeito líquido total	12.001.214	118	8.578.084	(763.530)	(535.668)	(799.528)	1.797.781	(126.377)	99.609	(51)	23.446	20.275.098
Total de investimentos	12.018.253											20.353.467
Total de Provisão para perda em investimentos	(17.039)											(78.369)

	2020	Integralização de capital	Aquisição de investimentos	Redução de capital	Dividendos mínimos	Dividendos adicionais	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Mudança na participação relativa em controladas	Stock options	2021
Controladas											
Equatorial Distribuição	4.629.987	-	-	-	(339.893)	(1.152.494)	1.431.128	(10.011)	-	18.872	4.577.589
Equatorial Piauí	1.183.069	-	3.818	-	(74.791)	-	896.716	(4.335)	5.557	3.564	2.013.598
Equatorial Alagoas	1.159.620	-	-	-	(172.987)	(6.904)	1.096.991	13.102	-	3.556	2.093.378
Geradora de Energia do Maranhão	112.292	-	-	-	-	(52.891)	66.976	-	-	-	126.377
Equatorial Serviços	143.541	47.270	-	-	(894)	-	1.198	(147)	888	1.201	193.057
Equatorial Transmissão	3.079.946	-	-	(750.000)	-	(174.184)	180.622	-	-	2.372	2.338.756
INTESA	314.595	-	-	-	(8.773)	(44.170)	42.722	-	-	-	304.374
Equatorial Participações	-	13.000	-	-	-	-	(86.379)	56.340	-	-	(17.039)
Equatorial Participações II	-	410.100	-	-	-	-	(59.282)	(9.216)	473	-	342.075
Equatorial Participações III	-	41.100	-	-	-	-	(12.051)	-	-	-	29.049
Total	10.623.050	511.470	3.818	(750.000)	(597.338)	(1.430.643)	3.558.641	45.733	6.918	29.565	12.001.214
Total de investimentos	10.623.050										12.018.253
Total de Provisão para perda em investimentos	-										(17.039)

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

11.2 Informações das controladas e controlada em conjunto--Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas e controlada em conjunto individualmente.

Balanco patrimonial							Resultado em 2022					
	Participação societária	Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Saldos em 2022												
Equatorial Distribuição	90,15%	692.799	519.871	4.911.624	-	5.084.552	-	-	1.906.937	3.058	(640)	1.909.355
Equatorial Piauí	94,94%	2.243.684	1.800.798	3.433.991	3.055.777	821.100	2.943.677	780.349	(368.161)	(157.586)	(29.344)	225.258
Equatorial Alagoas	96,39%	1.494.297	853.522	2.547.213	2.041.883	1.146.105	2.556.322	718.758	(323.798)	(5.843)	(69.366)	319.751
Equatorial Serviços	100,00%	61.409	15.364	128.006	6.881	167.170	93.727	56.419	(77.131)	1.983	(5.310)	(24.039)
Equatorial Transmissão	100,00%	377.036	129.921	10.328.489	956.627	9.618.977	-	-	441.666	(92.536)	-	349.130
INTESA	100,00%	410.413	123.676	696.507	727.802	255.442	147.325	83.259	(1.786)	(52.200)	(2.406)	26.867
Equatorial Participações	100,00%	6.911	192	1.301.304	-	1.308.023	-	-	(362.093)	(27.489)	-	(389.582)
Equatorial Participações II	100,00%	539	38	193.531	-	194.032	-	-	(112.745)	71	(2)	(112.676)
Equatorial Participações III	100,00%	811	75	-	79.105	(78.369)	-	-	(108.178)	93	(56)	(108.141)
		<u>5.287.899</u>	<u>3.443.457</u>	<u>23.540.665</u>	<u>6.868.075</u>	<u>18.517.032</u>	<u>5.741.051</u>	<u>1.638.785</u>	<u>994.711</u>	<u>(330.449)</u>	<u>(107.124)</u>	<u>2.195.923</u>

Balanco patrimonial							Resultado em 2021					
	Participação societária	Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Saldos em 2021												
Equatorial Distribuição	90,15%	321.691	377.059	5.126.715	-	5.071.347	-	-	1.587.573	8	-	1.587.581
Equatorial Piauí	94,93%	2.967.430	2.187.080	3.288.235	3.403.321	665.264	3.094.322	856.630	(121.344)	(104.246)	378.025	1.009.065
								717.406				
Equatorial Alagoas	96,37%	1.895.532	1.259.329	2.393.553	1.894.458	1.135.298	2.756.337	-	(105.495)	51.156	511.227	1.174.294
Geradora de Energia do Maranhão	25,00%	293.087	256.662	539.635	117.094	458.966	1.438.914	356.974	(28.582)	(12.283)	(48.207)	267.902
Equatorial Serviços	100,00%	60.312	19.129	154.225	2.352	193.056	84.196	52.735	(41.984)	893	(7.881)	3.763
								-				
Equatorial Transmissão	100,00%	127.531	21.272	3.197.161	964.664	2.338.756	-	-	271.237	(90.615)	-	180.622
INTESA	100,00%	311.000	67.663	777.843	783.270	237.910	161.990	93.504	(2.027)	(35.683)	(8.435)	47.359
Equatorial Participações	100,00%	7.557	3.951	-	20.645	(17.039)	-	-	(86.460)	81	-	(86.379)
Equatorial Participações II	100,00%	6.163	5.669	341.581	-	342.075	-	-	(59.338)	56	-	(59.282)
Equatorial Participações III	100,00%	1.132	475	28.392	-	29.049	-	-	(12.055)	4	-	(12.051)
		<u>5.991.435</u>	<u>4.198.289</u>	<u>15.847.340</u>	<u>7.185.804</u>	<u>10.454.682</u>	<u>7.535.759</u>	<u>2.077.249</u>	<u>1.401.525</u>	<u>(190.629)</u>	<u>824.729</u>	<u>4.112.874</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

11.3 Conciliação dos investimentos--Controladora

2022										
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	Amortização do direito da concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (a)	Stock Options	Provisão para perda desvalorização de investimento	Total do investimento
Equatorial Distribuição	90,15%	5.084.552	1.909.355	1.625.173	-	4.583.475	-	7.548	-	4.568.336
Equatorial Piauí	94,94%	821.100	225.258	216.212	(54.162)	779.519	1.329.738	652	-	2.109.909
Equatorial Alagoas	96,39%	1.146.105	319.751	312.045	(38.409)	1.104.695	964.617	437	-	2.069.749
Equatorial Serviços	100,00%	167.170	(24.039)	(24.039)	-	167.170	-	-	-	167.170
Equatorial Transmissão	100,00%	9.618.977	349.130	349.130	-	9.618.977	-	-	-	9.618.977
INTESA	100,00%	255.442	26.867	26.867	(4.637)	255.441	61.830	-	-	317.271
Equatorial Participações	100,00%	1.308.023	(389.582)	(389.582)	-	1.308.023	-	-	-	1.308.023
Equatorial Participações II	100,00%	194.032	(112.676)	(112.676)	-	194.032	-	-	-	194.032
Equatorial Participações III	100,00%	(78.369)	(108.141)	(108.141)	-	(78.369)	-	-	78.369	-
		18.517.032	2.195.923	1.894.989	(97.208)	17.932.963	2.356.185	8.637	78.369	20.353.467
2021										
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	Amortização do direito da concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (a)	Stock Options	Provisão para perda desvalorização de investimento	Total do investimento
Equatorial Distribuição	90,15%	5.071.347	1.587.581	1.431.128	-	4.571.571	-	6.018	-	4.577.589
Equatorial Piauí	94,93%	665.264	1.009.065	950.663	(53.947)	631.562	1.381.538	498	-	2.013.598
Equatorial Alagoas	96,37%	1.135.298	1.174.294	1.135.394	(38.403)	1.094.048	998.961	369	-	2.093.378
Geradora de Energia do Maranhão	25,00%	458.966	267.902	66.976	-	114.742	11.635	-	-	126.377
Equatorial Serviços	100,00%	193.056	3.763	1.198	-	193.057	-	-	-	193.057
Equatorial Transmissão	100,00%	2.338.756	180.622	180.622	-	2.338.756	-	-	-	2.338.756
INTESA	100,00%	237.910	47.359	47.359	(4.637)	237.907	66.467	-	-	304.374
Equatorial Participações	100,00%	(17.039)	(86.379)	(86.379)	-	(17.039)	-	-	17.039	-
Equatorial Participações II	100,00%	342.075	(59.282)	(59.282)	-	342.075	-	-	-	342.075
Equatorial Participações III	100,00%	29.049	(12.051)	(12.051)	-	29.049	-	-	-	29.049
		10.454.682	4.112.874	3.655.628	(96.987)	9.535.728	2.458.601	6.885	17.039	12.018.253

(a) Refere-se ao saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra (PPA – Purchase Price Allocation) na aquisição de suas controladas.; e o resultado de equivalência patrimonial da Companhia é ajustado pelo benefício econômico efetivo sobre o resultado da controlada, em virtude da distribuição desproporcional de dividendos a ser recebido pelas ações preferenciais. No exercício de 2022, a Companhia tem direito a recebimento de 85% sobre o resultado distribuível do ano, enquanto os acionistas detentores das ações preferenciais de um montante correspondente a 15%. Esses montantes são ajustados a cada ano conforme acordo de acionistas. Ver maiores detalhes nas notas 31.3 a. e 31.4. Este procedimento está alinhado com os requerimentos do CPC 36 item B95, onde indica que se a controlada tiver ações preferenciais em circulação com direito a dividendos cumulativos, que sejam classificadas como patrimônio líquido, e sejam detidas por acionistas não controladores, a entidade deve calcular sua parcela de lucros e prejuízos após efetuar ajuste para refletir os dividendos sobre essas ações, tenham ou não esses dividendos sido declarados. Na operação todo e qualquer dividendo distribuído aos acionistas, pela controlada, deverá ser pago, primeiramente às Ações Preferenciais, até que o total equivalha a 15% do Lucro Líquido auferido pela Companhia entre os exercícios de 2020 a 2022, 40% de 2023 a 2025 e 55% de 2026 em diante;

(b) O resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 97.208 (R\$ 96.987 em 31 de dezembro de 2021), conforme item 23, letra (a), do ICPC 09.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão das controladas distribuidoras está a seguir demonstrada:

	2021	Atualização do ativo financeiro (a)	Transf. Ativo de contrato (b)	Baixas (d)	Reclassificação	Outros	Aquisição (e)	2022
Ativo financeiro – Distribuição	10.135.810	538.579	1.788.005	(45.281)	(31.963)	4.602	817.781	13.207.533
Obrigações especiais - Distribuição (c)	(2.621.155)	(212.881)	(362.487)	-	31.684	3	(8.093)	(3.172.929)
Total	7.514.655	325.698	1.425.518	(45.281)	(279)	4.605	809.688	10.034.604

	2020	Atualização do ativo financeiro (a)	Transf. Ativo de contrato (b)	Baixas (d)	Outros	Aquisição	2021
Ativo financeiro – Distribuição	7.735.970	1.270.107	803.549	(23.138)	(1.764)	351.086	10.135.810
Obrigações especiais - Distribuição (c)	(2.070.048)	(426.621)	(104.980)	-	(19.506)	-	(2.621.155)
Total	5.665.922	843.486	698.569	(23.138)	(21.270)	351.086	7.514.655

A concessão das controladas distribuidoras da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão nas controladas distribuidoras, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Maiores informações na nota explicativa nº 25 - Receita operacional líquida;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) do ativo de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (c) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (d) Saldos provenientes das controladas indiretas Equatorial Maranhão R\$ (13.936) e Equatorial Pará R\$ (31.345), correspondentes às parcelas financeiras das baixas de bens integrantes do ativo financeiro entre as quais destacamos: baixa de medidores; transformadores e religadores de distribuição; e
- (e) Saldos provenientes da CELG Distribuição S.A. - CELG-D. Para mais detalhes, ver tópico 3.1.1 Combinações de negócios.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Imobilizado (Consolidado)

A composição do ativo imobilizado está apresentada da seguinte forma:

Imobilizado	Vida útil	2022			2021
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	-	-	-	122.664
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos	106.740	(12.895)	93.845	496
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	6.008.882	(1.221.802)	4.787.080	3.478
Móveis e utensílios	16 anos	4.841	(2.330)	2.511	471
Veículos	5 anos	2.319	(603)	1.716	859
Equipamentos de processamento de dados	6 anos	3.957	(1.150)	2.807	366
Imobilizado em andamento	-	94.872	-	94.872	100.745
Desmobilização de ativos	-	1.406	(132)	1.274	-
Total		6.223.017	(1.238.912)	4.984.105	229.079

13.1 Movimentação do ativo imobilizado

Custo do Imobilizado	2021	Aquisição (a)	Adição	Baixa	Transfe- rências	Reclassificação (b)	2022
Terrenos	122.664	-	-	-	-	(122.664)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.267	49.755	417	(698)	55.999	-	106.740
Máquinas e equipamentos	4.441	5.778.309	9.049	(325)	217.595	(187)	6.008.882
Móveis e utensílios	836	1.803	158	(80)	2.146	(22)	4.841
Veículos	1.088	-	1.453	-	(332)	110	2.319
Equipamentos de processamento de dados	609	1.145	619	(59)	1.643	-	3.957
Imobilizado em andamento	100.745	246.760	102.760	(3.832)	(277.051)	(74.510)	94.872
Desmobilização de ativos	-	1.188	218	-	-	-	1.406
Total do custo de imobilizado	231.650	6.078.960	114.674	(4.994)	-	(197.273)	6.223.017

Depreciação acumulada	2021	Aquisição (a)	Adição	Baixa	Transfe- rências	Reclassificação	2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	(771)	(10.783)	(1.457)	116	-	-	(12.895)
Máquinas e equipamentos	(963)	(1.012.554)	(208.328)	6	-	37	(1.221.802)
Móveis e utensílios	(365)	(1.810)	(183)	28	-	-	(2.330)
Veículos	(229)	-	(374)	-	-	-	(603)
Equipamentos de processamento de dados	(243)	(788)	(161)	42	-	-	(1.150)
Desmobilização de ativos	-	(39)	(93)	-	-	-	(132)
Total da depreciação	(2.571)	(1.025.974)	(210.596)	192	-	37	(1.238.912)
Total do imobilizado	229.079	5.052.986	(95.922)	(4.802)	-	(197.236)	4.984.105

(a) Deve-se à consolidação dos saldos da controlada Echoenergia Participações S.A. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 - Combinações de negócios; e

(b) Deve-se, principalmente, à reclassificação do saldo de imobilizado da controlada CEEE-D para ativo de contrato. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 15 – Ativo de contrato.

Os ativos imobilizados da controlada Echoenergia são dados como garantia em face dos financiamentos obtidos. Para mais informações, consultar a nota explicativa 17.2 - Garantias.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		2022			
	Taxas anuais*	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição					
Em serviço – Distribuição	4,23%	36.762.274	(16.783.571)	(3.530.658)	16.448.045
Direito de concessão					
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)	3,33%	291.810	(171.799)	-	120.011
Direito de concessão – Equatorial Pará (a)	3,33%	172.905	(166.979)	-	5.926
Direito de concessão – Equatorial Alagoas (a)	3,33%	1.196.831	(150.743)	-	1.046.088
Direito de concessão – Equatorial Piauí (a)	3,33%	1.714.448	(244.671)	-	1.469.777
Direito de concessão – CEEE-D (a)	4,17%	2.786.062	(174.128)	-	2.611.934
Direito de concessão – CEA (a)	3,33%	1.199.957	(43.332)	-	1.156.625
Subtotal		7.362.013	(951.652)	-	6.410.361
Outros		33.955	(2.200)	-	31.755
Subtotal		44.158.242	(17.737.423)	(3.530.658)	22.890.161
Transmissão					
Em serviço – Transmissão (Direito de outorga)	4,34%	8.287	(2.016)	-	6.271
Em curso – Transmissão		7.713	-	-	7.713
Direito de concessão					
Direito de concessão – INTESA (a)	3,33%	80.378	(18.548)	-	61.830
Subtotal		96.378	(20.564)	-	75.814
Saneamento					
Direito de concessão – CSA (b)	2,88%	943.104	(12.500)	-	930.604
Outros		437	(73)	-	364
Subtotal		943.541	(12.573)	-	930.968
Geração Eólica					
Direito de exploração (a)	5,65%	3.073.437	(177.175)	-	2.896.262
Direito de autorização (a)	2,68%	2.385.402	(62.255)	-	2.323.147
Outros		128.968	-	-	128.968
Subtotal		5.587.807	(239.430)	-	5.348.377
Total		50.785.968	(18.009.990)	(3.530.658)	29.245.320
		2021			
	Taxas anuais*	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição					
Em serviço – Distribuição	4,02%	21.404.339	(10.734.130)	(2.383.352)	8.286.857
Direito de concessão					
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)	3,33%	291.810	(156.145)	-	135.665
Direito de concessão – Equatorial Pará (a)	3,33%	172.905	(165.671)	-	7.234
Direito de concessão – Equatorial Alagoas (a)	3,33%	1.196.831	(110.892)	-	1.085.939
Direito de concessão – Equatorial Piauí (a)	3,33%	1.714.448	(187.591)	-	1.526.857
Direito de concessão – CEEE-D (a)	4,17%	2.786.062	(58.042)	-	2.728.020
Direito de concessão – CEA (a)	3,33%	1.049.867	(3.141)	-	1.046.726
Subtotal		7.211.923	(681.482)	-	6.530.441
Outros		12.878	(1.159)	-	11.719
Subtotal		28.629.140	(11.416.771)	(2.383.352)	14.829.017
Transmissão					
Em serviço – Transmissão (Direito de outorga)	4,34%	8.287	(1.296)	-	6.991
Em curso – Transmissão		3.593	-	-	3.593
Direito de concessão					
Direito de concessão – INTESA (a)	3,33%	80.378	(13.911)	-	66.467
Subtotal		92.258	(15.207)	-	77.051
Saneamento					
Direito de concessão – CSA (b)	2,86%	930.008	-	-	930.008
Total		29.651.406	(11.431.978)	(2.383.352)	15.836.076

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Refere-se ao ajuste a valor justo do ativo intangível em combinação de negócio através da Alocação do Preço Pago – PPA, sendo classificado como intangível, por tratar-se de direitos contratuais e outros direitos legais, em conformidade com o CPC 04 / IAS 38 – Ativo intangível; e
- (b) O saldo apresentado é composto pelo valor pago a título de outorga para exploração da concessão da controlada Concessionária de Saneamento do Amapá, a amortização iniciou após o período de operação assistida, que encerrou em 12 de julho de 2022.

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

14.1 Movimentação do ativo intangível

	2021	Adições	Baixas (e)	Transferên- cias Ativo de contrato (a)	Outros	Reclassificação (d)	Aquisição (c)	2022
Distribuição								
Em serviço	21.404.339	12.701	(520.897)	1.867.599	(1.407)	28.503	13.971.436	36.762.274
(-) Amortização	(10.734.130)	(1.211.229)	442.108	-	9.125	(23.246)	(5.266.199)	(16.783.571)
Total em serviço	10.670.209	(1.198.528)	(78.789)	1.867.599	7.718	5.257	8.705.237	19.978.703
Obrigações especiais (b)	(4.573.231)	-	-	(260.019)	(3.628)	-	(1.270.821)	(6.107.699)
(-) Amortização	2.189.879	246.356	-	-	-	-	140.806	2.577.041
Total em obrigações especiais	(2.383.352)	246.356	-	(260.019)	(3.628)	-	(1.130.015)	(3.530.658)
Direito de concessão	7.058.242	150.090	-	-	-	-	-	7.208.332
(-) Amortização	(527.801)	(270.170)	-	-	-	-	-	(797.971)
Total em direito de concessão	6.530.441	(120.080)	-	-	-	-	-	6.410.361
Outros	11.719	16.321	(1.212)	-	-	4.927	-	31.755
Total Distribuição	14.829.017	(1.055.931)	(80.001)	1.607.580	4.090	10.184	7.575.222	22.890.161
Transmissão								
Em serviço	583	-	-	-	-	-	-	583
(-) Amortização	(39)	(505)	-	-	-	-	-	(544)
Total em serviço	544	(505)	-	-	-	-	-	39
Em curso	3.593	4.120	-	-	-	-	-	7.713
Direito de concessão	80.378	-	-	-	-	-	-	80.378
(-) Amortização	(13.911)	(4.637)	-	-	-	-	-	(18.548)
Total em direito de concessão	66.467	(4.637)	-	-	-	-	-	61.830
Outros	7.704	(215)	-	-	-	-	-	7.489
(-) Amortização	(1.257)	-	-	-	-	-	-	(1.257)
Total outros	6.447	(215)	-	-	-	-	-	6.232
Total Transmissão	77.051	(1.237)	-	-	-	-	-	75.814
Saneamento								
Direito de concessão	930.008	13.096	-	-	-	-	-	943.104
(-) Amortização	-	(12.500)	-	-	-	-	-	(12.500)
Outros	-	364	-	-	-	-	-	364
Total Saneamento	930.008	960	-	-	-	-	-	930.968
Geração Eólica								
Direito de exploração	-	-	-	-	-	-	3.073.437	3.073.437
(-) Amortização	-	(177.175)	-	-	-	-	-	(177.175)
Direito de autorização	-	-	-	-	-	-	2.385.402	2.385.402
(-) Amortização	-	(62.255)	-	-	-	-	-	(62.255)
Subtotal	-	(239.430)	-	-	-	-	5.458.839	5.219.409
Outros	-	116.768	(19.553)	-	-	-	31.753	128.968
Total Geração Eólica	-	(122.662)	(19.553)	-	-	-	5.490.592	5.348.377
Intangível total	15.836.076	(1.178.870)	(99.554)	1.607.580	4.090	10.184	13.065.814	29.245.320

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	Adições	Baixas	Transferências Ativo de contrato	Outros	Reclassificação	Aquisição	2021
Distribuição								
Em serviço	15.799.421	266	(329.287)	931.416	(29.109)	204.442	4.827.190	21.404.339
(-) Amortização	(7.654.070)	(985.319)	248.388	-	10.513	(116.845)	(2.236.797)	(10.734.130)
Total em serviço	8.145.351	(985.053)	(80.899)	931.416	(18.596)	87.597	2.590.393	10.670.209
Obrigações especiais	(4.070.209)	(26)	-	(215.518)	15.171	31.770	(334.419)	(4.573.231)
(-) Amortização	1.874.142	230.769	-	-	-	-	84.968	2.189.879
Total em obrigações especiais	(2.196.067)	230.743	-	(215.518)	15.171	31.770	(249.451)	(2.383.352)
Direito de concessão	3.203.089	-	-	-	-	-	3.835.929	7.039.018
(-) Amortização	(333.502)	(175.075)	-	-	-	-	-	(508.577)
Total em direito de concessão	2.869.587	(175.075)	-	-	-	-	3.835.929	6.530.441
Outros	10.015	1.704	-	-	-	-	-	11.719
Total Distribuição	8.828.886	(927.681)	(80.899)	715.898	(3.425)	119.367	6.176.871	14.829.017
Transmissão								
Em serviço	1.320	-	-	-	-	-	-	1.320
(-) Amortização	(702)	(256)	-	-	-	-	-	(958)
Total em serviço	618	(256)	-	-	-	-	-	362
Em curso	1.542	1.977	-	-	-	-	-	3.519
Direito de concessão	80.378	-	-	-	-	-	-	80.378
(-) Amortização	(9.274)	(4.637)	-	-	-	-	-	(13.911)
Total em direito de concessão	71.104	(4.637)	-	-	-	-	-	66.467
Outros	6.703	-	-	-	-	-	-	6.703
Total Transmissão	79.967	(2.916)	-	-	-	-	-	77.051
Saneamento								
Direito de concessão	-	930.008	-	-	-	-	-	930.008
Total Saneamento	-	930.008	-	-	-	-	-	930.008
Intangível total	8.908.853	(589)	(80.899)	715.898	(3.425)	119.367	6.176.871	15.836.076

- (a) Corresponderem às transferências (bifurcação) do ativo de contrato para o ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (c) Saldo proveniente da controlada Echoenergia Participações S.A e CELG-D. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 - Combinações de negócios;
- (d) O saldo líquido de R\$ 10.184 foi proveniente das controladas indiretas CEEE-D, Equatorial Pará e Equatorial Serviços. Os saldos da CEEE-D correspondem aos valores de PIS/COFINS, ao longo do processo de avaliação dos custos das obras, identificou-se que os serviços e materiais alocados foram contabilizados líquidos desses impostos, entretanto, os custos incorridos para adquirir um ativo foram registrados pelo valor de aquisição. Desta forma, houve a reclassificação do montante para os ativos incorporados no exercício no valor de (R\$ 9.858), além disso, houve reclassificação de saldos do imobilizado no montante de (R\$ 1.141). Na Equatorial Pará, R\$31.047 deve-se à reclassificação de ativo de contrato e intangível e (R\$ 15.070) corresponde às reclassificações entre intangível e investimentos. Na Equatorial Serviços o valor R\$ 4.927, corresponde à reclassificação de imobilizado e intangível. Na CEA o montante de R\$ 279, corresponde à reclassificação de ativo financeiro e intangível; e
- (e) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, transformadores e religadores de distribuição que correspondiam a direitos de recebimento via faturamento através de sua amortização. Os mesmos foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas.

As controladas da Companhia concluíram suas análises de *impairment* e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2022.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Ativo de contrato (Consolidado)

A movimentação do ativo de contrato está conforme a seguir demonstrado:

Distribuição									
	2021	Adições (d)	Baixas (c)	Outros (f)	Reclassificação (e)	Transferências (a)		Aquisição (g)	2022
						Ativo Intangível	Ativo Financeiro		
Em curso	2.841.343	5.147.619	-	45.674	70.929	(1.867.599)	(1.788.005)	2.318.003	6.767.964
Obrigações especiais (b)	(1.035.091)	(587.863)	4.818	-	(31.047)	260.019	362.487	(110.052)	(1.136.729)
Total distribuição	1.806.252	4.559.756	4.818	45.674	39.882	(1.607.580)	(1.425.518)	2.207.951	5.631.235

Transmissão									
	2021	Implementação da infraestrutura	Remuneração do ativo de contrato	Reconhecimento da RAP	Manutenção e operação	Ativo de contrato – ganho / perda de realização	Reclassificação		2022
Em curso	3.865.376	-	-	-	-	-	(3.865.376)	-	-
Em serviço	6.521.050	107.717	1.578.951	(1.390.468)	114.440	(118.080)	3.865.376		10.678.986
Total transmissão	10.386.426	107.717	1.578.951	(1.390.468)	114.440	(118.080)	-		10.678.986
Total ativo de contrato	12.192.678								16.310.221
Circulante	1.394.297								1.437.976
Não circulante	10.798.381								14.872.245

Distribuição									
	2020	Adições	Reclassificação	Baixas	Transferências		Outros	Aquisição	2021
					Ativo Intangível	Ativo Financeiro			
Em curso	1.942.174	2.561.129	(6.940)	(2.017)	(931.416)	(803.549)	(14.280)	96.242	2.841.343
Obrigações especiais	(853.251)	(218.951)	(214.559)	11.950	215.518	104.980	(7.064)	(73.714)	(1.035.091)
Total distribuição	1.088.923	2.342.178	(221.499)	9.933	(715.898)	(698.569)	(21.344)	22.528	1.806.252

Transmissão									
	2020	Implementação da infraestrutura	Remuneração do ativo de contrato	Reconhecimento da RAP	Manutenção e operação	Ativo de contrato – ganho / perda de realização	Transferências		2021
Em curso	9.836.817	525.257	-	-	-	(450.851)	(6.045.847)		3.865.376
Em serviço	147.473	7.982	1.457.832	(1.169.274)	31.190	-	6.045.847		6.521.050
Total transmissão	9.984.290	533.239	1.457.832	(1.169.274)	31.190	(450.851)	-		10.386.426
Total ativo de contrato	11.073.213								12.192.678
Circulante	708.900								1.394.297
Não circulante	10.364.313								10.798.381

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) do ativo de contrato para o ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) Referem-se ao encerramento de ordens de serviços referentes às baixas de Kit Padrão – Obras PLPT;
- (d) O montante de R\$ 4.559.756 refere-se às adições líquidas do ativo de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 4.099.733 impactaram o caixa das controladas e, conforme nota explicativa nº 32.1 – Transações não envolvendo caixa, R\$ 134.163 referem-se às adições em contrapartida de fornecedores das controladas, R\$ 282.046 referem-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas das controladas e R\$ 43.814 deve-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 17 – Empréstimos e financiamentos das controladas;
- (e) Saldo proveniente da controlada indireta CEEE-D, referente à reclassificação de saldos do imobilizado, no valor de R\$ 70.929. O saldo de R\$(31.047) da controlada indireta Equatorial Pará referente a reclassificação de saldos do intangível;
- (f) Saldo proveniente da controlada indireta CEA, referentes às ativações devido à adequação das obras de investimentos, para atendimento do Ofício circular nº 289/2022 – SFF/ANEEL; e
- (g) Saldos provenientes da CELG Distribuição S.A. - CELG-D. Para mais detalhes, ver tópico 3.1.1 - Combinações de negócios.

As controladas da Companhia que atuam no ramo de distribuição de energia avaliaram e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada ao ativo de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço: (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada para redução ao valor recuperável foi registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

16 Fornecedores (Consolidado)

	2022	2021
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	1.690.630	2.081.893
Encargos de uso da rede elétrica	364.960	169.415
Materiais e serviços (b)	2.121.507	1.665.123
Parcelamento Itaipu (c)	130.363	-
Outros	90.041	25.420
Total	4.397.501	3.941.851
Não circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	-	89.073
Materiais e serviços (b)	10.223	89.626
Parcelamento Itaipu (c)	290.061	-
Outros	30.230	-
Total	330.514	178.699
Total	4.728.015	4.120.550

- (a) A variação no exercício deve-se à redução dos custos das operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) referente ao efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira e, também, à redução das despesas com a parcela variável, dos contratos por disponibilidade, devido à retração do acionamento das usinas termoeletricas;
- (b) O saldo deve-se, substancialmente, aos fornecedores de materiais e serviços referentes ao custeio operacional e aos investimentos na infraestrutura da concessão realizados durante o exercício nas controladas da Companhia; e

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) Saldo referente a 43 parcelas restantes do Termo de confissão e repactuação da dívida do repasse de energia de Itaipu – ECF 3286/2016, celebrado entre a CELG-D, controlada indireta da Companhia, e a Eletrobras, assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar R\$ 2,6929 do Contrato ECF 3002/2012, totalizando R\$901.949. A dívida foi celebrada em reais e vem sendo corrigida pela taxa SELIC calculada *pro rata die* sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O Termo foi parcelado em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes o principal e juros remuneratórios.

16.1 Fornecedores – Risco sacado (convênio)

As controladas da Companhia, em consonância com as melhores práticas de governança e transparência, visando atender às sugestões emitidas pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM, no Ofício Circular 01/22 e anteriores, decidiram apresentar de forma segregada do saldo de Fornecedores (nota explicativa nº 16) os valores relacionados às operações de convênios, apesar de manter a essência de uma transação mercantil. Visando ainda uma melhor apresentação do saldo comparativo de 2021, as controladas da Companhia aprimoraram a abertura destes saldos no balanço patrimonial em contas destacadas.

As controladas da Companhia, exceto CELG-D, aplicam recursos com um fundo de investimento (FIDC), gerido pela *Vinci Partners*, enquanto a controlada indireta CELG-D possui convênios junto aos bancos ABC, Itaú e *Daycoval*, ambas para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação de antecipação de créditos em que as controladas da Companhia são as legítimas devedoras. Nesta operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos antecipados para o fundo e/ou banco (conforme aplicável) em troca da antecipação. O fundo e/ou banco (conforme aplicável), por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que as controladas da Companhia efetuam a liquidação do título na mesma data acordada com seu fornecedor. Ademais, as controladas da Companhia, por confirmarem a existência dos créditos dos fornecedores ao fundo e/ou banco (conforme aplicável), asseguram a este a certeza e a liquidez de seus vencimentos. Taxas de desconto praticadas entre o fundo e/ou banco (conforme aplicável) e os fornecedores são definidos por negociação entre as partes, sem intermediação das controladas da Companhia. Adicionalmente, a opção pela antecipação é de exclusivo arbítrio de cada fornecedor.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as controladas da Companhia apresentaram R\$ 331.953 e R\$ 165.903, respectivamente, em valores de fornecedores – risco sacado (convênio).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Empréstimos e financiamentos

17.1 Composição do saldo

Controladora

Custo da dívida (% a.a.)	2022		
	Principal e encargos		
	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional			
Nota comercial			
CDI + 1,35%	501.404	-	501.404
Total	501.404	-	501.404

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

		2022					2021		
Custo da dívida (% a.a.)		Principal e encargos			Custo da dívida (% a.a.)		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)									
Banco Citibank S.A.	CDI + 0,78% e 111,8% CDI	444.225	19.727	463.952	111,8% a 113,5% do CDI	991.801	362.733	1.354.534	
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	CDI+1,45% a 1,48%	5.089	495.783	500.872	CDI +1,45%	2.283	267.522	269.805	
Bank of America	CDI+1,50%	253.919	-	253.919	CDI +1,50%	934	271.725	272.659	
Agência Francesa de Desenvolvimento	-	-	-	-	4% a 4,81%	376.038	-	376.038	
Banco Bocom BBM	CDI+1,71%	7	18.234	18.241	CDI +1,71%	4	19.502	19.506	
Scotiabank	CDI+1,35% a 1,85%	196.096	1.893.004	2.089.100	CDI +1,58% a 1,85%	3.974	1.108.191	1.112.165	
Santander	CDI +1,62%	3.765	420.039	423.804	-	-	-	-	
Total moeda estrangeira		903.101	2.846.787	3.749.888		1.375.034	2.029.673	3.404.707	
Moeda nacional									
Eletrobras	124,75% do CDI + 0,5% / 6,0%	170.963	200.400	371.363	*	526.072	980.067	1.506.139	
CEEE-GT	-	-	-	-	100% do CDI	187.180	-	187.180	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	IPCA+3,93% a 5,96% /TLJP +2,02% a 2,88%	536.099	8.390.505	8.926.604	IPCA + 3,90% a 5,30%	329.683	5.453.934	5.783.617	
Banco do Brasil	6,00%/ IPCA +0,96% a 1,62%	60.087	950.815	1.010.902	IPCA + 1,6% /6%	64.649	720.030	784.679	
Banco do Nordeste	IPCA + 0,96% a 2,98% / CDI +3,66% /2,5%	162.786	2.819.774	2.982.560	IPCA + 1,1% a 2,98%// CDI+3,66%	112.143	1.475.254	1.587.397	
Caixa Econômica Federal	6,00%	10.502	36.639	47.141	6,00%	10.542	46.960	57.502	
CCEE/RGR/ANEEL	5,00%	-	1.055.461	1.055.461	5,00%	-	1.005.395	1.005.395	
Santander	CDI + 1,62% a 1,65%	7.438	250.000	257.438	CDI +0,98% a 1,65%	23.834	580.000	603.834	
China Construction Bank	CDI + 0,97%	7.309	150.000	157.309	-	-	-	-	
Banco da Amazônia	IPCA +1,68% a 2,05%	7	11.080	11.087	-	-	-	-	
CELGPAP	6,80%.	11.265	49.763	61.028	-	-	-	-	
FIDC Série A	CDI + 3%.	31.882	-	31.882	-	-	-	-	
FIDC Série B	IPCA + 9,70%	14.689	-	14.689	-	-	-	-	
Enel Brasil (a)	CDI + 1,40%	7.055.025	-	7.055.025	-	-	-	-	
Nota comercial	CDI + 1,35% a 1,40%	513.286	400.000	913.286	-	-	-	-	
Nota promissória	CDI + 1,40%	-	586.037	586.037	CDI +1,40%	-	514.339	514.339	
Subtotal		8.581.338	14.900.474	23.481.812		1.254.103	10.775.979	12.030.082	
(-) Custo de captação		(7.571)	(64.509)	(72.080)		(2.571)	(28.748)	(31.319)	
(-) Ajuste a valor presente		-	(579.580)	(579.580)		-	(602.015)	(602.015)	
(-) Cotas subordinadas FIDC		(74.041)	-	(74.041)		-	-	-	
Subtotal		(81.612)	(644.089)	(725.701)		(2.571)	(630.763)	(633.334)	
Total moeda nacional		8.499.726	14.256.385	22.756.111		1.251.532	10.145.216	11.396.748	
Total		9.402.827	17.103.172	26.505.999		2.626.566	12.174.889	14.801.455	

- (a) Saldo oriundo de dívida pela controlada CELG Distribuição S.A. – CELG-D, convertendo as operações de empréstimo de mútuo com a Enel Brasil S.A. e Enel Finance International N.V e seus respectivos derivativos em uma nova dívida, cujo o credor passou a ser a Enel Brasil S.A., com o custo de CDI + 1,40% a.a., juros e amortização *bullet*, tendo como vencimento final, 28 de dezembro de 2023.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

17.2 Garantias

	Garantias
Moeda estrangeira (USD)	
Banco Citibank S.A	Aval/Fiança
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Aval/Fiança
Bank of America	Aval/Fiança
Banco Bocom BBM	Aval/Fiança + Fiança Bancária
Scotiabank	Aval/Fiança
Moeda nacional	
Eletrobras	Recebíveis
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Aval/Fiança + Conta Reserva + Alienação Fiduciária + Recebíveis + Penhor de Ações + Penhor de Equipamentos + Penhor de Direitos Emergentes + Penhor de Direitos Creditórios
Banco do Brasil	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis + Alienação Fiduciária/ Penhor de Ações + Alienação Fiduciária/ Penhor de Equipamentos + Cessão Fiduciária/ Penhor de Direitos Emergentes
Banco do Nordeste	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva + Alienação Fiduciária + Penhor de Ações + Penhor de Equipamentos + Penhor de Direitos Emergentes + Penhor de Direitos Creditórios
Caixa Econômica Federal	Aval/Fiança + Recebíveis + Conta Reserva
CCEE/RGR/ANEEL	Recebíveis
Santander	Aval/Fiança
Banco da Amazônia	Fiança bancária
Celg de Participações S/A	Recebíveis
FIDC Série A e B	Aplicação Financeira e Cessão de Direitos Creditórios
Enel Brasil	Aval/Fiança + Fiança Bancária
Nota comercial	Aval/Fiança
Notas promissórias	Aval/Fiança

17.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Controladora

	2022	
	Valor	%
Circulante	501.404	100%
Total	501.404	100%

Consolidado

	2022	
	Valor	%
Circulante	9.402.827	36%
2024	2.410.730	9%
2025	2.717.905	10%
2026	1.887.320	7%
2027	1.437.516	5%
De 2028 a 2042	9.293.788	35%
Subtotal	17.747.259	66%
Custo de captação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(644.087)	(2%)
Não circulante	17.103.172	64%
Total	26.505.999	100%

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

17.4 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Ingressos	500.000	-	500.000
Encargos	1.404	-	1.404
Saldos em 31 de dezembro de 2022	501.404	-	501.404

Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.251.532	10.145.216	1.375.034	2.029.673	14.801.455
Ingressos (nota explicativa nº 17.5)	500.039	2.604.911	-	1.866.400	4.971.350
Aquisição (a)	7.257.263	2.786.008	-	-	10.043.271
Encargos	796.474	161.551	66.020	-	1.024.045
Variação monetária e cambial	168.915	296.484	(92.178)	(243.389)	129.832
Transferências	1.732.587	(1.732.587)	805.897	(805.897)	-
Amortizações de principal (b)	(2.394.679)	-	(1.192.472)	-	(3.587.151)
Pagamentos de juros	(840.008)	-	(59.200)	-	(899.208)
Custo de captação (c)	5.168	(5.198)	-	-	(30)
Ajuste a valor presente	22.435	-	-	-	22.435
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.499.726	14.256.385	903.101	2.846.787	26.505.999

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.828.198	9.113.375	401.092	1.444.910	12.787.575
Ingressos	-	2.285.173	-	1.420.000	3.705.173
Aquisição	78.117	155.962	871.254	-	1.105.333
Reclassificação do mútuo	(260.797)	260.797	-	-	-
Encargos	471.590	241.405	45.300	-	758.295
Variação monetária e cambial	61.099	434.801	373.483	(152.071)	717.312
Transferências	1.522.011	(1.522.011)	683.166	(683.166)	-
Amortizações de principal	(1.976.975)	-	(957.913)	-	(2.934.888)
Pagamentos de juros	(503.090)	-	(41.348)	-	(544.438)
Custo de captação	3.519	(11.756)	-	-	(8.237)
Ajuste a valor presente	27.860	607.560	-	-	635.420
Extinção de obrigação de pagamento - Lei nº 14.120/21	-	(1.420.090)	-	-	(1.420.090)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.251.532	10.145.216	1.375.034	2.029.673	14.801.455

- (a) Saldo proveniente da Echoenergia Participações S.A. e CELG Distribuição S.A. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 - Combinações de negócios;
- (b) Em 29 de março de 2022, a controlada indireta CEEE-D liquidou antecipadamente o contrato com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$ 319.239, que previa a liquidação da dívida no caso de mudança de controle da contratante do financiamento, o que ocorreu após a liquidação do leilão;

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 02 de maio de 2022, a Controlada indireta Equatorial Piauí, liquidou antecipadamente os contratos ECF-2916/11, ECF-2938/11 e ECF-2960/11 com a Eletrobras, nos montantes de R\$ 1.231, R\$ 1.101 e R\$ 4.852, respectivamente. Em 15 de junho de 2022, liquidou antecipadamente o contrato ECF-2906/10 com a Eletrobras, nos montante de R\$ 97.156. Em 30 de agosto de 2022, liquidou antecipadamente os contratos RES-0751/14, ECF-3026/12 e ECF-2988/12 com a Eletrobras, nos montantes de R\$ 197.072, R\$ 15.753 e R\$ 6.149, respectivamente. Em 07 de dezembro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente o CCB nº 4132944 com o Banco Santander, no montante de R\$ 130.000;

Em 13 de outubro de 2022, a Controlada indireta Equatorial Alagoas liquidou antecipadamente o contrato ECF-2971/11, com a Eletrobras, no montante de R\$ 33.622. Em 26 de outubro de 2022, liquidou antecipadamente o CCB 4132942, com o Banco Santander, no montante de R\$ 250.000. Em 27 de dezembro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente os contratos ECF-2901/10, ECF 2987/12, ECF 3077/13, RES 0115/15, RES 0603/15, ECF 3104, ECF 3027 e ECF 3363/18, com a Eletrobras, nos montantes de R\$ 81.326, R\$ 5.329, R\$ 26.039, R\$ 23.941, R\$ 49.185, R\$ 19.501, R\$ 30.009, R\$ 106.822, respectivamente; e

- (c) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

17.5 Ingressos

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do ingresso	Pagamento de juros	Amortização	Destinação do recurso	Encargo financeiro (a.a)	Taxa efetiva com derivativo (a.a)
CEA	Sumitomo Mitsui Banking Corporation	250.000	fev/2022	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD+ 3,05%	CDI+1,48%
EQTL Piauí	China Construction Bank	150.000	fev/2022	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI+ 0,97%	Não se aplica
EQTL Pará	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	350.000	mar/2022	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,11%	Não se aplica
EQTL Alagoas	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	115.000	mar/2022	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 4,43%	Não se aplica
Echoenergia	Banco do Brasil	11.103	abr/2022	Semestral	Semestral	Implantação do projeto de Serra do Mel	IPCA + 0,96%	Não se aplica
EQTL Maranhão	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	220.000	mai/2022	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 4,11%	Não se aplica
Enova	Banco Citibank S.A	100.000	jun/2022	Bullet	Semestral	Capital de Giro	US\$ + SOFR + 0,61%	CDI + 0,78%
SPE 5	Banco do Nordeste	22.897	jun/2022	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 2,60%	Não se aplica
EQTL Piauí	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	210.000	jun/2022	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 4,43%	Não se aplica
EQTL Telecom	Banco Citibank S.A	20.000	jul/2022	Semestral	Bullet	Capital de Giro	US\$ 4,40%	CDI + 0,95%
SPE 6	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	4.895	set/2022	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 4,93%	Não se aplica
Equatorial Alagoas	Banco Santander	50.000	out/2022	Trimestral	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,62%	Não se aplica
CEEE-D	Nota Comercial	400.000	out/2022	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,40%	Não se aplica
Equatorial Alagoas	Banco Santander	276.500	out/2022	Trimestral	Bullet	Capital de Giro	US\$ + 6,45%	CDI + 1,62%
Equatorial Pará	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	395.354	nov/2022	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 4,11%	Não se aplica
Echoenergia	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	554	nov/2022	Mensal	Mensal	Subcredito social	2,55%	Não se aplica
Equatorial Piauí	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	153.531	nov/2022	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 4,43%	Não se aplica
Equatorial Pará	Scotiabank	1.000.000	nov/2022	Semestral	Bullet	Capital de Giro	US\$ + 5,67%	CDI + 1,35%
Equatorial Pará	Scotiabank	73.900	nov/2022	Semestral	Bullet	Capital de Giro	US\$ + 5,67%	CDI + 1,35%
Equatorial Alagoas	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	184.929	nov/2022	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 4,43%	Não se aplica
Equatorial Piauí	Banco Santander	146.000	dez/2022	Trimestral	Bullet	Capital de Giro	US\$ + 6,24%	CDI + 1,62%
Equatorial Energia	Nota Comercial	500.000	dez/2022	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,35%	Não se aplica
Equatorial Maranhão	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	139.226	dez/2022	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 4,11%	Não se aplica
Equatorial Maranhão	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	186.381	dez/2022	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 5,96%	Não se aplica
CSA	Banco da Amazônia	4.858	dez/2022	Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 1,6812%	Não se aplica
CSA	Banco da Amazônia	6.222	dez/2022	Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 2,0549%	Não se aplica
		<u>4.971.350</u>						

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

17.6 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e suas controladas possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou penhor de ações e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, com o período de apuração trimestral:

Equatorial Energia

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5

Nota comercial

4,1

Equatorial Maranhão

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <=3,5

2º EBITDA/Resultado financeiro líquido : > 1,5

Scotiabank

1,3

6,1

Equatorial Pará

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,0

Citibank

1,4

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5

Scotiabank

1,5

Equatorial Piauí

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5

Santander

4,0

Equatorial Alagoas

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5

Santander

2,4

NCE Santander

2,4

A Companhia é garantidora nas seguintes emissões nas quais a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

CEEE-D

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <= 4,5

Bank of
America
4,1

Sumitomo Mitsui
Banking Corporation
4,1

Nota
promissória
4,1

Nota
comercial
4,1

CEA

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <= 4,5

Scotiabank
4,1

Sumitomo Mitsui
Banking Corporation
4,1

Telecom

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <= 4,5

Citibank
4,1

E-Nova

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5

Citibank
4,1

Equatorial Piauí

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5

Scotiabank
4,1

Santander
4,1

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia e suas controladas possuem *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação das demonstrações contábeis da Companhia. Para o ano de 2022, a apuração indica, cumprimento da Companhia como interveniente garantidora, e descumprimento da controlada Equatorial Piauí, o que não causou “*default*” da dívida. Além disso, em 28 de dezembro de 2022, devido à previsão do não atingimento do ICSD, a controlada indireta Serras Holding S.A. obteve autorização do BNDES para extinção temporária da entrega deste índice no exercício de 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações estipuladas nos contratos.

18 Debêntures

18.1 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.247	2.436.140	2.448.387
Ingressos (nota explicativa nº 18.3)	-	2.000.000	2.000.000
Encargos	567.519	-	567.519
Transferências	(5.679)	5.679	-
Pagamento de juros	(452.320)	-	(452.320)
Custo de captação (a)	3.713	(13.239)	(9.526)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	125.480	4.428.580	4.554.060
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.161	562.926	566.087
Ingressos	-	2.000.000	2.000.000
Transferência de titularidade- parte relacionada	(6.900)	(124.602)	(131.502)
Encargos	36.310	-	36.310
Variação monetária	-	9.492	9.492
Transferências	(2.924)	2.924	-
Pagamento de juros	(19.272)	-	(19.272)
Custo de captação	1.872	(14.600)	(12.728)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.247	2.436.140	2.448.387

(a) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui as seguintes emissões vigentes.

Emissão	Característica	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	Em 31 de dezembro de 2022		
							Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
3ª	(1)/(3)/(4)	Única	448.400	CDI + 1,3% a.a.	out/18	out/24	15.259	448.178	463.437
5ª	(1)/(3)/(4)	1ª	1.700.000	CDI + 1,55% a.a.	dez/21	dez/26	6.750	1.680.402	1.687.152
5ª	(1)/(3)/(4)	2ª	300.000	CDI + 1,7% a.a.	dez/21	dez/28	1.902	300.000	301.902
3ª	(1)/(3)/(4)	5ª	2.000.000	CDI + 1,4% a.a.	fev/22	fev/25	101.569	2.000.000	2.101.569
							125.480	4.428.580	4.554.060

- (1) Emissão pública de debêntures simples;
- (2) Emissão privada de debêntures simples;
- (3) Não conversíveis em ações;
- (4) Espécie Quirografária;
- (5) Debêntures Incentivadas;
- (6) Garantia Adicional Fidejussória;
- (7) Garantia Adicional Real.

Consolidado

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	961.010	9.640.470	10.601.480
Ingressos (nota explicativa nº 18.3)	-	4.200.000	4.200.000
Aquisição (a)	110.581	1.131.871	1.242.452
Encargos	1.295.101	211.079	1.506.180
Variação monetária	157.993	83.500	241.493
Amortização do principal	(1.928.333)	-	(1.928.333)
Transferências	1.965.091	(1.965.091)	-
Pagamento de juros	(1.179.563)	-	(1.179.563)
Custo de captação (b)	24.381	(30.564)	(6.183)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.406.261	13.271.265	14.677.526

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	883.076	4.117.327	5.000.403
Ingressos	-	5.803.000	5.803.000
Encargos	344.432	3.893	348.325
Variação monetária	18.262	222.179	240.441
Amortização do principal	(447.854)	-	(447.854)
Transferências	450.295	(450.295)	-
Pagamento de juros	(297.847)	-	(297.847)
Custo de captação	10.646	(55.634)	(44.988)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	961.010	9.640.470	10.601.480

- (a) Saldo proveniente da Echoenergia Participações S.A. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 – Combinações de negócios; e
- (b) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem as seguintes emissões vigentes:

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Controlada	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Em 31 de dezembro de 2022		
								Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
Equatorial Pará	2ª	(2)/(3)/(6)/(7)	1ª	60.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	28.209	27.102	55.311
Equatorial Pará	2ª	(2)/(3)/(6)/(7)	2ª	23.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	10.643	10.178	20.821
Equatorial Pará (a)	3ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	100.931	IPCA + 6,87% a.a.	dez/16	dez/23	136.663	-	136.663
Equatorial Pará	6ª	(1)/(3)/(4)	Única	1.350.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	23.518	1.345.496	1.369.014
Equatorial Maranhão (a)	7ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	115.000	IPCA + 5,54% a.a.	out/16	out/23	156.752	-	156.752
Equatorial Maranhão	9ª	(1)/(3)/(4)	Única	300.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	5.217	298.957	304.174
Equatorial Piauí	1ª	(1)/(3)/(4)	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/21	dez/26	4.065	400.000	404.065
Equatorial Piauí	2ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	620.000	CDI + 1,10% a.a.	mai/19	mai/23	314.032	-	314.032
Equatorial Alagoas	1ª	(1)/(3)/(4)	1ª	200.000	CDI + 1,635% a.a.	out/22	out/27	4.981	200.000	204.981
Equatorial Alagoas	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	100.000	CDI + 0,74% a.a.	out/22	out/34	745	97.444	98.189
Equatorial Transmissão	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	800.000	IPCA + 4,92% a.a.	mar/21	mar/36	10.836	888.512	899.348
Equatorial Transmissão	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	104.500	IPCA + 5,77% a.a.	out/21	nov/24	68.989	68.115	137.104
CEEE-D	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	1.200.000	CDI + 1,5% a.a.	ago/21	ago/26	364.853	892.620	1.257.473
CEEE-D	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	300.000	IPCA + 5,4% a.a.	ago/21	set/29	6.679	331.075	337.754
CEEE-D	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	250.000	CDI + 1,08% a.a.	dez/22	dez/29	343	250.233	250.576
CSA	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	1.003.000	CDI + 1,55% a.a.	dez/21	jun/24	(1.094)	1.148.170	1.147.076
CEA	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	500.000	CDI + 1,28% a.a.	dez/21	dez/24	-	569.255	569.255
Equatorial Transmissão 1 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	3.763	64.791	68.554
Equatorial Transmissão 2 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	2.506	53.552	56.058
Equatorial Transmissão 3 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	jan/33	4.037	53.973	58.010
Equatorial Transmissão 3 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34	4.002	49.899	53.901
Equatorial Transmissão 5 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	1.014	78.277	79.291
Equatorial Transmissão 7 (a)	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	2.321	159.137	161.458
Equatorial Transmissão 8 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	1.342	117.527	118.869
Equatorial Transmissão 8 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	1.596	107.150	108.746
Intesa	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	1ª	100.000	IPCA + 5,42% a.a.	nov/18	out/25	43.094	83.519	126.613
Intesa	2ª	(1)/(3)/(4)	1ª	250.000	109% do CDI	mar/19	mar/24	8.604	249.403	258.007
Intesa	2ª	(1)/(3)/(4)	2ª	150.000	CDI + 1,10% a.a.	mar/19	mar/26	5.300	150.000	155.300
Echoenergia Participações S.A (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	180.000	IPCA + 6,90% a.a.	jun/20	jun/30	4.374	205.596	209.970
Echoenergia Participações S.A (a)	2ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	2ª	140.000	IPCA + 4,75% a.a.	jan/21	jan/31	8.261	152.811	161.072
Echoenergia Participações S.A	3ª	(1)/(3)/(7)	Única	300.000	CDI + 2,20% a.a.	ago/21	jul/24	7.176	299.765	306.941
Ventos de São Clemente Holding S.A (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	180.000	IPCA + 8,00% a.a.	abr/17	out/30	16.109	182.023	198.132
Ventos de São Clemente Holding S.A	2ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	20.000	IPCA + 7,059% a.a.	abr/20	dez/29	2.464	18.031	20.495
Serras Holding S.A	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	40.000	IPCA + 7,64% a.a.	jul/18	jul/32	3.861	45.220	49.081
São Jorge Holding S.A	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	45.000	IPCA + 9,00% a.a.	mai/17	jul/28	12.017	62.938	74.955
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	43.000	IPCA + 5,95% a.a.	jul/20	jun/35	2.725	33.725	36.450
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	44.000	IPCA + 5,95% a.a.	jul/20	jun/35	2.791	35.220	38.011
Serra do Mel Holding S.A	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	142.000	IPCA + 5,95% a.a.	mar/21	dez/35	7.993	112.971	120.964
								1.280.781	8.842.685	10.123.466

- (1) Emissão pública de debêntures simples;
(2) Emissão privada de debêntures simples;
(3) Não conversíveis em ações;
(4) Espécie quirografária;
(5) Debêntures incentivadas;
(6) Garantia adicional fidejussória; e
(7) Garantia adicional real.

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia, cujos prazos não são determinados para a aplicação dos mesmos. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pelas controladas da Companhia para esse fim.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

18.2 Cronograma de amortização da dívida

Controladora

	2022	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	125.480	3%
2024	448.400	10%
2025	2.850.000	63%
2026	850.000	19%
2027	150.000	3%
De 2028 a 2036	150.000	3%
Não circulante	4.448.400	98%
Custo de captação (não circulante)	(19.820)	(1%)
Total não circulante	4.428.580	97%
Total	4.554.060	100%

Consolidado

	2022	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	1.406.261	10%
2024	3.256.183	22%
2025	3.393.478	23%
2026	2.465.151	17%
2027	1.139.737	8%
De 2028 a 2039	3.114.433	21%
Não circulante	13.368.982	91%
Custo de captação (não circulante)	(97.717)	(1%)
Total não circulante	13.271.265	90%
Total	14.677.526	100%

18.3 Ingressos

Companhia	Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação do Recurso	Encargo Financeiro	Taxa Efetiva com Derivativo
Equatorial Energia S.A.	5ª Emissão - 5ª Série	2.000.000	Fev/2022	Semestral	Bullet	Aquisição Echoenergia	CDI + 1,40%	Não se aplica
Equatorial Pará	6ª Emissão - Série Única	1.350.000	Jun/2022	Semestral	Anual	Capital de giro	CDI + 1,40%	Não se aplica
Equatorial Maranhão	9ª Emissão - Série Única	300.000	Jun/2022	Semestral	Anual	Capital de giro	CDI + 1,40%	Não se aplica
Equatorial Alagoas	1ª Emissão - 1ª Série	200.000	Out/2022	Semestral	Bullet	Capital de giro	CDI + 1,635%	Não se aplica
Equatorial Alagoas	1ª Emissão - 2ª Série	100.000	Out/2022	Semestral	Anual	Investimento	IPCA + 6,3618%	CDI + 0,74%
CEEE-D	2ª Emissão - 1ª Série	250.000	Dez/2022	Semestral	Bullet	Investimento	IPCA + 7,1498%	CDI + 1,08%
		<u>4.200.000</u>						

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

18.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros com o período de apuração anual:

Equatorial Energia

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,5$

3ª debêntures

4,1

5ª debêntures

4,1

Equatorial Pará

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA : $\leq 4,0$

2º EBITDA/Despesa financeira líquida: $> 2,0$

2ª debêntures

2,3

7,7

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA : $\leq 3,5$

2º EBITDA/Despesa financeira líquida:

$\geq 1,5$

3ª debêntures

1,5

9,6

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,5$

6ª debêntures

1,5

Equatorial Maranhão

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 3,25$

2º EBITDA / Resultado financeiro líquido:

$\geq 1,5$

7ª debêntures

1,3

6,1

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4, 5$

9ª debêntures

1,3

Equatorial Piauí

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,5$

1ª debêntures

4,0

Equatorial Alagoas

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,5$

1ª debêntures

2,4

Equatorial Transmissão

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 6,5$

1ª debêntures

4,7

2ª debêntures

4,7

SPEs

Covenants debêntures

Dívida líquida/EBITDA Companhia: $\leq 4,5$

SPE 01

3,8

SPE 02

4,3

SPE03

3,8

SPE 05

3,1

SPE 07

3,3

SPE 08

4,1

INTESA

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,5$

1ª debêntures

2,4

2ª debêntures

2,4

A Companhia é garantidora nas seguintes emissões, na qual a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,5$

EQTL PI
(2ª debêntures)

4,1

CEEE-D
(1ª debêntures)

4,1

CEEE-D
(2ª debêntures)

4,1

CEA

4,1

CSA

4,1

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e as controladas mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos com exceção da controlada indireta Serras Holding S.A. Devido à previsão do não atingimento do ICSD, a controlada indireta obteve em 29 de dezembro de 2022, a autorização pelos Debenturistas da extinção temporária para entrega do índice no exercício.

19 Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	2022	2021
Circulante		
ICMS	368.875	456.391
ICMS parcelamento (a)	105.505	89.063
PIS e COFINS	567.966	486.232
Encargos sociais e outros	65.916	42.720
Outros	120.892	86.626
Total	1.229.154	1.161.032
Não circulante		
ICMS	62.934	63.926
ICMS parcelamento (a)	2.413.435	2.285.163
Outros	212.836	168.574
Total	2.689.205	2.517.663
Total impostos e contribuições a recolher	3.918.359	3.678.695

- (a) Saldos referentes às controladas Equatorial Pará, Equatorial Alagoas e CEEE-D nos montantes de R\$ 42.191, R\$ 8.581 e R\$ 2.468.168, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022, totalizando R\$ 2.518.940 (R\$ 50.775, R\$ 16.333 e R\$ 2.307.118, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021).

Vale destacar que o saldo ICMS parcelamento oriundo da controlada CEEE-D está de acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, em que a CEEE-D cedeu e transferiu à sua antiga controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação se deu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação, que em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado.

Do saldo remanescente, R\$ 111.788 refere-se a parcelamentos ordinários e R\$ 2.356.998 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC. Conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	1.521.601	-	1.521.601
Multa	405.014	(243.008)	162.006
Juros	430.383	(258.230)	172.153
Total	2.356.998	(501.238)	1.855.760

Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	2022	
	Valor	%
Circulante	105.505	4%
2024	101.797	4%
2025	100.735	4%
2026	103.869	4%
2027	98.689	3%
De 2028 a 2035	2.008.345	81%
Não circulante	2.413.435	96%
Total ICMS parcelamento	2.518.940	100%

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

20.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Ativos de:		
Prejuízo fiscal (a)	1.492.767	714.439
Base negativa (a)	487.535	266.742
	1.980.302	981.181
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	415.536	302.893
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	531.414	469.791
Provisão para participação nos lucros	25.077	31.130
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	3.174.130	2.736.155
Arrendamentos – CPC 06 (R2) /IFRS 16	1.932	4.755
Provisão atuarial	77.202	59.955
Swap	26.999	16.878
Ativo Imobilizado em Curso (AIC) reversível	72.318	76.744
Intangível - concessão - aquisição Equatorial Pará	48.768	48.573
Contingências e encargos da dívida - aquisição Equatorial Pará, Alagoas e Piauí	58.943	62.286
Atualização do ativo financeiro VNR e AVP	21.973	36.575
Outras diferenças temporárias	298.455	52.283
	4.752.747	3.898.018
Total	6.733.049	4.879.199
Passivos de:		
Diferenças temporárias		
Depreciação acelerada	(546.593)	(583.464)
Provisão para contingências	-	(78.046)
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(26.206)	(170.294)
Atualização do ativo financeiro VNR e AVP	(955.568)	(832.866)
Receita de Construção– CPC 47/IFRS 15	(4.702.416)	(4.156.081)
Swap	(16.815)	(152.545)
Arrendamento - CPC 06(R2)/IFRS 16	-	(3.115)
Provisão para participação nos lucros	-	(7.109)
Provisão atuarial	-	(21.720)
Reavaliação bens da concessão	(28.772)	(34.260)
Instrumentos financeiros- CPC 48/IFRS 9	(64.172)	(54.649)
Opção de compra de ações	(199.006)	(140.465)
Outras diferenças temporárias	(409.618)	(71.162)
Total	(6.949.166)	(6.305.776)
Total IRPJ e CSLL passivo e ativo diferidos	(216.117)	(1.426.577)
Ativo não circulante (a)	2.277.811	939.618
Passivo não circulante	(2.493.928)	(2.366.195)
Efeito líquido não circulante	(216.117)	(1.426.577)

- (a) A movimentação do saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição no período representa o imposto de renda e contribuição social diferidos nas controladas Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, CELG-D e SPEs 01 a 08 . Os impostos diferidos totalizaram R\$ 1.980.302 (R\$981.181 em 31 de dezembro de 2021), e estão embasados em projeções de recuperabilidade futura aprovada pelo Conselho de Administração. Existem saldos ativos e passivos por estarem sendo apresentadas no consolidado diversas companhias diferentes.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

20.2 Movimentação dos tributos diferidos

	2021	Aquisição	Reconhecimento no resultado	2022	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	714.439	821.250	(42.922)	1.492.767	1.492.767	-
Base negativa de CSLL	266.742	273.638	(52.845)	487.535	487.535	-
Provisão para contingências	224.847	211.839	(21.150)	415.536	415.536	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	299.497	235.161	(29.450)	505.208	531.414	(26.206)
Provisão para participação nos lucros	24.021	-	1.056	25.077	25.077	-
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	2.736.155	-	437.975	3.174.130	3.174.130	-
Receita de construção - CPC 47/IFRS 15	(4.156.081)	-	(546.335)	(4.702.416)	-	(4.702.416)
Arrendamentos – CPC 06 (R02) /IFRS 16	1.640	173	119	1.932	1.932	-
Contingências e encargos da dívida –Aquisição Equatorial Pará, Alagoas e Piauí	62.286	-	(3.343)	58.943	58.943	-
Swap	(135.667)	-	145.851	10.184	26.999	(16.815)
Provisão atuarial	38.235	23.048	15.919	77.202	77.202	-
Outras	(18.879)	(125.360)	33.076	(111.163)	298.455	(409.618)
Atualização do ativo financeiro VNR e AVP	(796.291)	(64.214)	(73.090)	(933.595)	21.973	(955.568)
Depreciação acelerada	(583.464)	-	36.871	(546.593)	-	(546.593)
Intangível - Concessão- Aquisição Equatorial Pará	48.573	-	195	48.768	48.768	-
Reavaliação bens da concessão	(34.260)	-	5.488	(28.772)	-	(28.772)
Instrumentos Financeiros – CPC 48/ IFRS 9	(54.649)	-	(9.523)	(64.172)	-	(64.172)
Opção de compra de ações	(140.465)	-	(58.541)	(199.006)	-	(199.006)
AIC reversível	76.744	-	(4.426)	72.318	72.318	-
Total	(1.426.577)	1.375.535	(165.075)	(216.117)	6.733.049	(6.949.166)

	2020	Reconhecimento no resultado	2021	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	108.127	606.312	714.439	714.439	-
Base negativa de CSLL	51.122	215.620	266.742	266.742	-
Provisão para contingências	207.896	16.951	224.847	302.893	(78.046)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	264.601	34.896	299.497	469.791	(170.294)
Provisão para participação nos lucros	19.920	4.101	24.021	31.130	(7.109)
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	2.155.392	580.763	2.736.155	2.736.155	-
Receita de construção - CPC 47/IFRS 15	(3.474.286)	(681.795)	(4.156.081)	-	(4.156.081)
Arrendamentos – CPC 06 (R02) /IFRS 16	834	806	1.640	4.755	(3.115)
Contingências e encargos da dívida -Aquisição Equatorial Pará, Alagoas e Piauí	62.441	(155)	62.286	62.286	-
Swap	(137.846)	2.179	(135.667)	16.878	(152.545)
Provisão atuarial	13.348	24.887	38.235	59.955	(21.720)
Outras	(33.403)	14.524	(18.879)	52.283	(71.162)
Atualização do ativo financeiro VNR e AVP	(579.583)	(216.708)	(796.291)	36.575	(832.866)
Depreciação acelerada	(620.462)	36.998	(583.464)	-	(583.464)
Intangível - Concessão- Aquisição Equatorial Pará	48.473	100	48.573	48.573	-
Reavaliação bens da concessão	(41.192)	6.932	(34.260)	-	(34.260)
Instrumentos Financeiros – CPC 48/ IFRS 9	-	(54.649)	(54.649)	-	(54.649)
Opção de compra de ações	-	(140.465)	(140.465)	-	(140.465)
AIC reversível	38.868	37.876	76.744	76.744	-
Total	(1.915.750)	489.173	(1.426.577)	4.879.199	(6.305.776)

20.3 Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração das controladas estimam que a realização dos créditos fiscais, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total	Total	
							Prejuízo fiscal	Base negativa
Equatorial Alagoas	29.923	31.477	31.612	30.700	209.852	333.564	245.268	88.296
Equatorial Piauí	48.774	20.567	47.108	48.771	313.144	478.364	365.467	112.897
SPEs 01 a 08	18.754	34.769	19.963	-	-	73.486	60.782	12.704
CELG-D	-	-	-	-	1.094.888	1.094.888	821.250	273.638
Total	97.451	86.813	98.683	79.471	1.617.884	1.980.302	1.492.767	487.535

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

20.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada a seguir:

Controladora	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	1.432.429	1.432.429	3.834.992	3.834.992
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	358.107	128.919	958.748	345.149
Adições:				
Equivalência patrimonial	293.266	102.170	203.293	81.914
Outras provisões	4.587	1.159	27.302	1.055
Total adições (B)	297.853	103.329	230.595	82.969
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	(733.252)	(263.971)	(1.117.200)	(402.192)
Derivativos – ajuste a valor justo	(43.045)	(15.496)	(103.283)	(37.182)
Outras provisões	-	-	(357)	(128)
Total exclusões (C)	(776.297)	(279.467)	(1.220.840)	(439.502)
Dedutibilidade fiscal (limite legal) (D)	(120.337)	(47.219)	(31.497)	(11.384)
Total de IRPJ e CSLL do exercício E = (A) + (B) + (C) - (D)	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	42.995	15.496	103.283	37.182
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	3%	1%	3%	1%

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	2.692.737	2.692.737	4.169.434	4.169.434
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	673.184	242.346	1.042.359	375.249
Adições:				
Provisão para contingências	31.753	11.431	43.430	15.635
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	132.883	47.838	378.576	136.287
Ajuste a valor presente	72.106	25.959	26.308	9.471
Variação SWAP	130.795	47.085	25.271	9.097
Atualização do ativo financeiro VNR	52.861	19.030	63.552	22.879
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	4.035	1.453	5.049	1.818
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	3.388	1.220	4.575	1.456
Multa e penalidades por infrações	2.183	155	1.594	103
Arrendamentos – CPC 06 (R2/IFRS 16)	1.026	369	4.186	1.507
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	48.157	17.338	196.753	71.001
Depreciação acelerada	36.871	-	36.998	-
Remuneração e RAP – Ativo de contrato	274.876	98.956	231.770	83.435
Outras provisões	619.646	225.174	495.001	177.378
Total adições (B)	1.410.580	496.008	1.513.063	530.067
Exclusões:				
Provisão e reversão para contingências	(48.062)	(17.301)	(90.285)	(32.501)
Reversão de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(114.298)	(41.171)	(359.759)	(129.514)
Ajuste ao valor presente	(6.895)	(2.483)	(3.387)	(1.219)
Variação SWAP	(7.116)	(2.562)	(23.669)	(8.521)
Atualização do ativo financeiro VNR	(134.348)	(48.365)	(316.621)	(113.982)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(712)	(255)	(2.118)	(1.274)
Receita de construção – CPC 47/IFRS 15	(402.891)	(145.111)	(501.683)	(180.603)
Derivativos – ajuste a valor justo	(43.045)	(15.496)	(103.283)	(37.182)
Outras provisões	(150.495)	(51.675)	(398.692)	(143.990)
Total exclusões (C)	(907.862)	(324.419)	(1.799.497)	(648.786)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(131.776)	(57.427)	(104.280)	(32.632)
IRPJ e CSLL outros	-	-	(26.023)	(10.365)
Incentivos	(5.727)	-	(6.998)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(299)	-	(370)	161
Total compensações (D)	(137.802)	(57.427)	(137.671)	(42.836)
IRPJ subvenção governamental	(788.949)	-	(475.850)	-
Total outras deduções (E)	(788.949)	-	(475.850)	-
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	249.151	356.508	142.404	213.694
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	121.379	43.696	(351.516)	(137.657)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	370.530	400.204	(209.112)	76.037
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	14%	15%	(5%)	2%

20.5 Composição do PIS e COFINS diferidos

	2022	2021
Passivo		
PIS diferido sobre a receita de implementação (a)	300.314	191.537
COFINS diferido sobre a receita de implementação (a)	859.580	881.769
Outros impostos diferidos	14.317	11.372
Total PIS e COFINS diferidos	1.174.211	1.084.678
Passivo circulante	56.919	-
Passivo não circulante	1.117.292	1.084.678

- (a) O diferimento do PIS e da COFINS é relativo a 9,25% das receitas oriundas do ativo de contrato. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que as controladas transmissoras SPes 01 a 08 e INTESA receberem as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Dividendos a pagar (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.373.938	3.694.527
(-) Reserva legal	(68.697)	(184.726)
Lucro líquido ajustado	1.305.241	3.509.801
Dividendos mínimos obrigatórios	326.310	877.450
(-) Reserva lucros a realizar	-	(228.586)
Dividendos mínimos obrigatórios	326.310	648.864
Realização da reserva de lucros a realizar – dividendos mínimos	54.877	55.176
Dividendos adicionais propostos	3.968	-
Total dividendos	385.155	704.040

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos em reunião do Conselho de Administração em 29 de março de 2023.

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	547.597
Dividendos adicionais (0,72 centavos por ação)	159.532
Pagamento de dividendos (0,72 centavos por ação)	(707.129)
Dividendos propostos de 2021 (0,64 centavos por ação)	648.864
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (0,64 centavos por ação)	648.864
Dividendos adicionais (0,64 centavos por ação)	55.176
Pagamento de dividendos (0,64 centavos por ação)	(704.020)
Dividendos propostos de 2022 (0,35 centavos por ação)	326.310
Dividendos reservas de lucros a realizar 2022 (0,35 centavos por ação)	54.877
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (0,35 centavos por ação)	381.207

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

22 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial – Equatorial Pará

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A. e Pine S.A. Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, a controlada Equatorial Pará estima que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo. A estimativa da controlada é que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

22.1 Composição da dívida

	2022	2021
Circulante		
Outras concessionárias	5.695	5.695
Credores financeiros (a)	28.527	19.211
Partes relacionadas	9.607	9.606
Total	43.829	34.512
Não circulante		
Outras concessionárias	83.853	83.853
Credores financeiros (a)	382.433	389.331
Partes relacionadas	640.349	640.349
(-) Ajuste a valor presente – partes relacionadas	(136.014)	(147.589)
(-) Ajuste a valor presente (b)	(64.878)	(71.162)
Total	905.743	894.782
Total	949.572	929.294

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era composto por: R\$ (47.105) de empréstimos e financiamentos e R\$ (17.773) de outras concessionárias (R\$ (51.876) de empréstimos e financiamentos e R\$ (19.286) de outras concessionárias em 31 de dezembro de 2021).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

22.2 Cronograma de pagamento

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	2022	
	Valor	%
Circulante	43.829	5%
2024	28.514	3%
2025	26.321	3%
2026	26.321	3%
2027	61.293	6%
Até 2034	964.186	102%
Subtotal	1.106.635	117%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(200.892)	(22%)
Não circulante	905.743	95%
Total	949.572	100%

22.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	2021	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	2022
Outras concessionárias	70.262	5.029	-	-	(5.028)	1.512	71.775
Partes relacionadas – nota explicativa nº 10	502.366	38.395	-	-	(38.395)	11.576	513.942
Credores financeiros	356.666	15.396	14.521	(13.160)	(14.336)	4.768	363.855
Total	929.294	58.820	14.521	(13.160)	(57.759)	17.856	949.572

	2020	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	2021
Outras concessionárias	66.620	5.028	-	-	(2.899)	1.513	70.262
Partes relacionadas	490.791	38.395	-	-	(38.395)	11.575	502.366
Credores financeiros	403.469	15.765	40.794	(92.885)	(15.247)	4.770	356.666
Total	960.880	59.188	40.794	(92.885)	(56.541)	17.858	929.294

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais (Consolidado)

As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2022		2021	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	2.617.636	171.080	1.229.695	142.477
Fiscais	293.062	124.455	271.820	77.104
Trabalhistas	2.755.936	362.061	527.039	254.504
Regulatórias	241.258	1.726	79.041	-
Ambientais	31.020	-	27.328	-
Total (a)	5.938.912	659.322	2.134.923	474.085
Circulante	601.291	5.711	526.133	4.025
Não circulante	5.337.621	653.611	1.608.790	470.060

- (a) O aumento nos saldos foi impactado pela consolidação dos processos da controlada CELG Distribuição S.A. Para mais detalhes, ver tópico 3.1.1 Combinações de negócios.

Movimentação dos processos no exercício

	2021	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Aquisição (5)	2022
Cíveis	1.229.695	167.674	(115.846)	(134.510)	41.629	1.428.994	2.617.636
Fiscais	271.820	4.579	(2)	(197)	4.032	12.830	293.062
Trabalhistas	527.039	170.354	(82.988)	(93.426)	60.676	2.174.281	2.755.936
Regulatórias	79.041	7.028	(5.785)	(19.180)	(547)	180.701	241.258
Ambientais	27.328	7	(3)	-	3.688	-	31.020
Total	2.134.923	349.642	(204.624)	(247.313)	109.478	3.796.806	5.938.912

	2020	Adições	Utilização	Reversão de provisão	Atualização	Aquisição	2021
Cíveis	704.700	141.631	(133.662)	(81.664)	31.239	567.451	1.229.695
Fiscais	248.230	9.775	(25)	(219)	2.859	11.200	271.820
Trabalhistas	247.773	152.227	(89.007)	(110.347)	(50.158)	376.551	527.039
Regulatórias	6.292	15.033	-	(636)	1.961	56.391	79.041
Ambientais	-	337	(10)	(161)	988	26.174	27.328
Total	1.206.995	319.003	(222.704)	(193.027)	(13.111)	1.037.767	2.134.923

(1) Contingências provisionadas no exercício;

(2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(3) Reversões realizadas no exercício;

(4) Atualizações monetárias; e

(5) Saldos provenientes da distribuidora CELG Distribuição S.A. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 - Combinações de negócios.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Cíveis

As controladas da Companhia figuram como rés em 66.341 processos cíveis em 31 de dezembro de 2022 (54.253 processos em 31 de dezembro de 2021), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debênture conversíveis em ações, inadimplência de Governo, cobranças indevidas, acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 4.177.540 (R\$ 1.893.603 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2022	2021
Debêntures	271.797	243.484
Inadimplência de Governo	259.267	-
Falha no fornecimento	225.903	140.495
Cobrança indevida	217.495	194.639
Honorários	213.653	-
Quebra de contrato	247.746	137.320
Falha no atendimento	235.728	24.513
Morte por eletroplessão	124.830	89.333
Fraude questionada	58.130	41.338
Desclassificação na secagem de fumo	33.440	-
Execução de título extrajudicial	30.260	-
Convênio de devolução	29.331	-
Acidentes	50.617	40.952
Portaria do DNAEE	12.628	10.317
Corte indevido	12.448	8.818
Regulatório	88.073	88.097
Outras	506.290	210.389
Total (a)	2.617.636	1.229.695
Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2022	2021
Associação Goiana dos Municípios convênio	1.578.423	-
Quebra de contrato	650.903	729.376
Falha no fornecimento	300.234	180.433
Falha no atendimento	166.563	6.190
Adequação de rede	105.014	100.950
Portaria do DNAEE	93.334	90.593
Acidentes	89.654	19.314
Cobrança indevida	59.773	49.031
Morte por eletroplessão	75.362	35.327
Incêndio	60.512	55.002
Fraude questionada	23.010	23.049
Licitação	16.343	17.124
Técnico	13.700	-
Corte indevido	11.808	6.095
Recadastramento iluminação pública	8.711	9.243
Regulatório	122.645	259.055
Outras	801.551	312.821
Total (a)	4.177.540	1.893.603

- (a) O aumento no saldo das causas cíveis com prognóstico de risco de perda provável e possível foi impactado, principalmente, pela consolidação dos processos da controlada CELG Distribuição S.A.. Para mais detalhes, ver tópico 3.1.1 Combinações de negócios.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Fiscais

As controladas da Companhia figuram como rés em 1.657 processos fiscais em 31 de dezembro de 2022 (1.083 processos em 31 de dezembro de 2021) representado pelo montante de R\$ 293.062 (R\$ 271.820 em 31 de dezembro de 2021).

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 485.066 (R\$ 416.205 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2022	2021
Planos econômicos	146.745	146.745
PIS/COFINS	70.320	70.771
ICMS	53.352	37.932
ISS	1.383	1.306
Outras	21.262	15.066
Total	293.062	271.820

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2022	2021
ICMS	369.634	337.132
Cobrança CIP/COSIP	29.852	-
PIS/COFINS	22.949	21.323
Multa por infração	14.072	12.733
ISS	10.817	10.180
CSLL, PIS e COFINS	1.087	1.007
ICMS, TUSD e TUST	602	685
Outras	36.053	33.145
Total	485.066	416.205

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia possuem 14.433 processos (7.992 processos em 31 de dezembro de 2021), no montante de R\$ 2.755.936 (R\$ 527.039 em 31 de dezembro de 2021) por ex-empregados contra as controladas da Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, responsabilidade solidária, programa de desligamento, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 2.369.040 (R\$ 129.095 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foram constituídas provisões.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2022	2021
Hora extra	1.304.991	45.207
Responsabilidade solidária	239.033	17.841
Programa de desligamento	209.746	37.245
Diferença salarial	167.081	146.518
Responsabilidade subsidiária	140.418	23.796
Auxílio alimentação	123.665	31.318
Verbas rescisórias	85.548	42.827
Sobreaviso	65.650	1.033
Acidente de trabalho	35.090	15.100
Ex-autárquico	28.158	-
Jornada de trabalho	21.154	-
Penosidade	19.223	2.740
Gratificação	15.753	1.913
FGTS	18.865	3.081
Implantação do plano de cargos, carreira e salários	24.680	17.279
Periculosidade	22.472	2.530
Danos morais	23.033	4.921
Acúmulo de função	8.031	-
Desligamento voluntário	4.539	4.286
Doença ocupacional	3.947	4.102
Concurso público	3.889	3.577
Reintegração no emprego	1.597	19.261
Outras	189.373	102.464
Total (b)	2.755.936	527.039

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2022	2021
Hora extra	1.176.027	26.136
Diferença salarial	489.141	-
Responsabilidade solidária	161.485	-
Auxílio alimentação	145.854	1.539
Responsabilidade subsidiária	86.244	41.585
Verbas rescisórias	61.160	548
Programa de desligamento	55.929	-
Sobreaviso	33.532	-
Acidente de trabalho	27.046	4.774
Gratificação	19.969	1.591
Danos morais	7.601	4.176
Equiparação salarial	7.366	1.234
FGTS	7.201	297
Doença ocupacional	5.470	8.179
Reintegração no emprego	2.708	377
Outras	82.307	38.659
Total (b)	2.369.040	129.095

- (b) O aumento no saldo das causas cíveis com prognóstico de risco de perda provável e possível foi impactado, principalmente, pela consolidação dos processos da controlada CELG Distribuição S.A. Para mais detalhes, ver tópico 3.1.1 Combinações de negócios.

Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia figuram como rés em 390 processos regulatórios (399 processos em 31 de dezembro de 2021) e possuem montante de prováveis penalidades regulatórias a serem aplicadas de R\$ 241.258 (R\$ 79.041 em 31 de dezembro de 2021), referente, principalmente, a termos de notificação e auto de infração da ANEEL, bem como penalidade de medição de fronteira na CCEE.

As controladas da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, possuem processos regulatórios, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, no montante de R\$ 32, (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021), com base na avaliação da gerência jurídica, para as quais não foram constituídas provisões.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências regulatórias (prognóstico provável de perda)	2022	2021
Falha no atendimento	45.017	-
Fiscalização técnica	33.386	-
Reflexo das diferenças salariais	25.857	36.190
Incêndio	29.797	-
Compra e venda de energia	17.405	15.395
Multa sobre a apuração da Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (DEC) e		
Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (FEC)	7.385	6.569
Direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos	7.140	6.272
Conta de desenvolvimento energético – CDE	75	65
Auto de infração	-	14.533
Outras	75.196	17
Total (c)	241.258	79.041

Contingências regulatórias (prognóstico possível de perda)	2022	2021
Conta de desenvolvimento energético – CDE	32	-
Total	32	-

- (c) O aumento no saldo das causas regulatórias com prognóstico de risco de perda provável foi impactado, principalmente, pela consolidação dos processos da controlada CELG Distribuição S.A. Para mais detalhes, ver tópico 3.1.1 Combinações de negócios.

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é R\$ 8.872.296 (R\$ 4.655.287 em 31 de dezembro de 2021), o capital autorizado é de 1.500.000.000 de ações e sua composição de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%
Squadra Investimentos	100.631.852	8,91%
Opportunity	74.938.222	6,64%
BlackRock	57.299.125	5,08%
CPPIB	57.556.847	5,10%
Demais minoritários	838.508.539	74,27%
Total	1.128.934.585	100%

Em 08 de fevereiro de 2022, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 2.782.283, mediante a emissão de 118.395.000 novas ações ordinárias.

Em 28 de abril de 2022, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 184.726 oriundos da reserva legal e R\$ 1.250.000 oriundos da reserva estatutária para investimento e expansão, sem emissão de novas ações.

24.2 Reservas de capital

Esta reserva é constituída pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1)/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, bem como pela mudança na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 Demonstrações Consolidadas. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva era R\$ 187.518 (R\$ 155.745 em 31 de dezembro de 2021).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

24.3 Reservas de lucros

	2022	2021
Reserva legal (24.3.1)	68.697	184.726
Reserva para investimento e expansão (24.3.2)	6.829.826	7.221.951
Reserva de lucros a realizar (24.3.3)	1.343.325	1.398.202
Reserva de dividendos adicionais (24.3.4)	3.968	55.176
Total de reservas de lucros	8.245.816	8.860.055

24.3.1 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva era R\$ 68.697 (R\$ 184.726 em 31 de dezembro de 2021).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

24.3.2 Reserva para investimento e expansão

Essa reserva estatutária prevista no artigo 27 § 2º, itens IV e V do Estatuto Social, que faz referência ao artigo 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia na aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, saneamento e renováveis. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva era R\$ 6.829.826 (R\$7.221.951 em 31 de dezembro de 2021).

24.3.3 Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era R\$ 1.343.325 (R\$ 1.398.202 em 31 de dezembro de 2021).

A equivalência patrimonial absorvida sobre os resultados não realizados das controladas será realizado a medida que os mesmos forem sendo realizados nas controladas e os dividendos distribuídos para a controladora. As controladas possuem dividendos mínimos obrigatórios que variam de 1% a 25% do lucro líquido do exercício. Como explicado anteriormente, essas receitas oriundas da aplicação do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente nas transmissoras (controladas) possuem prazo de realização que variam conforme o prazo de concessão, podendo chegar a 35 anos.

As reservas de lucros a realizar constituem-se em dividendos que serão distribuídos aos acionistas da Companhia quando realizados e serão adicionados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício, assim como facultado pela Lei das S.A. (6.404/76).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

24.3.4 Reserva de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era R\$ 3.968 (R\$ 55.176 em 31 de dezembro de 2021).

24.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o seu reconhecimento e que foram protegidos era R\$ (136.030) (R\$ (43.360) em 31 de dezembro de 2021). Para maiores detalhes, ver nota explicativa nº 31.4 – Instrumentos financeiros derivativos);

- Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos efeitos dos planos de benefícios pós-emprego era R\$102.099 e (R\$ (90.180) em 31 de dezembro de 2021). Para maiores detalhes, ver nota explicativa nº 30 – Benefício pós-emprego;

- Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de transações entre acionistas era R\$ (21.768) (R\$ (138.461) em 31 de dezembro de 2021).

- Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial era R\$ (55.699) (R\$ (272.001) em 31 de dezembro de 2021).

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão reclassificados para o resultado do exercício, integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

24.5 Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações da Companhia detidas pela Companhia. Em 04 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou Programa de Recompra de Ações com o objetivo de maximizar a geração de valor para seus acionistas, por meio da aquisição para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução de capital social. A operação foi aprovada e limitada à quantidade de 50.110.056 ações ordinárias, com duração máxima de 18 meses, contados a partir de 07 de dezembro de 2020 a 07 de junho de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha 28.870.100 ações ordinárias em tesouraria no montante de R\$ 642.725 (R\$ 642.725 em 31 de dezembro de 2021).

24.6 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido do exercício	1.373.938	3.694.527
Denominador		
1. Média ponderada de ações no cálculo do LPA básico	1.100.065	981.641
2. Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	1.105.943	983.358
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$	1.2490	3,7636
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$	1.2423	3,7571
	2022	2021
(i) Fator de diluição		
3. Quantidade de Ações <i>Stock Options</i> (5º Plano)	18.127	16.931
4. Diluição	5.878	1.717
Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	1.105.943	983.358

24.7 Planos de opção de compra de ações

O Grupo possui planos para outorga de opções de ações aos seus executivos e colaboradores. Estes planos visam a integrar os profissionais no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias controladas devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma:

24.7.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

As informações das Opções outorgadas, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão descritas abaixo, e das outorgas anteriores estão descritas na nota explicativa nº 24.7.1 – Quinto Plano de Opção de Compra de Ações, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

4º Outorga (Consolidado)		5º Outorga (Consolidado)	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis	<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
11/03/2023	232.950	26/07/2023	66.250
11/03/2024	232.950	26/07/2024	66.250
11/03/2025	232.950	26/07/2025	66.250
11/03/2026	232.950	26/07/2026	66.250
	931.800		265.000

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

Companhia e suas controladas:

	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício
	2022	2022	2021	2021
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	16.930.700	-	15.627.500	-
Canceladas durante o exercício	-	-	-	-
Outorgadas durante o exercício	1.196.800	23,59	1.303.200	24,78
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	15.392.500	17,32	15.392.500	19,38
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	235.000	19,99	235.000	20,71
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	1.303.200	24,14	1.303.200	24,78
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	931.800	23,59	-	-
Existentes ao fim do exercício 5ª Outorga	265.000	23,58	-	-
Existentes ao fim do exercício	18.127.500		16.930.700	-

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 25.477 (R\$ 31.411 em 31 de dezembro de 2021) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

24.7.2 Plano de outorga de “Phantom Shares”

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo.

O Programa outorga aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia o direito a “Phantom Shares”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o período de carência que se encerra em 1º de maio de 2025; (ii) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o período de carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das metas de *performance* pela Companhia.

Os recursos a serem entregues pela Companhia e suas controladas aos participantes do Programa serão do caixa da Companhia e de suas controladas.

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “Phantom Shares” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

b. Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do período de 31 de dezembro de 2022, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia e as suas controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Alagoas e Equatorial Serviços, fizeram jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* forem atingidas:

Companhia:

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do período	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
<i>Em ações</i>	2022	2022	2021	2021
Existentes em 1º de janeiro	382.500	24,79	382.500	21,47
Outorgadas durante o período/exercício	-	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	382.500	24,77	382.500	24,79

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*” na Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 3.359 (R\$ 3.134 em 31 de dezembro de 2021).

Companhia e suas controladas

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do período	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
<i>Em ações</i>	2022	2022	2021	2021
Existentes em 1º de janeiro	2.082.500	23,60	1.797.500	21,47
Canceladas durante o período/exercício	-	-	(20.000)	-
Constituídas durante o período/exercício	-	-	305.000	23,60
Outorgadas durante o período/exercício	-	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	2.082.500	24,77	2.082.500	23,60

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*” na Companhia e suas controladas no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 16.290 (R\$ 18.674 em 31 de dezembro de 2021).

As quantidades acima podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Ressalta-se que este plano é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. O plano de “*phantom shares*” está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

25 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	2022	2021
Distribuição e Saneamento		
Receita de distribuição	23.227.369	18.912.165
Remuneração financeira WACC	1.159.468	782.557
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	670.403	3.685.937
Subvenção CDE – outros	915.040	629.838
Fornecimento de energia elétrica	25.972.280	24.010.497
Suprimento de energia elétrica (b)	365.488	1.071.390
Receita pela disponibilidade - uso da rede (c)	1.130.043	735.111
Receita de construção (d)	5.086.163	2.737.090
Atualização do ativo financeiro (e)	325.698	843.486
Outras receitas	959.330	450.078
Subtotal Distribuição (f)	33.839.002	29.847.652
Saneamento		
Abastecimento de água e serviços de esgoto	34.088	-
Receita de construção	61.456	-
Outras receitas	282	-
Subtotal Saneamento	95.826	-
Transmissão		
Receita de construção e melhoria de infraestrutura (g)	107.717	533.238
Receita de operação e manutenção (h)	114.440	31.190
Outras receitas	3.438	51.162
Subtotal	225.595	615.590
Remuneração dos ativos da concessão (i)	1.578.951	1.457.832
PIS/COFINS diferidos	(146.053)	(134.848)
Subtotal	1.432.898	1.322.984
Subtotal transmissão	1.658.493	1.938.574
Geração eólica		
Receita com venda de energia	862.231	-
Outras receitas	9.466	-
Subtotal geração (j)	871.697	-
Outros		
Receita de comercialização	253.664	287.276
Outras receitas	93.504	50.815
Subtotal outros	347.168	338.091
Receita operacional bruta	36.812.186	32.124.317
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(4.775.531)	(4.705.359)
PIS e COFINS	(2.314.797)	(1.932.176)
PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores	(87.276)	-
PIS e COFINS diferido – Transmissoras	(9.965)	(49.323)
Encargos do consumidor	(241.389)	(186.650)
ISS	(9.300)	(9.184)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (k)	(1.989.694)	(850.902)
Penalidades DIC/FIC e outras	(238.649)	(142.310)
Outros	(13.078)	(7.527)
Deduções da receita operacional	(9.679.679)	(7.883.431)
Receita operacional líquida	27.132.507	24.240.886

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) A variação dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste, ter sido superior aos custos efetivamente pagos, gerando uma constituição de Parcela A, inferior ao ocorrido para esse mesmo período em 2021; (iii) variação entre os valores amortizados do último reajuste; (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora, quando comparada como esse mesmo período em 2021 e; (v) efeito da CVA da Bandeira Faturada;
- (b) A receita de suprimento de energia elétrica de 2022 foi menor em comparação com o exercício anterior, devido ao PLD de venda no mercado de curto prazo;
- (c) As controladas distribuidoras de energia elétrica reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição, sendo calculada conforme a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD definida pela ANEEL, com base na Resolução Normativa nº 414/2010 e as legislações específicas, de modo que o cliente cativo pode migrar para o ambiente livre, desde que atenda aos requisitos definidos. Nesse sentido, a variação deve-se, principalmente, a: i) despesa com a liquidação CCEE (Encargo do Serviço de Sistema) em 2022 foi superior quando comparado com 2021, gerando uma receita maior na CVA, e ii) amortização do passivo financeiro setorial dos recursos da Conta-Covid regulamentado por meio da Resolução Normativa 885/2020. A combinação destes dois fatores foram responsáveis pela variação em valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros;
- (d) Ver explicação do custo de construção, conforme nota explicativa nº 26 – Custos do serviço e despesas operacionais;
- (e) O considerável número de obras encerradas que impactaram o saldo a ser transferido/bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado, acumulou variação negativa no exercício comparativo, o IPCA, que passou de 10,06% até dezembro de 2021 para 5,79% até dezembro de 2022;
- (f) A variação no exercício deve-se, principalmente, à consolidação dos saldos das distribuidoras CEEE-D e CEA, tendo em vista que seus resultados passaram a ser consolidados a partir de outubro e dezembro de 2021, respectivamente;
- (g) A redução é devido à entrada em operação das controladas transmissoras SPE 01, SPE 02, SPE 03, SPE 05, SPE 07 e SPE 08;
- (h) Receita decorrente dos custos incorridos e necessários para o cumprimento das obrigações de *performance* de operação e manutenção (acrescidos da margem projetada);
- (i) Remuneração financeira proveniente da atualização do ativo de contrato, que teve variação superior ao exercício anterior devido ao aumento da base de ativo de contrato;
- (j) Saldo proveniente da Echoenergia Participações S.A. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 – Combinações de negócios; e
- (k) A variação na CDE (Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.642/2018) deve-se à vigência da Resolução nº 3.034, de 26 de abril de 2022, a qual estabeleceu as quotas a serem pagas no decorrer do ano de 2022.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

25.1 Margem das obrigações de *performance* (Consolidado)

	2022			2021		
	SPEs	INTESA	Total	SPEs	INTESA	Total
Construção e melhoria de infra estrutura						
Receita, líquida de tributos diferidos	97.357	395	97.752	470.862	13.053	483.915
Ganho/perda de margem de realização	(63.664)	(43.493)	(107.157)	(361.532)	(47.617)	(409.149)
Custo	(5.465)	(194)	(5.659)	(304.917)	(6.402)	(311.319)
Margem (R\$)	28.228	(43.292)	(15.064)	(195.587)	(40.966)	(236.553)
Margem percebida (%) (*)	83,78%	100,45%		(178,90%)	(313,84%)	-
Margem orçada no início do contrato (%)	35,24%	45,91%		35,24%	45,91%	-
Operação e manutenção						
Receita, líquida de tributos diferidos	93.685	20.755	114.440	19.418	11.772	31.190
Custo	(62.227)	(20.379)	(82.606)	(13.132)	(11.225)	(24.357)
Margem (R\$)	31.458	376	31.834	6.286	547	6.833
Margem percebida (%)	33,58%	1,81%		32,37%	4,65%	-
Margem orçada no início do contrato (%)	35,24%	45,91%		35,24%	45,91%	-

(*) A margem percebida considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da concessão.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

26 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	2022					
	Custo do serviço de energia elétrica	Custo de O&M	Total dos Custos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa
Pessoal	(377.194)	(21.881)	(399.075)	(186.435)	(435.193)	-
Material	(91.513)	(2.709)	(94.222)	(30.737)	(15.142)	-
Serviços de terceiros	(579.067)	(53.499)	(632.566)	(545.118)	(362.403)	-
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(10.921.316)	-	(10.921.316)	-	-	-
Custo de construção – Distribuição (b)	(5.086.163)	-	(5.086.163)	-	-	-
Custo de construção – Transmissão (c)	(5.659)	-	(5.659)	-	-	-
Custo de construção – Saneamento	(61.456)	-	(61.456)	-	-	-
Variações das margens do ativo de contrato, líquido PIS e COFINS diferidos (d)	(106.512)	(645)	(107.157)	-	-	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber	-	-	-	-	-	(264.995)
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, ambientais e regulatórios	-	-	-	-	(102.476)	-
Depreciação/Amortização (e)	(1.055.241)	-	(1.055.241)	-	(669.877)	-
Subvenção CCC	(38.269)	-	(38.269)	-	-	-
Outros	(164.612)	-	(164.612)	(26.788)	(13.055)	-
Total (f)	(18.487.002)	(78.734)	(18.565.736)	(789.078)	(1.598.146)	(264.995)

	2021					
	Custo do serviço de energia elétrica	Custo de O&M	Total dos Custos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa
Pessoal	(331.618)	(5.924)	(337.542)	(185.176)	(410.937)	-
Material	(49.915)	(2.156)	(52.071)	(23.097)	(9.153)	-
Serviços de terceiros	(404.701)	(14.669)	(419.370)	(371.354)	(360.528)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(12.393.249)	-	(12.393.249)	-	-	-
Custo de construção – Distribuição	(2.737.090)	-	(2.737.090)	-	-	-
Custo de construção - Transmissão	(311.319)	-	(311.319)	-	-	-
Variações das margens do ativo de contrato, líquido PIS e COFINS diferidos	(409.149)	-	(409.149)	-	-	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber	-	-	-	-	-	32.920
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, ambientais e regulatórios	-	-	-	-	(97.726)	-
Depreciação/Amortização	(639.733)	-	(639.733)	-	(314.779)	-
Subvenção CCC	(48.353)	-	(48.353)	-	-	-
Outros	4.074	(1.608)	2.466	(17.804)	(6.472)	-
Total	(17.321.053)	(24.357)	(17.345.410)	(597.431)	(1.199.595)	32.920

- (a) Ver a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 27;
- (b) Em decorrência da Covid-19, houve impacto no recebimento de materiais e liberação de equipes para execução das obras, o que ocasionou uma redução na realização de algumas obras orçadas para o exercício de 2021, as quais foram reprogramadas para o exercício de 2022, gerando com isso maiores investimentos em relação ao exercício comparativo;
- (c) O custo de construção são todos os custos das controladas transmissoras da Companhia para a implementação da infraestrutura, a redução do exercício em comparação ao exercício anterior é reflexo do encerramento das obras;
- (d) A redução deve-se em função das controladas transmissoras que conseguiram eficiência de operação e manutenção (O&M) nas suas subestações e linhas de transmissão;
- (e) Na aquisição da Echoenergia S.A pela Equatorial Transmissão S.A, foi feito um estudo para mensurar o valor justo dos ativos e passivos da mesma, tal estudo gerou uma mais valia, a qual passou a ser amortizada de acordo com tempo de autorização/contrato, não havendo nenhum efeito caixa nessa transação. No exercício de 2022 o efeito foi de R\$ 239.430. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 – Combinações de negócios ; e
- (f) A variação no exercício deve-se, principalmente, à consolidação dos saldos da Echoenergia, tendo em vista que seus resultados passaram a ser consolidados a partir de fevereiro de 2022. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 – Combinações de negócios.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	2022		2021	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	28.282	(5.706.319)	26.335	(6.392.084)
Contratos Eletronuclear	1.159	(398.759)	2.835	(192.799)
Contratos cotas de garantias	8.312	(1.005.862)	6.080	(701.175)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(947.703)	-	(1.655.506)
Energia bilateral	260	-	262	-
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(357.352)	-	(1.949.296)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	647	(404.398)	649	(215.375)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	-	991.837	-	997.005
Itaipu	1.635	(527.130)	310	(233.280)
Outros custos	-	(251.069)	-	(197.479)
Subtotal	40.295	(8.606.755)	36.471	(10.539.989)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e)	-	(2.314.561)	-	(1.853.260)
Total	40.295	(10.921.316)	36.471	(12.393.249)

(*) não auditado

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit) decorrentes da diminuição do volume de contratos para esse período, com preços inferiores ao observado no quarto trimestre de 2022;
- (b) No ano de 2022, devido à melhoria da situação hidrológica, houve uma redução do acionamento de térmicas no setor elétrico, com isso mais geração hidráulica despachas, reduzindo os custos relacionados ao Encargo de Serviço do Sistema - ESS;
- (c) A energia de curto prazo apresentou variação de R\$ 1.591.944, devido à queda da venda no mercado de curto prazo comparado com o mesmo período de 2021;
- (d) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a compra de energia; e
- (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). As tarifas vigentes foram aprovadas na resolução RAP Nº 3.066 de 12 de julho de 2022, com vigência a partir de julho de 2022 até junho de 2023, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão). As tarifas de Uso de Transmissão são homologadas pela ANEEL e relacionadas as RAP (Receita Anual Permitida) das Transmissoras, ou seja, possuem variações nos seus pesos de cobrança relacionadas as receita que foram aprovadas pela ANEEL para referidas Transmissoras que as controladas da Companhia possuem contratos. Sendo nesse caso passivo nas variações de Tarifas de Uso de Transmissão e Encargos de Conexão.

28 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (Consolidado)

	2022	2021
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos (a)	(368.713)	(118.389)
Indenização por danos a terceiros	(13.201)	(21.252)
Provisão para perda de estoque (b)	(160.194)	-
Outras despesas e receitas operacionais	(95.231)	(71.213)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(637.339)	(210.854)

- (a) Saldo decorre da realização de baixas (desativação de ativos) nas controladas distribuidoras, principalmente na controlada Equatorial Pará, no montante de R\$ 216.867; e
- (b) Saldo decorre da avaliação de existência de materiais de estoque com baixa rotatividade (em sua maioria, itens obsoletos, morosos e/ou danificados), demonstrando o real potencial dos estoques na geração de caixa.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

29 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras					
Rendimentos financeiros	(a)	146.746	51.600	1.120.112	388.638
PIS/COFINS sobre receita financeira		(8.014)	(3.554)	(122.771)	(62.563)
Valores a receber/devolver da parcela A		-	-	451.343	136.279
Operações com instrumentos financeiros					
derivativos	(b)	172.182	413.131	362.125	628.561
Acréscimo moratório de energia vendida		-	-	730.770	761.986
Receita financeira de AVP		-	2.566	35.139	18.691
Variação monetária e cambial da dívida	(d)	-	-	699.963	216.524
Outras receitas financeiras		53.713	-	221.732	151.587
Total de receitas financeiras		364.627	463.743	3.498.413	2.239.703
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	(c)	(572.637)	(37.284)	(2.755.932)	(1.088.720)
Operações com instrumentos financeiros					
derivativos	(b)	-	(54.874)	(797.542)	(160.275)
Valores a receber/devolver da parcela A		-	-	(281.836)	(100.327)
Variação monetária e cambial da dívida	(d)	-	(9.492)	(907.359)	(1.238.449)
Despesa financeira de AVP		-	-	(251.561)	(101.306)
Atualização de eficiência e contingências		-	-	(144.653)	(58.082)
Descontos concedidos		-	-	(66.999)	(43.256)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(e)	-	-	(177.054)	-
Outras despesas financeiras	(f)	(50.941)	(11.366)	(699.953)	(267.346)
Total de despesas financeiras		(623.578)	(113.016)	(6.082.889)	(3.057.761)
Resultado financeiro líquido		(258.951)	350.727	(2.584.476)	(818.058)

- (a) A melhora nas rendas financeiras deu-se principalmente em função da alta do CDI que, acumulado até dezembro de 2021, estava em 4,42% e acumulado até dezembro de 2022, fechou em 12,39%;
- (b) Referem-se, principalmente, à contratação de operações de SWAP, que trocam dólar+spread por CDI+spread, em que a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 6,5%, saindo de R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022, contra uma receita em dezembro 2021 com a alta do dólar em 7,4%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021;
- (c) O principal impacto no aumento nos encargos da dívida foi devido à alta do CDI, indexador com maior participação na dívida da Companhia e de suas controladas, que passou de 4,42% acumulado até dezembro de 2021 para 12,39% acumulado até dezembro de 2022;
- (d) No período até dezembro de 2022, a redução na despesa foi originada pela variação cambial sobre a dívida, devido à desvalorização do dólar em 6,5% frente ao real e também queda do IPCA, indexador com grande relevância na dívida das controladas da Companhia, que passou de 10,06% acumulado até dezembro de 2021 para 5,79% acumulado até dezembro de 2022;
- (e) Em dezembro de 2022, foi registrado um complemento de passivo da controlada indireta Equatorial Maranhão no montante de R\$ (61.777), referente à atualização da taxa Selic sobre o saldo remanescente capturado no reajuste tarifário do exercício. Além disso, houve uma despesa complementar no montante de R\$ (106.315) no resultado financeiro da Equatorial Maranhão e de R\$ (8.962) da Equatorial Piauí decorrente do impacto da Lei nº 14.385, editada em 27 de junho de 2022, que determinou a devolução integral do crédito acrescido da atualização monetária oriundos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS; e
- (f) O aumento significativo de outras despesas financeiras no exercício de 2022 deve-se à consolidação dos saldos da CEEE-D e CEA, sendo que no exercício anterior, a Equatorial Energia Consolidado não consolidava os números CEA, bem como apenas seis meses do resultado da CEEE-D.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

30 Benefício pós-emprego (Consolidado)

30.1 Características do plano de aposentadoria

As controladas distribuidoras são patrocinadoras da EQTPREV - Equatorial Energia Fundação de Previdência (exceto CELG-D), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A controlada distribuidora CELG-D é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação CELG de Seguros e Previdência - ELETRA, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pelas controladas estão descritos a seguir:

(i) Plano Equatorial BD1 (Equatorial Maranhão)

O Plano BD é estruturado na modalidade de “benefício definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por invalidez: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o Salário Real de Benefício (SRB) e a aposentadoria por invalidez da Previdência Social;
- Aposentadoria por idade: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social;
- Aposentadoria por tempo de contribuição: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por tempo de contribuição da Previdência Social;
- Aposentadoria especial: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria especial da Previdência Social; e
- Pensão por morte: O benefício é equivalente a 50% (cinquenta por cento) mais 10% (dez por cento) por Beneficiário, até o máximo de 5 (cinco), da complementação de aposentadoria que o Participante estava recebendo ou daquela a que teria direito se, na data do falecimento, viesse a se aposentar por Invalidez pela Previdência Social.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Plano Equatorial CD (Equatorial Maranhão)

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “contribuição definida” para os benefícios programados e de “benefício definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - (a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - (b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - (c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - (d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.
- O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses;
- Aposentadoria de incapacidade para o trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal;
- Pensão por morte de ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal; e
- Pensão por morte de assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(iii) Plano de Saúde (Equatorial Maranhão)

O Plano de Saúde Bradesco, foi implantado para os ativos (que inclui os colaboradores afastados – inclusive aposentadoria por invalidez), em uma apólice compulsória, na qual a Equatorial Maranhão custeia integralmente a mensalidade do plano de saúde dos colaboradores titulares e seus dependentes legais e o titular tem corresponsabilidade na utilização do plano em 40% para consultas e exames simples, e elegibilidade por cargo.

(iv) Plano Equatorial BD (Equatorial Pará)

O Plano BD é estruturado na modalidade de “benefício definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria (por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial): Benefício de aposentadoria apurado a partir da diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB), que é a média dos últimos 36 Salários de Contribuição, e a aposentadoria concedida no RGPS. Com exceção da Aposentadoria por invalidez, as aposentadorias têm carência de 120 meses de contribuições mensais para o plano;

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- Pensão por morte: O benefício corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e
- Abono anual: O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

(v) Plano Celpa OP (Equatorial Pará)

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade “Benefício Definido” (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Renda mensal com reversão em pensão: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 05 anos completos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 05 anos de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
 - d) Ter a concessão do benefício, exceto se de invalidez pelo RGPS; e
 - e) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- ✓ renda mensal vitalícia, estruturada na modalidade de “contribuição variável”; ou
- ✓ renda mensal financeira, estruturada na modalidade de “contribuição definida”.

- Pecúlio por invalidez ou por morte: o benefício de pecúlio por morte é concedido aos beneficiários quando do óbito do participante ativo. O benefício de pecúlio por Invalidez é concedido ao participante que possuir a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez no Plano R.

(vi) Plano Celpa R (Equatorial Pará)

O Celpa R é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: Os dois benefícios consistem em uma renda mensal obtida através da diferença entre o valor do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do benefício concedido pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social), sendo concedidos enquanto for garantida a concessão do RGPS (Regime Geral de Previdência Social);
- Pensão por morte: O benefício corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Abono anual:** O benefício consiste no maior valor mensal recebido no ano pelo participante, e será pago até o dia 20 de dezembro. Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela contribuição normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no plano de custeio do plano.

(vii) Plano Equatorial CD (Equatorial Pará)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Equatorial Energia Fundação de Previdência (EQTPREV) e patrocinado pela Equatorial Energia Pará, dentre outras. O plano passou a ser oferecido pela controlada a seus empregados no exercício de 2019, bem como recepcionou nesse ano participantes e assistidos patrocinados pela controlada advindos dos planos Celpa OP e Celpa R, sendo, portanto, o primeiro reconhecimento das obrigações com este plano pela Equatorial Pará.

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- **Aposentadoria Normal:** É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora. O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.
- **Aposentadoria de incapacidade para o trabalho:** O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal;
- **Pensão por morte de ativo:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal; e
- **Pensão por morte de assistido:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(viii) Resolução 10/1989 (Equatorial Pará)

A controlada da Companhia possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a Equatorial Pará e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da controlada da Companhia, e entrou em vigor em 11 de junho de 1996.

Com a Resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela controlada da Companhia.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(ix) Plano de assistência médica (Equatorial Pará)

Plano de Saúde CNU

A controlada da Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os seus colaboradores, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

Unimed Seguro Saúde

A controlada da Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S.A., na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da controlada da Companhia, bem como a seus dependentes.

Plano Odontológico UNIODONTO

Plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes. Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes. Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado).

(x) Plano Saldado (Equatorial Piauí)

Plano de benefícios previdenciários organizado e administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano Saldado é um plano contributivo com modalidade de “Benefício Definido” existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição: A complementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição será devida ao participante durante o período que seja mantida a aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social, e só será suspensa por morte do participante, suspensão ou cancelamento dessa aposentadoria.
- Aposentadoria por invalidez: O benefício é concedido ao participante durante o período em que lhe seja mantida a aposentadoria pela Previdência Social;
- Aposentadoria por idade: O benefício é concedido aos beneficiários do participante durante o tempo em que seja mantida a aposentadoria por idade pela Previdência Social, e cancelada por sua morte, consistida numa renda mensal correspondente à diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor da aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- Pensão por morte: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, durante o período que lhe seja mantida a pensão pela Previdência Social. O valor do benefício consiste na continuação da renda de 60% a 100% da aposentadoria paga ao participante assistido;
- Auxílio doença: O benefício é concedido aos beneficiários do participante que estiver em gozo de Auxílio-Doença pela Previdência Social, consistida numa renda mensal correspondente à diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor Auxílio-Doença fixado pelo INSS; e

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Auxílio funeral:** O benefício é concedido em caso de morte do participante, após um mínimo de 60 (sessenta) contribuições mensais ao Plano, contadas a partir da última inscrição como participante EQTPREV, aos beneficiários ou, na falta destes, à pessoa que comprove ter sido executora do funeral. A ampliação do auxílio-funeral consistirá num pecúlio, de pagamento único, de valor igual a 1/5 (um quinto) do maior valor teto do Salário de Benefício da Previdência Social.

(xi) Plano CV (Equatorial Piauí)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano CV é estruturado na modalidade de “Contribuição Variável”, existindo compromisso no período de pós-emprego dos participantes. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- **Aposentadoria programada:** O benefício será calculado atuarialmente em quotas com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual do participante, desdobrando-se esse benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de aposentadoria programada e a de rendas vitalícias de aposentadoria programada;
- **Aposentadoria por invalidez:** O benefício a ser concedido será calculado atuarialmente em quotas com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual existente na data da invalidez, acrescido esse saldo dos recursos provenientes do correspondente pecúlio por invalidez, desdobrando-se o benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de aposentadoria por invalidez e a de rendas vitalícias de aposentadoria por invalidez;
- **Pensão por morte:** O benefício a ser concedido será calculado atuarialmente em quotas, com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual existente na data da morte do participante ativo, acrescido esse saldo dos recursos provenientes do correspondente pecúlio por morte, desdobrando-se este benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de pensão de ativo e a de rendas vitalícias de pensão de ativo;
- **Auxílio-enfermidade:** O benefício equivale à vinte por cento (20%) da parcela do salário de participação corrente abaixo do teto - EQTPREV, acrescido de cem por cento (100%) da parcela desse salário de participação acima desse teto; e
- **Auxílio-funeral:** O benefício equivale à quarenta por cento (40%) do teto - EQTPREV em vigor no mês do óbito, independentemente do estágio previdenciário em que se encontrava o participante, do seu nível salarial e do nível de acumulação de poupanças laborais e patronais contabilizadas em seu nome.

(xii) Planos de Saúde (Equatorial Piauí)

A Equatorial Energia Piauí oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Humana Assistência Médica Ltda. Este plano é oferecido para os colaboradores da controlada, bem como a seus dependentes.

As contribuições são estabelecidas por faixas etárias dos beneficiários e são integralmente custeadas pela Equatorial Piauí, de forma que os seus empregados arcam somente com eventuais coparticipações. Por conta disso, não há previsão de permanência de inativos no plano de saúde.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

No entanto, há o compromisso de pós emprego decorrente da responsabilidade da controlada com 21 ex empregados titulares inativos e seus respectivos grupos familiares que, conforme informado pela Equatorial Piauí, são exceções em que a controlada continua custeando integralmente as mensalidades do plano de saúde por consequência de decisões judiciais e/ou afastamentos por invalidez.

Para estimativa da obrigação da controlada da Companhia com esse grupo, parte-se do pressuposto de que no ano zero a apólice está equilibrada, ou seja, as contribuições são suficientes para a cobertura de todas as despesas assistenciais e demais despesas inerentes à manutenção do plano de saúde. A partir disso, o custo assistencial dos beneficiários é apurado por meio da alocação por faixa etária conforme os percentuais da premissa de variação por idade (*Aging Factor*).

- Plano odontológico (Odontoprev): A Equatorial Piauí oferece um plano odontológico a seus empregados e ex empregados, bem como para seus dependentes, cuja mensalidade vigente na data da avaliação é de R\$ 10,59. A participação da controlada no plano odontológico é de 60% do valor das mensalidades dos empregados e seus dependentes.

(xiii) Plano Equatorial CD (Equatorial Piauí)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV, patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, dentre outras patrocinadoras. O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - (a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - (b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - (c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - (d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.

- Aposentadoria de incapacidade para o trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal.
- Pensão por morte de ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal.
- Pensão por morte de assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(xiv) Plano Equatorial BD (Equatorial Alagoas)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Equatorial Energia Alagoas, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano BD é estruturado na modalidade de “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por invalidez: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria. A Aposentadoria por Invalidez tem carência de 12 meses de contribuição para o Plano.
- Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria. A carência para esses benefícios corresponde a 120 meses de contribuição para o Plano.
- Aposentadoria por idade: O benefício a ser concedido equivale ao valor de 1/20 (um vinte avos) da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria, para cada ano de contribuição ao Plano (limitado a 20/20).
- Aposentadoria especial: O benefício a ser concedido equivale ao valor de 1/20 (um vinte avos) da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria, para cada ano de contribuição ao Plano (limitado a 20/20). A Aposentadoria Especial tem carência de 180 meses de contribuição para o Plano.
- Pensão por morte: O benefício a ser concedido consiste em uma renda mensal equivalente a 50% (mais 10% por beneficiário) da renda recebida pelo participante assistido ou da renda que o participante ativo teria direito se viesse a se aposentar por invalidez na data de falecimento.
- Abono anual: O benefício é concedido na mesma época em que é concedido o abono anual da Previdência Social, e consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

(xv) Plano CD (Equatorial Alagoas)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Equatorial Energia Alagoas, dentre outras patrocinadoras. O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Os benefícios de risco são:

- **Benefício por entrada em invalidez:** Concedido em caso de invalidez de participante ativo, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião da entrada em invalidez total e permanente, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.
- **Benefício de pecúlio por morte como participante ativo:** Concedido aos beneficiários do participante ativo, na ocorrência de seu falecimento, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião do falecimento do participante ativo, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

(xvi) Planos de Saúde (Equatorial Alagoas)

A Equatorial Alagoas oferece a seus empregados e ex-empregados um plano de saúde, administrado pela Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com obstetrícia, com abrangência estadual. É oferecido também um plano odontológico para os colaboradores da controlada.

Os planos de saúde (UNIMED) e odontológico (UNIODONTO) possuem mensalidades pré-estabelecidas, reajustadas anualmente, com pagamento mensal da parcela do empregado e da parcela patronal, totalizando 12 faturas ao ano.

No Plano de saúde e odontológico existem 03 grupos distintos, denominados G1, G3 e G8. As definições dos grupos são apresentadas a seguir.

- **G1:** composto pelos empregados, afastados e futuros ex-empregados da Equatorial Alagoas, conforme estabelecido no item 11.4 do Acordo Coletivo de Trabalho de 2019/2021. A parcela de participação da Equatorial Alagoas para este grupo varia conforme faixas salariais para o Plano de Saúde e equivale a 60% para o Plano Odontológico. Caso um empregado da controlada da Companhia venha a se invalidar permanentemente, ele e seus dependentes têm o direito a permanecer no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). Para os inválidos, a Equatorial Alagoas mantém o pagamento da parcela patronal para o titular e seus dependentes semelhante ao que contribuiria se ele ainda estivesse em atividade. Este grupo é aberto para novas inclusões de ativos e inativos, conforme as alterações no quadro de empregados da controlada da Companhia;
- **G3:** composto por ex-empregados inválidos que permanecem no plano de saúde e odontológico sem contribuírem para os referidos planos, de forma que a participação da Equatorial Alagoas para este grupo é de 100% das mensalidades. A Equatorial Alagoas contribui para os titulares e também para os seus dependentes. Os titulares e dependentes deste grupo permanecem no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). Este é um grupo fechado, onde não há novas inclusões; e

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- G8: composto por ex-empregados (válidos e inválidos) que permanecem no plano de saúde e odontológico por decisão judicial. A parcela de participação da Equatorial Alagoas para este grupo é estabelecida individualmente conforme cada decisão judicial. A Equatorial Alagoas contribui para os titulares e também para os seus dependentes. Os titulares e dependentes deste grupo permanecem no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). A inclusão de novos titulares neste grupo somente pode ocorrer por meio de decisão judicial.

(xvii) Plano Equatorial CD (Equatorial Alagoas)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTLPREV), patrocinado pela Equatorial Energia Alagoas, dentre outras patrocinadoras. O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - (a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - (b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - (c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - (d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.

- Aposentadoria de incapacidade para o trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal.
- Pensão por morte de ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal.
- Pensão por morte de assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(xviii) Plano CD (CEEE-D)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela controlada da Companhia, dentre outras patrocinadoras. O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco.

Os benefícios de risco são:

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- Benefício por entrada em invalidez: Concedido em caso de invalidez de participante ativo. A contribuição projetada corresponderá a duas vezes a média aritmética das 12 (doze) últimas contribuições normais do participante, inclusive a incidente sobre o 13º salário, multiplicada pelo número de meses compreendidos, entre a data da ocorrência da invalidez e aquela em que o participante completaria 55 (cinquenta e cinco) anos de idade; e
- Benefício por pecúlio por morte como participante ativo: Concedido aos beneficiários do participante ativo, na ocorrência de seu falecimento, será creditado ao saldo de conta aplicável a contribuição projetada que, corresponderá a duas vezes a média aritmética das 12 (doze) últimas contribuições normais do participante, inclusive a incidente sobre o 13º salário, multiplicada pelo número de meses compreendidos, entre a data da ocorrência da invalidez e aquela em que o participante completaria 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

(xix) Planos de benefícios CEEEPREV (CEEE-D)

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar, chamada reserva a amortizar, hoje, de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CEEE-D. Essa parcela decorre de desequilíbrio encontrado no Plano CEEEPREV, originário dos participantes migrados do Plano Único, gerando uma situação atípica dentro de um plano originalmente de contribuição definida.

Em 2014, houve a implantação de alterações regulamentares do Plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria PREVIC nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos benefícios saldados e referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a esses o crescimento de 3% ao ano, de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal ou até a data em que se desvinculou das patrocinadoras, o que ocorrer primeiro. Na mesma esteira, esse incremento nas obrigações é viabilizado por uma contribuição suplementar, também de responsabilidade exclusiva da patrocinadora.

Assim, existem peculiaridades *sui generis* no Plano CEEEPREV, contendo uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido. Especialmente na parte que toca ao benefício definido e à responsabilidade de cobertura integral desses déficits pela CEEE-D, há apontamentos pelos órgãos de controle, tanto no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) quanto do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que afirmam a ilegalidade desse procedimento.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Contrária à determinação da PREVIC, a ELETROCEEE ingressou com a ação judicial de nº 0065790-57.2014.4.01.3400 perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Foi obtida medida liminar para suspender a Portaria PREVIC nº 213 de 23 de abril de 2014. No entanto, sobreveio sentença que, julgou que, em primeira instância, foi julgada improcedente a demanda e cassou a liminar anteriormente concedida. Contra essa sentença foi interposto recurso de apelação interposto pela ELETROCEEE. Tal recurso acabou sendo recebido pelo TRF com efeito suspensivo. O recurso de apelação foi julgado improvido, mantendo-se a sentença e reconhecendo-se a validade da Portaria nº 213 de 23 de abril de 2014. Contra o acórdão foi oposto Embargos de Declaração pela Advocacia Geral da União que está pendente de julgamento. Inicialmente foram atribuídos efeitos suspensivos aos embargos, mas esse efeito foi reconsiderado pelo relator, estando a decisão/acórdão em plena produção de efeitos. Na mesma esteira do órgão de controle previdenciário, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul também apontou ilegalidade nos dispositivos regulamentares do CEEEPREV, notadamente em desacordo com o princípio constitucional da paridade contributiva, concluindo que essas ilegalidades geraram reflexos significativos na situação patrimonial da controlada da Companhia.

Considerando a natureza societária da CEEE-D e a responsabilidade de seus administradores, a patrocinadora ingressou com ação declaratória contra a ELETROCEEE, demanda instruída nos autos do processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, em curso na justiça estadual do Rio Grande do Sul. Em 18 de dezembro de 2019, foi deferido pedido de antecipação de tutela, determinando que a ELETROCEEE enquadre os aportes exigidos da controlada aos ditames do art. 202, § 3º da CF, e do art. 6º da Lei Complementar 108/2001. De outro lado, a Fundação ELETROCEEE interpôs agravo de instrumento (processo nº 5000483-37.2020.8.21.7000), ao qual foi atribuído efeito suspensivo à luz da tutela recursal vigente no processo federal que suspendeu temporariamente a determinação da PREVIC contida na Portaria nº 213/2014. Conceitualmente, a aplicação efetiva da paridade contributiva reduziria o saldo do passivo pós-emprego do Plano CEEEPREV em aproximadamente 50%.

(xx) Plano único (CEEE-D)

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Após a privatização da controlada da Companhia a relação de patrocínio relativa ao Plano Único passou a ser regulada pelo que estabelece a Lei Complementar nº 109/2001. O Regulamento do Plano Único estabelece que as contribuições para custeio do referido plano devem obedecer ao princípio da paridade contributiva entre patrocinador e participantes.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Considerando que o Regulamento do Plano Único da controlada da Companhia prescreve que as eventuais insuficiências (*déficits*) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução CNPC nº 30 de 30 de outubro de 2018, determina em seu art. 14º que para a destinação da reserva especial ou equacionamento de *déficit*, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva das contribuições normais vertidas no período em que se deu a constituição da reserva especial, no caso de *superávit*, e as contribuições vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado, no caso de *déficit*, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano do benefício administrado pela EFPC, a controlada da Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de *déficit* eventualmente apurado. Considerando a natureza societária da controlada da Companhia e a responsabilidade de seus administradores, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência às manifestações anteriores registradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

(xxi) CELG-D

A controlada da Companhia tem responsabilidade no plano original de Benefício Definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No Plano Misto, a responsabilidade da CELG-D, na fase de acumulação, é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a CELG-D assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

Cobertura do déficit técnico

Para cobertura do déficit técnico relativo ao Plano de Benefício Definido, apurado até 31 de agosto de 2000, a CELG-D celebrou instrumento de consolidação e parcelamento de débitos, sendo o saldo a pagar registrado no exigível da controlada da Companhia.

Descrição do plano de benefício definido

Os benefícios deste plano, são concedidos a partir do SRB - Salário Real de Benefício, regulamentado e calculado com limites sobre a remuneração vigente do empregado na data da concessão e estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

Descrição do plano misto de benefícios

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do plano estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Custo do patrocinador

Política adotada para reconhecimento de perdas e ganhos atuariais:

De acordo com a divulgação dos resultados atuariais, efetuado por consultoria especializada, com base no CPC 33 (R1), o déficit atuarial apurado encontra-se suportado pelo contrato de confissão de dívidas firmado junto à ELETRA.

Plano de assistência saúde

A CELG-D é uma das mantenedoras da caixa de assistência à saúde dos empregados da CELG - VIVACOM, fundada em 1986, que opera plano privado de assistência à saúde classificada como autogestão, conforme art. 4º c/c art. 12, II da RN nº 137/2006, registrado junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o número 361461, como plano coletivo empresarial.

O Plano Básico de Assistência à Saúde dos Empregados da CELG-D destina-se aos empregados ativos, inativos (aposentados) e pensionistas, bem como seus dependentes.

De acordo com laudo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e o custo do serviço passado foram medidos utilizando-se o método de crédito unitário projetado.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

30.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CELG-D)

A conciliação dos ativos e passivos demonstra o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço das controladas da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (passivo ou ativo atuarial) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2023.

Déficit/(Superávit) apurado Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial Valor justo dos ativos do plano	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará					Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas				CEEE-D			Total	
	CD	BD1	Plano de Saúde	CD	CELPA OP	BD	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de saúde	Saldado	CV	Plano de Saúde	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Equatorial CD	Plano de Saúde e Odontológico	CD	CEEEPREV	Plano único	
	1.095 (7.917)	148.916 (196.875)	8.908 -	889 (10.481)	1.766 (4.550)	185.769 (314.144)	9.538 (5.436)	16.642 -	42.624 -	417.543 (496.411)	2.366 (3.749)	4.093 -	109 (603)	121.607 (267.304)	906 (7.538)	44 (226)	86.191 -	31 -	1.808.635 (1.174.458)	1.150.533 (929.010)	4.008.205 (3.418.702)
Déficit/(Superávit) apurado	(6.822)	(47.959)	8.908	(9.592)	(2.784)	(128.375)	4.102	16.642	42.624	(78.868)	(1.383)	4.093	(494)	(145.697)	(6.632)	(182)	86.191	31	634.177	221.523	589.503
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	3.152	47.959	-	2.560	1.905	128.375	823	-	-	78.868	1.383	-	313	124.899	6.632	126	-	88	-	-	397.083
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	3.152	47.959	-	2.560	1.905	128.375	823	-	-	78.868	1.383	-	313	124.899	6.632	126	-	88	-	-	397.083
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)	(3.670)	-	8.908	(7.032)	(879)	-	4.925	16.642	42.624	-	-	4.093	(181)	(20.798)	-	(56)	86.191	119	634.177	221.523	986.586
Ativo líquido apurado																					
2021																					
Déficit/(Superávit) apurado Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial Valor justo dos ativos do plano	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará					Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas				CEEE-D			Total	
	CD	BD1	Plano de Saúde	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de saúde	Saldado	CV	Plano de Saúde	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Equatorial CD	Plano de Saúde e Odontológico	CD	CEEEPREV	Plano único	
	959 (7.006)	160.039 (207.214)	5.763 -	791 (9.711)	202.730 (305.143)	9.514 (5.637)	1.849 (4.320)	17.440 -	37.217 -	442.086 (506.906)	3.623 (3.523)	2.529 -	62 (360)	131.949 (265.693)	1.638 (6.792)	94.622 -	22 (141)	11 (46)	1.851.908 (1.146.386)	1.272.751 (976.440)	4.237.502 (3.445.318)
Déficit/(Superávit) apurado	(6.047)	(47.175)	5.763	(8.920)	(102.413)	3.877	(2.471)	17.440	37.217	(64.820)	100	2.529	(298)	(133.744)	(5.154)	94.622	(119)	(35)	705.522	296.311	792.184
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	3.035	47.175	-	2.503	102.413	-	1.699	-	-	64.820	-	-	196	114.848	5.154	-	70	35	-	-	341.949
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	3.035	47.175	-	2.503	102.413	-	1.699	-	-	64.820	-	-	196	114.848	5.154	-	70	35	-	-	341.949
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)																					
Ativo líquido apurado	(3.012)	-	5.763	(6.417)	-	3.877	(772)	17.440	37.217	-	100	2.529	(102)	(18.896)	-	94.622	(49)	-	705.522	296.311	1.134.133

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

30.3 Resultado da avaliação atuarial (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CELG-D)

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

2022																			
Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas				CEEE-D		
CD	BD1	Plano de Saúde	CD	CELPA OP	BD	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Saldado	CV	Plano de Saúde	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Equatorial CD	Plano de Saúde e Odontológico	CEEEPRES V	Plano único	
Resultado do Exercício																			
Custo do serviço corrente líquido	113	2	-	87	-	5	8	-	1.185	-	-	-	8	54	171	4	1.139	280	(958)
Custo do serviço passado e (ganhos)/perdas na liquidação	-	-	1.831	-	-	-	61	-	1.978	-	-	332	-	-	-	-	-	-	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	84	16.115	605	69	189	20.299	976	1.737	3.870	45.163	389	264	5	13.312	160	2	9.860	189.674	127.071
Rendimento esperado dos ativos do plano	(727)	(21.100)	-	(1.012)	(451)	(31.097)	(568)	-	-	(52.066)	(378)	-	(37)	(27.471)	(700)	(15)	-	(117.268)	(96.916)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	318	4.984	-	262	181	10.798	-	-	-	6.903	-	-	20	12.158	540	7	-	-	-
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(212)	1	2.436	(594)	(81)	5	477	1.737	7.033	-	11	596	(4)	(1.947)	171	(2)	10.999	72.686	29.197
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício																			
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(324)	15.955	-	210	60	1.390	289	-	-	25.511	153	-	(186)	13.575	(46)	(61)	-	(15.030)	19.729
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	264	(11.746)	965	116	(111)	(16.559)	(314)	(552)	763	(32.655)	(1.646)	1.112	34	(11.423)	(1.063)	16	(13.104)	(88.654)	(107.168)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(201)	(4.201)	-	(206)	25	15.164	823	-	-	7.144	1.383	-	96	(2.107)	938	48	-	-	-
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(261)	8	965	120	(26)	(5)	798	(552)	763	-	(110)	1.112	(56)	45	(171)	3	(13.104)	(103.684)	(87.439)
Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido																			
Passivo/(ativo) no fim do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	2.528	(102)	-	-	-	-	-	-
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	596	(4)	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(111)	1.112	(56)	-	-	-	-	-	-
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(143)	(19)	-	-	-	-	-	-
Passivo/(ativo) no fim do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.093	(181)	-	-	-	-	-	-

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021																		
	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará					Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas				CEEE-D		
	CD	BD1	Plano de Saúde	BD	CELPA OP	CELPA R	CD	Resoluç ão 10/1989	Planos de Saúde	Saldado	CV	Plano de Saúde	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Planos de saúde	Equatorial CD	CEEEPREV	Plano único
Resultado do Exercício																			
Custo do serviço corrente líquido	127	8	-	15	-	6	89	-	1.227	-	-	-	8	72	165	1.268	3	8.583	(1.137)
Custo do serviço passado e (ganhos)/perdas na liquidação	-	-	-	-	-	2.455	-	1.163	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	54	11.297	5.763	15.187	136	624	38	1.214	2.595	33.271	530	-	3	9.641	86	7.254	1	134.954	46.592
Rendimento esperado dos ativos do plano	(376)	(13.385)	-	(19.860)	(322)	(422)	(535)	-	-	(34.931)	(241)	-	(23)	(18.377)	(369)	-	(7)	(80.735)	(31.645)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	223	2.086	-	4.673	168	-	160	-	-	1.660	-	-	15	7.592	284	-	4	-	-
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	28	6	5.763	15	(18)	2.663	(248)	2.377	3.822	-	289	-	3	(1.072)	166	8.522	1	62.802	13.810
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício																			
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(161)	2.869	-	11.493	693	559	(162)	-	-	26.028	47	-	65	25.397	(232)	-	(7)	93.713	85.212
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(197)	(16.166)	-	(37.259)	(236)	(1.913)	96	(3.218)	(1.453)	(64.713)	(4.232)	-	(16)	(18.221)	(110)	12.929	1	(219.721)	(11.874)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(952)	13.304	-	25.751	(947)	-	(357)	-	-	38.685	-	-	(65)	(7.677)	176	-	6	-	(16.697)
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(1.310)	7	-	(15)	(490)	(1.354)	(423)	(3.218)	(1.453)	-	(4.185)	-	(16)	(501)	(166)	12.929	-	(126.008)	56.641
Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido																			
Passivo/(ativo) no fim do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.995	-	(73)	-	-	-	-	-	-
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	289	2.529	3	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.184)	-	(16)	-	-	-	-	-	-
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16)	-	-	-	-	-	-
Passivo/(ativo) no fim do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	2.529	(102)	-	-	-	-	-	-

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

30.4 Ativos do plano

30.4.1 Ativos do plano incluem (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CELG-D):

2022															
	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará				Equatorial Piauí			Equatorial Alagoas			CEEE-D		
	CD	BD1	BD	OP	R	CD	Saldado	CV	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Equatorial CD	CD	CEEEPREV	Plano único
Títulos Públicos	180.473	180.769	261.903	8.630	4.128	180.473	433.764	34.803	180.473	255.995	62.225	180.473	180.473	1.880.151	1.144.075
Fundos de Investimento	151.919	10.881	19.685	1.672	1.847	151.919	48.012	26.510	151.919	29.966	177.487	151.919	151.920	841.195	471.353
Outros	49.004	7.965	36.837	644	2.707	49.004	40.341	3.853	49.004	17.378	19.622	49.004	49.003	754.503	485.403
(=) Ativo Total	381.396	199.615	318.425	10.946	8.682	381.396	522.117	65.166	381.396	303.339	259.334	381.396	381.396	3.475.849	2.100.831

2021															
	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará				Equatorial Piauí			Equatorial Alagoas			CEEE-D		
	CD	BD1	BD	OP	R	CD	Saldado	CV	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Equatorial CD	CD	CEEEPREV	Plano único
Títulos Públicos	141.607	189.565	267.865	5.740	3.600	141.607	434.454	18.271	141.607	216.685	55.966	141.607	141.607	1.996.033	1.245.042
Fundos de Investimento	159.983	11.973	16.147	3.004	1.967	159.983	60.047	40.659	159.983	79.164	191.263	159.983	159.983	845.500	469.182
Outros	63.797	8.116	28.312	2.386	2.209	63.797	36.444	3.542	63.797	15.508	18.898	63.797	63.797	782.242	449.168
(=) Ativo Total	365.387	209.654	312.324	11.130	7.776	365.387	530.945	62.472	365.387	311.357	266.127	365.387	365.387	3.623.775	2.163.392

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

30.5 Obrigação do benefício definido (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CELG-D)

(a) Premissas atuariais

Premissas em 31 de dezembro de 2022	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas				CEEE-D		
	CD	BD1	Plano de saúde	BD	CELPA OP	CELPA R	CD	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Saldado	CV	Plano de Saúde	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Planos de Saúde	Equatorial CD	CD	CEEEPREV	Plano único
Taxa de inflação	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Taxa de desconto	11,91%	11,90%	11,76%	11,98%	11,87%	11,92%	11,91%	11,96%	11,88%	11,91%	12,02%	11,78%	11,91%	11,78%	11,73%	11,75%	11,91%	6,35%	6,39%	6,40%
Futuros aumentos salariais	5,23%	5,23%	Não aplicável	5,23%	Não aplicável	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	Não aplicável	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Futuros aumentos de pensão	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	Não aplicável	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Mortalidade geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	-	-	-	-	-	-	-

Premissas em 31 de dezembro de 2021	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas				CEEE-D		
	CD	BD1	Plano de saúde	BD	CELPA OP	CELPA R	CD	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Saldado	CV	Plano de Saúde	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Planos de Saúde	Equatorial CD	CD	CEEEPREV	Plano único
Taxa de inflação	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%
Taxa de desconto	10,48%	10,57%	10,73%	10,54%	10,65%	10,76%	10,48%	10,53%	10,73%	10,65%	10,73%	10,76%	10,48%	10,59%	10,48%	10,76%	10,48%	5,19%	5,38%	5,31%
Futuros aumentos salariais	6,08%	6,08%	Não aplicável	7,13%	Não aplicável	7,13%	6,08%	5,03%	7,13%	5,03%	5,03%	Não aplicável	6,08%	7,58%	7,58%	5,03%	6,08%	6,08%	5,03%	5,03%
Futuros aumentos de pensão	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	Não aplicável	5,03%	5,03%	6,08%	5,03%	5,03%
Mortalidade geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	-	-	-	-	-	-	-

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

		2022																	
		Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas		CEEE-D		
		Plano CD	Plano BD1	Plano de Saúde	BD	CD	OP	R	Resolução 10/1989	Plano de Saúde	Saldado	Plano CV	Plano de Saúde	Equatorial CD	Equatorial BD	Planos de saúde	CD	CEEEPREV	Plano único
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(27)	(5.341)	(549)	(6.288)	(19)	(71)	(487)	(518)	(2.430)	(16.724)	(247)	(243)	(3)	(4.421)	(4.332)	(786)	(75.814)	(42.372)
	Redução de 0,5%	28	5.707	609	6.719	20	77	535	551	2.694	18.046	280	270	3	4.754	4.784	823	(82.079)	45.486
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(26)	3.882	300	5.320	(22)	35	91	524	796	8.745	153	145	(3)	3.166	3.897	(777)	32.409	30.403
	Redução de 1 ano	29	(3.949)	(298)	(5.369)	24	(36)	(96)	(525)	(722)	(8.945)	(149)	(144)	3	(3.199)	(3.801)	884	(33.211)	(30.700)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	2.562	-	-	-	-	-	4.643	-	-	-
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.329)	-	-	-	-	-	(4.239)	-	-	-
2021																			
		Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas		CEEE-D		
		Plano CD	Plano BD1	BD	CD	OP	R	Resolução 10/1989	Plano de Saúde	Saldado	Plano CV	Plano de Saúde	Equatorial CD	Equatorial BD	Planos de saúde	CD	CEEEPREV	Plano único	
		Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(25.429)	(6.239)	(7.485)	(19)	(81)	(533)	(596)	(2.129)	(19.301)	(419)	(131)	(2)	(5.203)	(5.048)	(320)	(85.191)	(51.774)	
	Redução de 0,5%	26.745	6.714	8.035	20	88	590	637	2.358	20.941	481	143	2	2.959	5.596	337	93.935	55.847	
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(22.811)	4.291	6.034	(19)	38	98	567	725	9.567	198	105	(2)	3.296	4.479	(287)	36.521	35.425	
	Redução de 1 ano	25.565	(4.334)	(6.068)	21	(39)	(102)	(566)	(728)	(9.747)	(205)	(104)	2	(3.213)	(4.355)	327	(37.299)	(35.731)	
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	2.283	-	-	-	-	-	5.405	-	-	-	
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	(2.080)	-	-	-	-	-	(4.918)	-	-	-	

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Embora as análises não levem em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito dos planos, elas fornecem uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. Quando consideramos a análise de sensibilidade da taxa de desconto para o plano CD e Equatorial CD as variações são irrelevantes.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

30.6 Fluxo de Caixa (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CELG-D)

2022																				
Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas				CEEE-D			
CD	BD1	Plano de Saúde	BD	CD	OP	R	Resolução 10/1989	Plano de saúde	Plano Saldado	Plano CV	Plano de Saúde	Plano Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Plano de saúde e odontológico	Equatorial CD	CD	CEEEP V	Plano único	
1 Fluxo de caixa no exercício Contribuições do empregador Contribuições de participante Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	185	9	257	-	142	-	228	-	-	-	193	15	-	-	6.325	9	5	40.346	16.547	
	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	326	15.502	257	20.706	173	161	708	-	37.052	1.924	193	-	12.825	-	6.325	-	-	915	16.450	
	-	-	-	-	-	-	-	1.983	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145.487	157.613	
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte Contribuições do empregador Contribuições de participante Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	200	11	409	-	159	-	222	-	-	-	151	15	-	-	6.245	11	6	40.840	31.898	
	-	11	-	21.358	336	171	960	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	336	15.881	409	-	-	-	-	-	39.163	1.942	151	26	12.816	162	6.245	24	-	1.460	33.521	
	-	-	-	-	-	-	-	2.082	-	-	-	-	-	-	-	-	10	167.012	174.291	
2021																				
Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas				CEEE-D			
CD	BD1	Plano de Saúde	BD	CD	OP	R	Resolução 10/1989	Plano de saúde	Plano Saldado	Plano CV	Plano de Saúde	Plano Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Plano de saúde e odontológico	Equatorial CD	CD	CEEEP V	Plano único	
1 Fluxo de caixa no exercício Contribuições do empregador Contribuições de participante Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	180	13	190	-	170	-	311	-	-	-	193	15	-	-	6.212	7	1	55.164	23.692	
	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	52	14.080	190	19.238	168	134	585	-	33.666	1.924	193	-	11.286	-	6.212	-	-	1.752	15.547	
	-	-	-	-	-	-	-	1.811	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126.596	153.061	
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte Contribuições do empregador Contribuições de participante Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	183	11	255	-	167	-	179	-	-	-	151	15	-	-	6.218	7	3	54.989	23.692	
	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	321	15.413	255	20.959	273	161	914	-	36.896	1.942	151	26	12.713	220	6.218	11	-	1.650	16.533	
	-	-	-	-	-	-	-	1.954	-	-	-	-	-	-	-	-	4	156.034	168.975	

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

30.7 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego da Controlada CELG-D

Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido

	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais	701.453	727.048
Valor justo dos ativos do plano	(538.931)	(525.547)
Total Benefícios pós-emprego	162.522	201.501

Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano é como segue

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	39.176	100.380	105.499	26.884	271.939
Custo do serviço corrente	-	11	-	1.550	1.561
Custo dos juros líquidos	2.852	8.621	8.259	1.699	21.431
Contribuições reais do empregador	(20.456)	-	(3.214)	(1.743)	(25.413)
Perdas sobre a obrigação atuarial	(11.558)	(30.150)	(23.375)	(2.934)	(68.017)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.014	78.862	87.169	25.456	201.501
Custo do serviço corrente	-	2	-	1.384	1.386
Custo dos juros líquidos	947	7.460	8.252	2.086	18.745
Contribuições reais do empregador	-	-	(3.669)	(1.246)	(4.915)
Perdas sobre a obrigação atuarial	(7.904)	(57.445)	15.369	(4.215)	(54.195)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.057	28.879	107.121	23.465	162.522

Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	2022	2021
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	525.547	583.979
Retorno esperado dos ativos do plano	47.166	38.956
Contribuições recebidas do empregador	4.918	4.956
Benefícios pagos pelo plano	(60.045)	(57.209)
Perda atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	21.345	(45.135)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	538.931	525.547

Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	2022	2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	727.048	855.918
Custo dos serviços correntes	1.386	1.561
Custos dos juros	65.911	60.387
Benefícios pagos pelo plano	(60.045)	(57.209)
Efeito acordo participantes	13.983	(20.457)
Ganhos atuariais	(46.830)	(113.152)
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	701.453	727.048

Despesas reconhecidas nos exercícios

	2022	2021
Custo do serviço corrente	1.386	1.561
Juros sobre a obrigação atuarial	65.911	60.387
Rendimento esperado dos ativos no ano	(47.166)	(38.956)
Juros líquidos sobre o passivo	18.745	21.431
Total das despesas no exercício	20.131	22.992

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Movimentações das remunerações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)

	2022	2021
Ganho atuarial gerada pela taxa de desconto	59.018	191.448
Perda/ganho atuarial gerado pela experiência demográfica	(12.187)	(78.296)
Perda atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos	7.364	(45.135)
Saldo ao final do exercício	54.195	68.017

Composição dos investimentos do plano por segmento

	2022	%	2021	%
Renda fixa	455.361	84,49%	435.257	82,82%
Renda variável	75.938	14,09%	66.678	12,69%
Investimentos imobiliários	2.043	0,38%	8.707	1,66%
Outros	5.589	1,04%	14.905	2,83%
Total do valor justo dos ativos do plano	538.931	100,00%	525.547	100,00%

Premissas atuariais utilizadas

2022				
Especificação	Planos BD	Plano Misto	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	10,40%	10,40%	10,40%
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 (suavizada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 (suavizada em 50%)	TASA 1927 (suavizada em 50%)	TASA 1927 (suavizada em 50%)	TASA 1927 (suavizada em 50%)
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85
2021				
Especificação	Planos BD	Plano Misto	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,46%	9,46%	9,67%	9,41%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,46%	9,46%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	N/A	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 (suavizada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	N/A	TASA 1927 (suavizada em 50%)	TASA 1927 (suavizada em 50%)	TASA 1927 (suavizada em 50%)
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85	MI-85	MI-85	N/A

Estimativa da despesa para o exercício de 2022

	Estimativa 2023
Custo dos serviços correntes	1.273
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	65.297
Rendimento esperado dos ativos do plano	(51.973)
Total da despesa projetada para 2022	14.597

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2022	Planos BD		Plano Misto		Plano Médico		Plano FGTS	
	71.848		456.158		107.120		23.465	
Taxa de Desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(3.090)	3.340	(17.399)	18.742	(9.163)	11.283	(709)	755
Total da obrigação do benefício definido	68.758	75.188	438.759	474.900	97.957	118.403	22.756	24.220

31 Instrumentos financeiros

31.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, ativo de contrato, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA ajustado (DL/EBITDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

31.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam operações com derivativos (*Swap e NDF*) para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia, através de suas controladas, possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

31.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão identificados conforme a seguir:

Controladora			2022		2021	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	616	616	374	374
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	460.137	460.137	541.041	541.041
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	26.578	26.578	2.306.880	2.306.880
Instrumentos financeiros derivativos – opção de compra de ações (a)	3	Valor justo por meio do resultado	585.313	585.313	413.131	413.131
Total do ativo			1.072.644	1.072.644	3.261.426	3.261.426
			2022		2021	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	2.655	2.655	2.957	2.957
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	501.404	504.050	-	-
Debêntures	-	Custo amortizado	4.554.060	4.598.717	2.448.387	2.467.387
Total do passivo			5.058.119	5.105.422	2.451.344	2.470.344
Consolidado			2022		2021	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	197.430	197.430	196.576	196.576
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	2.968.932	2.968.932	2.800.013	2.800.013
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	5.252.573	5.252.573	7.490.990	7.490.990
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	8.738.127	8.738.127	6.697.516	6.697.516
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	456.100	456.100	1.396.655	1.396.655
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	Custo amortizado	85.120	85.120	85.120	85.120
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	93.223	93.223	420.492	420.492
Instrumentos financeiros derivativos – opção de compra de ações (a)	3	Valor justo por meio do resultado	585.313	585.313	413.131	413.131
Ativo financeiro de concessão - Distribuidoras	2	Valor justo por meio do resultado	10.034.604	10.034.604	7.514.655	7.514.655
Total do ativo			28.411.422	28.411.422	27.015.148	27.015.148

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2022		2021	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	4.728.015	4.728.015	4.120.550	4.120.550
Fornecedores – risco sacado (convênio)	-	Custo amortizado	331.953	331.953	165.903	165.903
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	26.505.999	27.457.480	14.801.455	15.849.789
Debêntures	-	Custo amortizado	14.677.526	14.407.086	10.601.480	9.815.399
Valores a pagar da recuperação judicial	-	Custo amortizado	949.572	1.306.592	929.294	1.299.245
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	886.431	886.431	36.592	36.592
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	324.261	324.261	51.883	51.883
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	119.875	287.438	57.610	57.610
AICs Ressarcíveis (b)	2	Valor justo por meio do resultado	22.424	22.424	104.641	104.641
Total do passivo			48.546.056	49.751.680	30.869.408	31.501.612

- (a) Em 05 de novembro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial Energia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), com a interveniência e anuência da controlada Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Equatorial Distribuição"), regulando os termos e condições gerais para a realização de um investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais do capital social.

Com a conclusão da operação, o Itaú Unibanco S.A. passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais representativas de 9,85% do capital social total da Equatorial Distribuição, e a Equatorial Energia, por sua vez, sendo titular da totalidade das ações ordinárias representativas de 90,15% do capital social da Equatorial Distribuição.

Destaca-se que os direitos e obrigações da Equatorial Energia S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Equatorial Distribuição, foram disciplinados por meio de acordo de investimento celebrado entre as partes. Para mais informações, ver nota nº 31.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante da posição favorável do valor justo da opção de compra (derivativo embutido segregado no momento inicial), contabilizado pela Companhia foi de R\$ 413.131. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atualizou o valor justo desse derivativo, registrando um complemento de R\$ 172.182, totalizando o valor de R\$ 585.313, reconhecido como instrumento financeiro de nível 3, conforme segue:

Técnicas de valorização	Valor justo - opção de compra de ações em 31/12/2022	Inputs significativos não observáveis	Sensibilidade dos inputs ao valor justo
Método de fluxo de caixa descontado	585.313	Dividendos (*)	+10% (aumento no valor justo de R\$ 116.032) -10% (redução no valor justo de R\$ 116.032)

(*) Projeção de dividendos a serem recebidos pelas ações PN da controlada Equatorial Distribuição S.A. até 11 de novembro de 2026.

- (b) O montante do ressarcimento devido à Eletrobras, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Equatorial Piauí provisionou o montante de R\$ 9.406 (R\$ 43.892 em 31 de dezembro de 2021) e a Equatorial Alagoas R\$ 13.018 (R\$ 60.749 em 31 de dezembro de 2021). Após a homologação pela ANEEL do resultado da revisão tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à Eletrobras.
- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
 - **Aplicações financeiras (ativo circulante)** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;
 - **Aplicações financeiras (ativo não circulante)** - referem-se a aplicações financeiras não alocadas em disponibilidade, classificados como valor justo por meio resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos, dessa forma está refletido no valor da cota do fundo;

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;
- **Sub-rogação da CCC** - valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN;
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e de suas controladas e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Fornecedores risco sacado (convênio)** - decorrem de transações entre as controladas da Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e de suas controladas e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA;
- **Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial** - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada indireta Equatorial Pará que são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram na no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- **AICs Ressarcíveis** - são classificados como nível 2 na hierarquia de valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo de avaliação de especialista e homologação total ou parcial pela Eletrobras.

31.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é fazer *hedge* de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando *swaps* de fluxo de caixa em que na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o Critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, *notional* contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

As Companhia e suas controladas utilizam de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. A controlada indireta Echoenergia possui compromissos firmes com fornecedores referentes à compra de ativos imobilizados atrelados ao dólar norte americano, os quais se qualificavam para a aplicação da contabilidade de *hedge*. Com o intuito de proteger o caixa das oscilações da moeda estrangeira, o Grupo estabeleceu operações com derivativos por meio de contratos de câmbio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os Contratos a Termo – Contratos de Câmbio não geraram entradas líquidas de caixa.

Companhia

Opção de compra

A Companhia detém um direito de recompra da totalidade das ações preferencias da Equatorial Distribuição que pode ser exercida entre 11 de novembro de 2022 a 11 de novembro de 2026. O preço da compra, se a opção for exercida, será o valor de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais) corrigido por 100% do CDI desde 11 de novembro de 2019, data de exercício da opção, menos os dividendos recebidos pelo acionista minoritário corrigidos por 100% do CDI da data do pagamento até a data de exercício da opção de compra. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, estando no controle da Companhia o exercício ou não deste direito.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Tal opção de compra possui a hierarquia de valor justo nível 3, na qual os valores dos *inputs* para mensuração do valor justo não são observáveis, uma vez que a Equatorial Distribuição não tem ações negociadas em bolsa e as ações preferenciais têm características próprias e diferentes das ações preferenciais tradicionalmente negociadas em bolsa, pois as mesmas tem direito a dividendos privilegiados desproporcionais à participação desta classe de ação no capital social da Equatorial Distribuição.

A desproporcionalidade dos dividendos em relação à participação no capital social levaria a Companhia a exercer a opção mesmo em cenários na qual a o valor das ações reduzisse, ou seja, em situações nas quais a Companhia obtivesse prejuízo no exercício da *call*. Tal efeito não é capturado tradicionalmente no cálculo de uma opção de compra.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que podem ser assim resumidos:

Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
		2022	2021
Opção de compra de ações			
Itaú Unibanco	100% CDI	585.313	413.131
Ativo não circulante		585.313	413.131

Mensuração a valor justo

A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra, caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pelo valor de variação 100% da taxa DI, reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários. O acionista minoritário não detém a opção de venda cabendo *o equity risk* do investimento do minoritário estando no controle da controladora o exercício ou não da sua opção de compra.

Controladas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladas	Instituição financeira e objetivo de proteção de risco de mercado	Ingresso	Vencimento	Tipo	Indexadores	2022		
						Valor justo		
						Ponta ativa	Ponta passiva	Total
Equatorial Maranhão	Scotiabank - R\$ 350.000	19/02/2021	19/02/2025	Câmbio	US\$ + 1,48% a.a / CDI + 1,65% a.a	325.350	(377.412)	(52.062)
Equatorial Pará	Citibank - R\$ 390.000	11/06/2018	12/06/2023	Câmbio	US\$ + Libor + 0,99% a.a. /111,8% do CDI	346.425	(257.190)	89.235
Equatorial Pará	Scotiabank - R\$ 1.000.000	25/11/2020	25/11/2025	Câmbio	US\$ + 5,67% a.a/CDI + 1,35% a.a	1.003.369	(1.048.060)	(44.691)
Equatorial Pará	Scotiabank - R\$ 73.900	25/11/2020	25/11/2025	Câmbio	US\$ + 5,67% a.a/CDI + 1,35% a.a	74.149	(77.452)	(3.303)
Equatorial Piauí	Scotiabank - R\$ 200.000	10/10/2020	16/10/2023	Câmbio	US\$ + 1,68% a.a. /CDI + 1,58%	183.656	(208.458)	(24.802)
Equatorial Piauí	Scotiabank - R\$ 300.000	26/04/2021	26/04/2026	Câmbio	US\$ + 2,27% a.a. / CDI + 1,77%	262.952	(320.826)	(57.874)
Equatorial Piauí	Santander - R\$ 146.000	07/12/2022	16/11/2026	Câmbio	US\$ + 6,24% a.a./CDI + 1,62% a.a.	156.532	(154.802)	1.730
CEEE-D	Bank of America - R\$ 250.000	26/07/2021	31/07/2023	Câmbio	US\$ + 1,96% a.a / CDI + 1,50% a.a	248.931	(258.128)	(9.197)
	Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation - R\$ 250.000	13/08/2021	13/08/2024	Câmbio	US\$ + 2,19% a.a / CDI + 1,45% a.a.	242.064	(269.214)	(27.150)
CEEE-D	2ª Debêntures - R\$ 250.000	23/12/2022	15/12/2029	Juros	IPCA + 7,1498% a.a./CDI + 1,08% a.a.	263.703	(263.763)	(60)
Telecom	Bocom – R\$ 20.000	28/12/2021	28/12/2026	Câmbio	US\$ + Libor + 2,07% a.a / CDI+1,71% a.a.	18.250	(20.023)	(1.773)
Telecom	Citibank - R\$ 20.000	12/07/2022	07/01/2024	Câmbio	US\$ + 4,40% a.a / CDI + 0,95% a.a.	20.029	(21.599)	(1.570)
CEA	Scotiabank – R\$ 250.000	29/12/2021	29/12/2026	Câmbio	US\$ + 2,52% a.a. / CDI + 1,85% a.a	213.346	(263.606)	(50.260)
CEA	Sumitomo Mitsui - R\$ 250.000	07/02/2022	07/02/2025	Câmbio	US\$ + 3,05% a.a/CDI + 1,48% a.a	240.128	(271.608)	(31.480)
Equatorial Alagoas	Santander - R\$ 276.500	26/10/2022	05/10/2026	Câmbio	US\$ + 6,45% a.a/CDI + 1,62% a.a	294.273	(297.355)	(3.082)
Equatorial Alagoas	1ª Debêntures - R\$ 100.000	28/10/2022	15/10/2034	Juros	IPCA + 6,3618% a.a. / CDI + 0.74 a.a	103.459	(106.697)	(3.238)
	XP / Proteger a exposição da Controlada à variabilidade nos fluxos de caixa referentes a compra de módulos fotovoltaicos	22/11/2022	04/09/2023	Câmbio	N/A	(9.449)	-	(9.449)
	XP / Proteger a exposição da Controlada à variabilidade nos fluxos de caixa referentes a compra de módulos fotovoltaicos	24/11/2022	30/10/2023	Câmbio	N/A	(6.270)	-	(6.270)
Echoenergia		21/06/2022	21/12/2023	Câmbio	US\$ + Sofr + 0,72% a.a. / CDI + 0,78% a.a.	105.368	(101.110)	4.258
Enova	Citibank – R\$ 100.000					4.086.265	(4.317.303)	(231.038)
Subtotal (Controladas)								354.275
Total (Companhia e controladas)								
Ativo circulante								88.972
Ativo não circulante								589.564
Passivo circulante								(41.775)
Passivo não circulante								(282.486)
Efeito líquido total								354.275

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Controladas	Instituição financeira e objetivo de proteção de risco de mercado	Ingresso	Vencimento	Tipo	Indexadores	2021		
						Valor justo		
						Ponta ativa	Ponta passiva	Total
Equatorial Maranhão	Scotiabank - R\$ 350.000	19/02/2021	19/02/2025	Câmbio	US\$ + 1,48% a.a / CDI + 1,65% a.a	365.991	(374.202)	(8.211)
Equatorial Pará	Citibank - R\$ 542.000	11/06/2018	12/06/2023	Câmbio	US\$ + Libor + 1,09% a.a. / 114% do CDI	473.505	(333.283)	140.222
Equatorial Pará	Citibank - R\$390.000	05/07/2019	05/07/2022	Câmbio	US\$ + Libor + 0,99% a.a. / 111,8% do CDI	450.232	(318.438)	131.794
Equatorial Piauí	Citibank - R\$300.000	10/10/2020	16/10/2023	Câmbio	US\$ +Libor+ 0,85% a.a. /113% do CDI	435.078	(307.061)	128.017
Equatorial Piauí	Scotiabank - R\$ 200.000	10/10/2020	16/10/2023	Câmbio	US\$ + 1,68% a.a. /CDI + 1,58%	201.686	(209.054)	(7.368)
Equatorial Piauí	Scotiabank - R\$ 300.000	26/04/2021	26/04/2026	Câmbio	US\$ + 2,27% a.a. / CDI + 1,77%	306.226	(322.296)	(16.070)
CEEE-D	Bank of America - R\$ 250.000	26/07/2021	31/07/2023	Câmbio	US\$ + 1,96% a.a / CDI + 1,50% a.a	271.770	(259.492)	12.278
CEEE-D	Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation - R\$ 250.000	13/08/2021	13/08/2024	Câmbio	US\$ + 2,19% a.a / CDI + 1,45% a.a.	274.449	(266.175)	8.274
CEEE-D	Citibank - R\$ 379.269	31/12/2021	31/01/2022	Câmbio	N/A	-	(5.069)	(5.069)
Telecom	Bocom – R\$ 20.000	28/12/2021	28/12/2026	Câmbio	US\$ + Libor + 2,07% a.a / CDI + 1,71% a.a.	19.357	(20.024)	(667)
CEA	Scotiabank – R\$ 250.000	29/12/2021	29/12/2026	Câmbio	US\$ + 2,52% a.a. / CDI + 1,85% a.a	252.549	(267.140)	(14.591)
Subtotal (Controladas)						3.050.843	(2.682.234)	368.609
Total (Companhia e controladas)								781.740
Ativo circulante								293.020
Ativo não circulante								540.603
Passivo circulante								(5.116)
Passivo não circulante								(46.767)
Efeito líquido total								781.740

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes nas controladas da Companhia:

Controlada	Risco Cambial	2022			2022		
		Valor contábil			Valor contábil		
		Valor Nominal	Ativo	Passivo	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Equatorial Maranhão	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	350.000	-	(52.062)	Instrumentos financeiros derivativos	(11.996)	N/A
Equatorial Pará	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	1.073.900	88.965	(47.724)	Instrumentos financeiros derivativos	(7.466)	N/A
Equatorial Piauí	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	646.000	-	(80.946)	Instrumentos financeiros derivativos	(19.614)	N/A
CEEE-D	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	750.000	-	(36.407)	Instrumentos financeiros derivativos	(12.490)	N/A
Telecom	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	40.000	-	(3.343)	Instrumentos financeiros derivativos	(3.343)	N/A
CEA	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	500.000	-	(81.740)	Instrumentos financeiros derivativos	(35.375)	N/A
ENOVA	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	100.000	4.258	-	Instrumentos financeiros derivativos	1.150	N/A
Equatorial Alagoas	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	376.500	-	(6.320)	Instrumentos financeiros derivativos	1.580	N/A
Echoenergia	Contrato a termo	1.016.447	-	(15.719)	Instrumentos financeiros derivativos	(15.719)	N/A
Controlada	Risco Cambial	2021			2021		
		Valor contábil			Valor contábil		
		Valor Nominal	Ativo	Passivo	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Equatorial Maranhão	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	350.000	-	(8.211)	Instrumentos financeiros derivativos	(14.265)	N/A
Equatorial Pará	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	932.000	272.017	-	Instrumentos financeiros derivativos	750	N/A
Equatorial Piauí	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	800.000	128.015	(23.437)	Instrumentos financeiros derivativos	15.627	N/A
CEEE-D	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	500.000	20.552	(5.069)	Instrumentos financeiros derivativos	10.139	N/A
Telecom	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	20.000	-	(667)	Instrumentos financeiros derivativos	(148)	N/A
CEA	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	250.000	-	(14.591)	Instrumentos financeiros derivativos	9.217	N/A

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

31.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia, bem como de suas controladas têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Companhia, supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco das controladas distribuidoras da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é, principalmente, proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e a eficiência do desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. As controladas distribuidoras da Companhia adotam uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detêm caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado no montante de R\$ 460.753 e R\$ 3.166.362, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 541.415 e R\$ 2.996.589 em 31 de dezembro de 2021). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* acima AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber

As contas a receber das controladas distribuidoras da Companhia compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

As controladas distribuidoras da Companhia estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência e, conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. As políticas de cobrança estabelecidas nas controladas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1000/2021 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

Classe consumidora	2022				
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	4.247.025	610.671	2.046.897	6.904.593	57%
Industrial	437.257	120.529	146.231	704.017	6%
Comercial	1.217.300	233.392	666.656	2.117.348	17%
Rural	495.518	98.621	159.719	753.858	6%
Poder público	386.008	60.013	512.217	958.238	8%
Iluminação pública	276.214	699	206.558	483.471	4%
Serviço público	192.679	34.729	77.265	304.673	2%
Total	7.252.001	1.158.654	3.815.543	12.226.198	100%

Classe consumidora	2021				
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	3.676.237	488.618	1.884.611	6.049.466	56%
Industrial	445.674	36.451	188.249	670.374	6%
Comercial	1.099.987	162.501	660.057	1.922.545	18%
Rural	380.951	53.696	110.558	545.205	5%
Poder público	322.823	42.775	540.466	906.064	8%
Iluminação pública	206.711	1.139	198.027	405.877	4%
Serviço público	175.736	23.109	121.353	320.198	3%
Total	6.308.119	808.289	3.703.321	10.819.729	100%

As controladas distribuidoras da Companhia registraram uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.17.2.1 – Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CELG-D)

Faixa	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil bruto faturado	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
A Vencer	1.910.379	23,57%	450.318	1.330.374	3,99%	53.145
Vencido 1 a 30	88.107	34,33%	30.251	577.531	7,05%	40.691
Vencido 31 a 60	36.036	43,46%	15.663	182.120	17,02%	30.992
Vencido 61 a 90	29.310	50,87%	14.909	99.050	28,89%	28.615
Vencido 91 a 120	28.629	53,80%	15.403	81.955	32,57%	26.694
Vencido 121 a 150	31.205	56,66%	17.680	77.931	35,45%	27.627
Vencido 151 a 180	30.525	57,40%	17.522	69.098	37,56%	25.955
Vencido 181 a 210	26.409	59,76%	15.783	62.567	39,96%	25.002
Vencido 211 a 240	28.134	62,74%	17.650	72.627	43,69%	31.730
Vencido 241 a 270	26.374	65,28%	17.218	66.814	46,95%	31.369
Vencido 271 a 300	25.806	66,99%	17.287	64.594	48,20%	31.136
Vencido 301 a 330	25.652	69,67%	17.873	64.385	48,50%	31.226
Vencido 331 a 360	24.661	70,09%	17.285	71.458	47,95%	34.265
Vencido 361 a 390	23.644	72,39%	17.115	70.320	48,89%	34.380
Vencido 391 a 420	25.363	74,05%	18.781	69.594	49,38%	34.368
Vencido 421 a 450	23.580	73,48%	17.326	66.072	50,24%	33.195
Vencido 451 a 630	133.116	74,49%	99.161	304.132	53,46%	162.602
Vencido 631 a 720	60.962	79,09%	48.215	154.041	56,99%	87.794
Vencido 721 a 810	55.077	80,11%	44.124	119.095	60,83%	72.451
Vencido 811 a 990	99.758	82,07%	81.873	176.699	65,46%	115.675
Vencido 991 a 1080	50.433	83,85%	42.289	117.780	66,12%	77.877
Vencido 1081 a 1170	45.329	84,98%	38.521	112.500	69,39%	78.065
Vencido 1171 a 1350	83.618	85,77%	71.715	212.069	69,35%	147.078
Vencido 1351 a 1530	76.606	86,31%	66.119	237.186	71,19%	168.862
Vencido 1531 a 1710	65.654	89,36%	58.669	222.978	78,22%	174.416
Vencido 1711 a 1890	56.851	89,38%	50.815	197.753	77,64%	153.543
Vencido Maior 1890	239.009	91,06%	217.649	1.021.556	87,19%	890.705
Total	3.350.227		1.537.214	5.902.279		2.649.458

Aging de parcelamentos saldos a vencer (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CELG-D)

	2022				
	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Residencial	499.251	245.579	117.723	37.815	900.368
Industrial	55.411	7.767	4.253	4.746	72.177
Comercial	95.631	47.048	30.993	180.240	353.912
Rural	28.112	13.119	6.518	22.138	69.887
Poder público	80.320	53.720	39.837	161.090	334.967
Iluminação pública	30.653	21.712	15.395	52.207	119.967
Serviço público	30.057	12.047	7.003	9.994	59.101
Total a vencer	819.435	400.992	221.722	468.230	1.910.379

	2021				
	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Residencial	452.138	309.074	166.697	157.981	1.085.890
Industrial	57.559	11.984	8.141	11.004	88.688
Comercial	88.569	62.357	37.000	178.500	366.426
Rural	23.495	12.980	6.349	5.572	48.396
Poder público	58.189	53.128	45.180	309.200	465.697
Iluminação pública	26.221	19.558	16.754	75.326	137.859
Serviço público	33.441	16.847	13.368	46.597	110.253
Total a vencer	739.612	485.928	293.489	784.180	2.303.209

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CELG-D)

	2022					
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	Total
Residencial	185.746	198.255	148.213	165.092	194.933	892.239
Industrial	6.257	4.430	5.799	12.443	29.287	58.216
Comercial	35.077	39.652	29.874	47.188	54.737	206.528
Rural	9.682	12.312	9.030	10.972	14.625	56.621
Poder Público	8.154	9.265	8.703	5.983	24.882	56.987
Iluminação pública	548	580	571	4.819	936	7.454
Serviço público	1.931	2.170	3.081	524	641	8.347
Total de parcelamentos	247.395	266.664	205.271	247.021	320.041	1.286.392

	2021					
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	Total
Residencial	176.511	169.358	134.598	292.845	773.312	
Industrial	4.615	6.418	6.832	79.353	97.218	
Comercial	32.306	31.740	27.394	96.875	188.315	
Rural	9.727	10.019	8.738	26.869	55.353	
Poder público	8.645	10.777	5.527	39.270	64.219	
Iluminação pública	3.379	3.281	2.388	18.626	27.674	
Serviço público	2.219	3.710	829	2.535	9.293	
Total de parcelamentos	237.402	235.303	186.306	556.373	1.215.384	

PECLD Outros (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CELG-D)

Faixa	Saldo contábil bruto Outros	%Taxa média ponderada da perda média do Outros	Saldo PECLD outros
A Vencer	86.893	5,10%	4.429
Vencido 1 a 30	19.980	7,14%	1.426
Vencido 31 a 60	8.388	16,87%	1.415
Vencido 61 a 90	5.796	29,04%	1.683
Vencido 91 a 120	3.912	33,05%	1.293
Vencido 121 a 150	3.227	36,44%	1.176
Vencido 151 a 180	3.465	38,59%	1.337
Vencido 181 a 210	2.425	42,10%	1.021
Vencido 211 a 240	1.850	49,89%	923
Vencido 241 a 270	2.045	52,41%	1.072
Vencido 271 a 300	1.541	56,94%	877
Vencido 301 a 330	2.414	48,46%	1.170
Vencido 331 a 360	2.185	53,74%	1.174
Vencido 361 a 390	3.656	50,84%	1.859
Vencido 391 a 420	3.564	48,03%	1.712
Vencido 421 a 450	3.787	48,13%	1.823
Vencido 451 a 630	24.108	54,85%	13.224
Vencido 631 a 720	9.008	54,97%	4.952
Vencido 721 a 810	9.076	59,93%	5.439
Vencido 811 a 990	11.995	65,53%	7.860
Vencido 991 a 1080	5.493	61,26%	3.365
Vencido 1081 a 1170	5.753	66,52%	3.827
Vencido 1171 a 1350	11.646	66,20%	7.710
Vencido 1351 a 1530	13.184	65,82%	8.678
Vencido 1531 a 1710	12.214	73,85%	9.020
Vencido 1711 a 1890	8.780	73,49%	6.452
Maior 1890	38.638	84,81%	32.765
Total	305.023		127.682

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

PECLD não faturados (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CELG-D)

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo
A Vencer	753.883	3,77%	28.438
Total	753.883	3,77%	28.438

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (CELG-D)

A controlada da Companhia adota o modelo de mensuração da PECLD com base nas perdas em crédito estimadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

- Individualmente, a controlada da Companhia determina a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa para cada consumidor. Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicações de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual;
- Coletivamente, a CELG-D utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente para o modelo coletivo onde há uma quantidade relevante de consumidores. Este modelo contempla cada classe de consumo (Residencial, Rural, Comercial, Industrial, Poder Público, Iluminação Pública e Serviços Públicos). Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo do setor de distribuição de energia.

Em ambos os modelos a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses* – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a probabilidade de inadimplência (“*Probability of Default* – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default* – LGD”). Os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da controlada da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Aging parcelamento saldos a vencer

	2022				Total
	2023	2024	2025	Após 2025	
Residencial	59.838	15.220	-	-	75.058
Industrial	4.433	387	-	-	4.820
Comercial	24.864	6.929	-	-	31.793
Rural	10.254	1.828	-	-	12.082
Poder público	10.862	14.499	2.268	20.137	47.766
Iluminação pública	11.999	23.504	-	-	35.503
Serviço público	3.450	1.129	-	-	4.579
Total a vencer	125.700	63.496	2.268	20.137	211.601

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2022					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 à 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	
Residencial	29.268	24.869	8.260	12.473	3.347	78.217
Industrial	1.185	1.080	1.128	2.577	1.541	7.511
Comercial	8.625	10.013	6.892	13.432	3.820	42.782
Rural	5.530	4.134	1.105	1.448	433	12.650
Poder Público	3.729	5.884	5.403	5.940	39.934	60.890
Iluminação Pública	5.888	3.708	7.442	3.846	912	21.796
Serviço Público	77	210	236	314	108	945
Total de parcelamentos	<u>54.302</u>	<u>49.898</u>	<u>30.466</u>	<u>40.030</u>	<u>50.095</u>	<u>224.791</u>

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia, bem como das suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(iv) Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e de controladas em cumprirem adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com mais detalhes sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas explicativas nº 17 - Empréstimos e financiamentos, nº 18 - Debêntures e nº 22 - Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial.

A Companhia e suas controladas têm obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e de suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia, bem como às suas controladas, estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 0,7 em 31 de dezembro de 2022 (2,9 em 31 de dezembro de 2021).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Títulos de dívida emitidos sem garantia	501.404	530.591	-	530.591	-	-	-
Subtotal – Empréstimos e financiamentos	501.404	530.591	-	530.591	-	-	-
Títulos de dívida emitidos sem garantia	4.554.060	5.863.631	144.045	863.645	418.296	4.273.188	164.457
Subtotal – Debêntures	4.554.060	5.863.631	144.045	863.645	418.296	4.273.188	164.457
Fornecedores	2.655	2.655	2.655	-	-	-	-
Total	5.058.119	6.396.877	146.700	1.394.236	418.296	4.273.188	164.457

Consolidado

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários sem garantia	2.097.779	7.573.298	34.217	1.134.636	793.161	2.402.490	3.208.794
Empréstimos bancários com garantia	22.909.594	31.986.689	716.028	9.650.249	2.296.088	5.843.106	13.481.218
Títulos de dívida emitidos sem garantia	501.404	530.591	-	530.591	-	-	-
Títulos de dívida emitidos com garantia	997.222	1.245.031	-	690.652	41.972	512.407	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	26.505.999	41.335.609	750.245	12.006.128	3.131.221	8.758.003	16.690.012
Títulos de dívida emitidos sem garantia	7.586.520	10.813.704	144.045	1.333.164	663.033	6.408.519	2.264.943
Títulos de dívida emitidos com garantia	7.091.006	9.911.142	269.266	1.859.358	3.211.470	2.118.581	2.452.467
Subtotal – Debêntures	14.677.526	20.724.846	413.311	3.192.522	3.874.503	8.527.100	4.717.410
Valores a pagar da RJ sem garantia	830.152	1.874.794	175	47.758	48.366	189.609	1.588.886
Valores a pagar da RJ com garantia	119.420	136.577	3.565	34.337	41.630	57.045	-
Subtotal – Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	949.572	2.011.371	3.740	82.095	89.996	246.654	1.588.886
Fornecedores	4.728.015	4.728.015	2.606.977	1.751.041	153.781	207.401	8.815
Fornecedores – Risco sacado (convênio)	331.953	331.953	896	331.057	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	5.059.968	5.059.968	2.607.873	2.082.098	153.781	207.401	8.815
Passivo de arrendamento financeiro	119.875	278.901	7.388	29.814	25.792	29.630	186.277
Total	47.312.940	69.410.695	3.782.557	17.392.657	7.275.293	17.768.788	23.191.400

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que, normalmente, não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 17 – Empréstimos e financiamentos e nº 18 - Debêntures, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia e suas controladas buscam aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(d) Risco de preço na venda de energia elétrica

As controladas do segmento de renováveis da Companhia vendem energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. Parcela substancial da energia vendida está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição das controladas do segmento de renováveis da Companhia à variação de preços.

(e) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição ao câmbio da controlada Equatorial Maranhão era 13,9% (16,9% em 31 de dezembro de 2021), da Equatorial Pará era 21,5% (18,5% em 31 de dezembro de 2021), da Equatorial Piauí era 18,7% (24,3% em 31 de dezembro de 2021), da Equatorial Alagoas era 15,6% (não houve exposição ao câmbio em 31 de dezembro de 2021), da CEEE-D era 15,1% (29,0% em 31 de dezembro de 2021), da CEA era 45,6% (32,9% em 31 de dezembro de 2021), da Equatorial Telecomunicações era 100% (100% em 31 de dezembro de 2021) e da ENOVA era 99,7% (não houve exposição ao câmbio em 31 de dezembro de 2021) de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira).

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As controladas possuem dívidas em moeda estrangeira com *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 31.4 - Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Consolidado				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
			Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(3.749.888)	(4.051.603)	(5.064.504)	(6.077.405)	(3.038.702)	(2.025.801)
Impacto no resultado do exercício				(1.012.901)	(2.025.802)	1.012.901	2.025.802
<i>Swap</i> - Ponta Ativa	USD	3.734.822	4.035.325	5.044.156	6.052.988	3.026.494	2.017.662
Impacto em outros resultados abrangentes				(4.070)	(8.139)	4.070	8.139
Impacto no resultado do exercício				1.012.901	2.025.802	(1.012.901)	(2.025.802)
Impacto líquido no resultado do exercício total				-	-	-	-
Referência para passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa projetada 2022	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)		5,64	5,22	7,05	8,46	4,23	2,82

Fonte: B3

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(f) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia e de suas controladas.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foi demonstrada em cinco cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Controladora				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	486.715	552.032	568.361	584.691	535.703	519.373
Impacto no resultado do exercício				16.329	32.659	(16.329)	(32.659)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(5.079.499)	(5.761.168)	(5.931.585)	(6.102.002)	(5.590.751)	(5.420.334)
Total de passivos financeiros		(5.079.499)	(5.761.168)	(5.931.585)	(6.102.002)	(5.590.751)	(5.420.334)
Impacto no resultado do exercício				(170.417)	(340.834)	170.417	340.834
Impacto líquido no resultado do exercício total				(154.088)	(308.175)	154.088	308.175

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Consolidado				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	8.221.505	9.324.831	9.600.662	9.876.494	9.049.000	8.773.168
Impacto no resultado do exercício				275.831	551.663	(275.831)	(551.663)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(20.627.234)	(23.395.409)	(24.087.453)	(24.779.496)	(22.703.365)	(22.011.322)
	TJLP	(1.009.211)	(1.086.315)	(1.105.591)	(1.124.867)	(1.067.039)	(1.047.763)
	IGP-M	(283.036)	(294.556)	(297.436)	(300.316)	(291.676)	(288.796)
	IPCA	(15.375.720)	(16.352.078)	(16.596.168)	(16.840.257)	(16.107.988)	(15.863.899)
Total de passivos financeiros		(37.295.201)	(41.128.358)	(42.086.648)	(43.044.936)	(40.170.068)	(39.211.780)
Impacto no resultado do exercício				(958.290)	(1.916.578)	958.290	1.916.578
Swap – Ponta Passiva	CDI	(3.946.843)	(4.476.509)	(4.608.926)	(4.741.342)	(4.344.092)	(4.211.676)
Impacto em outros resultados abrangentes				(3.766)	(7.531)	3.766	7.531
Impacto no resultado do exercício				(128.651)	(257.302)	128.651	257.302
Impacto líquido no resultado do exercício total				(811.110)	(1.622.217)	811.110	1.622.217
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 2022	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		13,42%	12,39%	16,78%	20,13%	10,07%	6,71%
TJLP (% 12 meses)		7,64%	6,75%	9,55%	11,46%	5,73%	3,82%
IGP-M (% 12 meses)		4,07%	5,45%	5,09%	6,11%	3,05%	2,04%
IPCA (% 12 meses)		6,35%	5,79%	7,94%	9,53%	4,76%	3,18%

Fonte: B3 e Santander

(g) Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 17 - Empréstimos e financiamentos e nº 18 - Debêntures.

Em consideração aos contratos sujeitos à recuperação judicial da controlada Equatorial Pará, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(h) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME).

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro de 2022 houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o período tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2021. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses.

(i) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia e de suas controladas, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia, bem como suas controladas, justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(j) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e de suas controladas transmissoras e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as controladas transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso as controladas transmissoras expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as controladas transmissoras da Companhia não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

(k) Risco ambiental

A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

No SGA, a Companhia e suas controladas tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

31.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e de suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia e suas controladas entendem que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures e o financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia repassados pelo Banco do Brasil.

32 Demonstrações dos fluxos de caixa

32.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Controlada	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Dividendo adicionais de 2021 constituídos (e)	55.176
Dividendos mínimos obrigatórios	326.310
Dividendos adicionais propostos	3.968
Realização da reserva de lucros a realizar	54.877
Aumento de capital	1.434.726
Total atividades de financiamento	1.875.057
Atividades de investimento	
Dividendos a receber	1.335.194
Total atividades de investimentos	1.335.194
Total	3.210.251

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

Atividades de investimento

Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	1.425.518
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	1.607.580
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores (b)	134.163
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento (b)	282.046
Transferência entre investimentos e intangível	19.283
Total atividades de investimentos	3.468.590

Atividades de financiamento

Redução de capital	34.353
Capitalização de juros de empréstimos, juros e mútuos (c)	43.814
Constituição dividendos mínimos obrigatórios 2022	426.314
Dividendos adicionais 2021	125.804
Dividendos adicionais 2022	3.968
Realização da reserva de lucros a realizar	54.877
Constituição de dividendos intermediários 2022	181.334
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	100.147
Total atividades de financiamento	970.611

Total	4.439.201
--------------	------------------

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativo de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
(b) Referem-se às adições de ativo de contrato em contrapartida de fornecedores e obrigações e encargos sobre a folha de pagamento, mais detalhes na nota explicativa nº 15 – Ativo de contrato;
(c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos;
(d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado; e
(e) Constituição de dividendos adicionais.

32.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2021	Fluxo de caixa	Pagamento de juros(*)	Outros (**)	2022
Empréstimos e financiamentos	-	500.000	-	1.404	501.404
Debêntures	2.448.387	2.000.000	(452.320)	557.993	4.554.060
Passivos de arrendamento	517	-	-	(517)	-
Dividendos a pagar	648.864	(704.022)	-	436.365	381.207
Total	3.097.768	1.795.978	(452.320)	995.245	5.436.671

	2021	Aquisição (a)	Fluxo de caixa	Pagamento de juros(*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	2022
Empréstimos e financiamentos	14.801.455	10.043.271	1.384.199	(899.208)	-	22.435	1.153.847	26.505.999
Debêntures	10.601.480	1.242.452	2.271.667	(1.179.563)	-	-	1.741.490	14.677.526
Instrumentos financeiros derivativos	51.883	-	-	(36.997)	-	46.285	263.090	324.261
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	929.294	-	(13.160)	(57.759)	-	17.856	73.341	949.572
Passivos de arrendamento	57.610	86.200	(36.765)	(1.713)	2.715	-	11.828	119.875
Dividendos a pagar	771.321	-	(704.022)	-	-	-	401.501	468.800
Total	27.213.043	11.371.923	2.901.919	(2.175.240)	2.715	86.576	3.645.097	43.046.033

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

- (a) Saldo proveniente da Echoenergia Participações S.A e CELG Distribuição S.A. - CELG-D. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 - Combinações de negócios.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

33 Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Desta forma, os segmentos econômicos em que atua são: Distribuição, Transmissão, Geração Eólica, Serviçosⁱ, Saneamento e Outrosⁱⁱ, cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir:

2022								
	Distribuição	Transmissão	Geração Eólica	Serviços e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
						Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	24.499.948	1.546.009	839.557	368.574	91.988	-	(213.569)	27.132.507
Custos e despesas operacionais	(20.269.078)	(207.972)	(469.295)	(398.588)	(93.193)	(630.737)	213.569	(21.855.294)
Resultado oper. antes do resultado financeiro	4.230.870	1.338.037	370.262	(30.014)	(1.205)	(630.737)	-	5.277.213
Receita financeira	2.908.710	95.805	83.340	33.646	9.825	391.246	(24.159)	3.498.413
Despesa financeira	(4.243.903)	(545.928)	(375.888)	(30.434)	(143.895)	(767.000)	24.159	(6.082.889)
Resultado financeiro	(1.335.193)	(450.123)	(292.548)	3.212	(134.070)	(375.754)	-	(2.584.476)
Resultado de participações societárias	-	-	-	(34.683)	-	4.087.704	(4.053.021)	-
Imposto de renda e contribuição social	(477.521)	(182.482)	(54.305)	2.763	-	(59.189)	-	(770.734)
Lucro líquido do exercício	2.418.156	705.432	23.409	(58.722)	(135.275)	3.022.024	(4.053.021)	1.922.003

2021							
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Saneamento	Reconciliação		Total
					Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	22.260.101	1.796.705	382.509	-	-	(198.429)	24.240.886
Custos e despesas operacionais	(18.065.003)	(778.688)	(389.324)	(10.880)	(274.904)	198.429	(19.320.370)
Resultado oper. antes do resultado financeiro	4.195.098	1.018.017	(6.815)	(10.880)	(274.904)	-	4.920.516
Receita financeira	1.758.325	19.822	4.068	743	470.691	(13.946)	2.239.703
Despesa financeira	(2.277.311)	(578.948)	(645)	(4.373)	(210.430)	13.946	(3.057.761)
Resultado financeiro	(518.986)	(559.126)	3.423	(3.630)	260.261	-	(818.058)
Resultado de participações societárias	-	-	(5.045)	-	5.460.126	(5.388.105)	66.976
Imposto de renda e contribuição social	406.335	(130.287)	(2.508)	-	(140.465)	-	133.075
Lucro líquido do exercício	4.082.447	328.604	(10.945)	(14.510)	5.305.018	(5.388.105)	4.302.509

2022								
	Distribuição	Transmissão	Geração Eólica	Serviços e Comercialização	Saneamento	Reconciliação		Total
						Administração	Eliminações	
Ativos operacionais	63.685.979	11.910.025	11.547.641	637.092	1.078.442	40.120.286	(38.362.068)	90.617.397
Passivos operacionais	51.763.506	8.052.102	4.769.077	347.843	1.177.504	7.378.718	(1.438.333)	72.050.417

2021							
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Saneamento	Reconciliação		Total
					Administração	Eliminações	
Ativos operacionais	45.500.109	11.329.537	469.763	1.039.764	25.212.562	(21.837.435)	61.714.300
Passivos operacionais	34.733.893	7.833.888	126.694	1.004.274	4.692.013	(1.280.934)	47.109.828

ⁱServiços diz respeito às atividades de serviços fornecidos pela Equatorial Serviços S.A., Equatorial Telecomunicações S.A., Solenergias Comercializadora de Energia S.A., E-Nova Instalação e Manutenção Ltda., Equatorial Geração Distribuída SPE S.A. e Equatorial Engenharia e Construções S.A. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 11.2 - Informações das controladas e controladas em conjunto.

ⁱⁱOutros é referente aos serviços de Administração Central decorrentes das operação de *holding*, bem como compartilhamento de pessoal e infra-estrutura, fornecidas pelas empresas Equatorial Energia Distribuição S.A., Equatorial Transmissão S.A., Equatorial Participações e Investimentos S.A., Equatorial Participações e Investimentos II S.A., Equatorial Participações e Investimentos III S.A. e Equatorial Energia S.A. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 11.2 - Informações das controladas e controladas em conjunto.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

33.1 Receita operacional por segmento

	2022						Total
	Distribuição	Transmissão	Geração Eólica	Serviços	Saneamento	Eliminações	
Suprimento de energia elétrica	365.488	-	-	-	-	-	365.488
Fornecimento de energia elétrica	25.972.292	-	-	302.368	-	-	26.274.660
Receita de construção	5.086.163	107.717	-	-	61.456	-	5.255.336
Receita pela disponibilidade - uso da rede	1.255.437	-	-	-	-	(125.394)	1.130.043
Receita de operação e manutenção	-	114.440	-	-	-	-	114.440
Receita com venda de energia	-	-	862.231	-	-	-	862.231
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	-	34.088	-	34.088
Receita de remuneração de ativo de contrato	-	1.432.898	-	-	-	-	1.432.898
Outras receitas	1.285.016	3.438	9.466	132.887	282	(88.087)	1.343.002
Total da receita bruta	33.964.396	1.658.493	871.697	435.255	95.826	(213.481)	36.812.186

	2021					Total
	Distribuição	Transmissão	Serviços	Eliminações		
Suprimento de energia elétrica	1.071.390	-	-	-	-	1.071.390
Fornecimento de energia elétrica	24.010.498	-	327.641	-	-	24.338.139
Receita de construção	2.737.090	533.238	-	-	-	3.270.328
Receita pela disponibilidade - uso da rede	845.225	-	-	(110.114)	-	735.111
Receita de operação e manutenção	-	31.190	-	-	-	31.190
Receita de remuneração de ativo de contrato	-	1.322.984	-	-	-	1.322.984
Outras receitas	1.293.563	51.162	98.765	(88.315)	-	1.355.175
Total da receita bruta	29.957.766	1.938.574	426.406	(198.429)	-	32.124.317

33.2 Segmento geográfico

A Companhia optou evidenciar as informações por segmentos econômicos por Unidade Federativa em que atua no setor de distribuição* de energia:

(a) Receita operacional distribuição

	2022						Total
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Amapá	
Receita operacional líquida	4.842.716	8.513.222	2.943.677	2.556.322	4.467.992	1.176.019	24.499.948

	2021						Total
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Amapá	
Receita operacional líquida	5.389.645	8.119.519	3.094.322	2.756.337	2.841.347	58.931	22.260.101

* As controladas distribuidoras possuem sedes operacional e administrativa nas respectivas Unidades Federativas em que atuam. As controladas transmissoras, por sua vez, possuem suas operações em locais distintos da sede administrativa, as quais estão em Brasília/Distrito Federal e São Luís/ Maranhão, portanto, não são analisadas de forma geográfica pela Companhia.

Os administradores da Companhia, para a tomada de decisão, analisam somente as distribuidoras por segmento geográfico. As transmissoras não são analisadas nessa segmentação devido ao fato das linhas de transmissão passarem por diversas regiões.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

34 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	<u>Vigência</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Após 2025*</u>
Energia contratada	2023 a 2034	8.794.882	10.095.836	10.473.454	117.413.370
Energia contratada (em MhW)	2023 a 2034	37.081.515	40.887.157	40.944.267	382.494.849

(*) estimado em 9 anos após 2025.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	<u>Vigência</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Após 2025*</u>
Arrendamentos e aluguéis	2023 a 2029	27.133	14.077	5.968	72.697
Sistema isolado	2023 a 2027	641.402	456.924	137.362	54.916
Sistema isolado (MhW)	2023 a 2027	278.163	253.330	185.623	74.922
Encargos de uso do sistema de transmissão (CUST/CCT) e distribuição (CUSD)	2023 a 2037	-	66.875	66.930	870.095
Contratos de operação e manutenção	2023 a 2037	-	76.207	79.249	182.058

(*) estimado em 12 anos após 2025.

35 Créditos especiais - FUNAC

Em 20 de janeiro de 2012, foi editada a Lei Estadual nº 17.555 com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à controlada indireta da Companhia, a Celg Distribuição S.A.-CELGD, de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão entre as partes Eletrobras e Estado de Goiás, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC entre CELGD e Estado (por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Economia) e regulamentação definida pelo decreto estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. Os recursos do referido fundo dependiam de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela CELGD a serem repassadas ao Fundo.

Conforme disposto do contrato de compra e venda da CELGD, assinado entre CELGD, Eletrobras e CELGPARG em 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se comprometeu a indenizar os compradores da CELGD por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, "alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC". Desde então a CELGD mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados as contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle, conforme disposto no contrato de compra e venda desta. Em 06 de fevereiro de 2019, foi publicada a Lei nº 20.416, alterando a Lei nº 17.555/12 (que instituiu o Fundo de Aporte à CELGD) e a Lei nº 19.473/16 (que instituiu a política estadual energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás) onde o Governo do Estado de Goiás suspendeu parte do ressarcimento à CELGD, ao retroagir o período de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 25 de abril de 2019, foi publicada a Lei nº 20.468, revogando a Lei Estadual nº 19.473, de 03 de novembro de 2016, que concedia o direito da CELG-D em apropriar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015. Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da CELG-D, a controlada indireta da Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por meio de outras leis e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujos fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da CELG-D nos autos do MS nº. 5098329.72.2019.8.09.0000, desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da CELG-D e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente. Entretanto, no dia 16 de setembro de 2019, a decisão foi reformada através do julgamento dos embargos de declaração apresentados Procuradoria do Estado com atribuição de efeitos infringentes, indeferindo o pedido liminar da CELG-D e mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. Dessa forma, a CELG-D apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 1º de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, a qual voltou a vigorar. Contra a decisão que revogou a liminar, a CELG-D interpôs recurso, o qual aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça, em Brasília desde outubro/2021. Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 20.416/19, que alterou a Lei nº 17.555/12 (FUNAC), e da Lei nº 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

Em 03 de junho de 2021, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a ação de inconstitucionalidade apresentada pela ABRADEE, por entender que não caberia ação de inconstitucionalidade para discutir leis que alcançariam apenas uma empresa, uma vez que esse tipo de ação é destinado a um controle abstrato da constitucionalidade das leis e não para situações concretas e específicas. Todavia, não houve nenhuma manifestação sobre o mérito das leis, apenas aspectos processuais. No dia 24 de junho de 2021, a ABRADEE apresentou recurso, o qual foi julgado em 22 de setembro de 2021 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que manteve a decisão anterior proferida.

A Administração da CELG-D concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do *pacta sunt servanda*, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

O direito da CELG-D, ademais, sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula nº 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela CELG-D no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADÉE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo. Adicionalmente, a CELG-D está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra de mesma, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

Os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário, são mantidos atualmente no longo prazo através da rubrica de Outras contas a receber, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados pela CELG-D. Dessa forma, assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam ressarcidos à CELG-D, seja através de ressarcimento via FUNAC ou apropriação de crédito outorgado de ICMS. A segregação entre curto e longo prazo dos referidos valores é feita baseada em expectativa da referida controlada da Companhia. Com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da CELG-D foram realizados, a Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC no montante total de R\$ (689.919) em 31 de dezembro de 2022 relacionada ao período compreendido entre abril de 2012 e janeiro de 2015, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº17.555/12 e nº 19.473/16. Adicionalmente a este valor, a CELG-D constituiu provisão para perdas sobre pedidos de pagamento/ressarcimento vencidos há mais de um ano no valor de R\$ (238.600).

O saldo em 31 de dezembro de 2022 do FUNAC era R\$ 711.182 (sendo R\$ 116.625 no ativo circulante e R\$ 594.557 no ativo não circulante), líquido de provisão para perdas mencionadas anteriormente, e classificado nas demonstrações contábeis consolidadas na rubrica de Outras contas a receber.

36 Eventos subsequentes

Companhia e suas controladas

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia e suas controladas avaliaram os efeitos reflexos desta decisão e não identificaram processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas entendem que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuarão monitorando a evolução do assunto.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Energia

Aumento de capital social

Em 17 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a aprovação do aumento de capital no montante de R\$ 7.147, mediante a emissão de 380.870 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos participantes do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 3.968, decorrentes do resultado do exercício.

Liberação de recurso da 6ª emissão de debêntures

Em 20 de março de 2023, a Equatorial Energia S.A. integralizou a 6ª emissão de debêntures em série única, no montante de R\$ 1.578.983, cujo recurso é destinado para a gestão ordinária da Companhia, com o custo de CDI + 1% a.a., e vencimento final em 08 de julho de 2023.

Transferência da totalidade de ações da Equatorial Piauí

Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Companhia, para a Equatorial Distribuição S.A.

Acordo de Investimento celebrado com o Itaú Unibanco S.A.

Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição S.A., através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição S.A. ("Acordo de Investimento") no montante de aproximadamente R\$ 2.103.000. O aporte foi consumado em 21 de março de 2023, e em 23 de março de 2023, o Acordo de Investimento foi celebrado em 21 de março de 2023, no qual o investimento, pelo Itaú na Equatorial Distribuição, foi implementado ("Operação").

Com a conclusão da Operação, o Itaú passou a ser titular de 559.308.511 (quinhentas e cinquenta e nove milhões, trezentas e oito mil e quinhentas e onze) ações preferenciais classe B de emissão da Equatorial Distribuição, as quais, em conjunto com as 397.661.749 (trezentas e noventa e sete milhões, seiscentas e sessenta e uma mil, setecentas e quarenta e nove) ações preferenciais classe A de emissão da Equatorial Distribuição já anteriormente detidas pelo Itaú, representam 20,83% do capital social total da Equatorial Distribuição e a totalidade das ações preferenciais de sua emissão. A Companhia, por sua vez, passou a ser a titular de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Equatorial Distribuição adicional, passando a ser titular de um total de 3.637.513.056 (três bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões, quinhentos e treze mil, cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, representativas de 79,17% do capital social total da Equatorial Distribuição. Como consequência dessa contribuição, a Equatorial Distribuição S.A. passou a ser controladora direta da Equatorial Piauí, com participação correspondente a 94,94% do capital social total da Equatorial Piauí, passando a Companhia a ser controladora indireta da Equatorial Piauí e a Equatorial Distribuição assumiu, em substituição à Companhia, a qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais e de emissora das Debêntures.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Destaca-se que, em função da Operação, o acordo de acionistas da Equatorial Distribuição, celebrado em 11 de novembro de 2019, o qual regula os direitos e obrigações da Companhia e do Itaú na qualidade de acionistas da Equatorial Distribuição, foi aditado em 23 de março de 2023. Dentre outras condições e avenças próprias de documentos dessa natureza, o acordo de acionistas estabelece a outorga pelo Itaú à Companhia de opção de compra da totalidade das ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Equatorial Distribuição. Adicionalmente, o Acordo de Investimento estabelece algumas condições relacionadas ao percentual de distribuição de dividendos das ações preferenciais, sendo que em cada exercício social, a deliberação do pagamento é realizada pela controlada Equatorial Distribuição em assembleia, até que o valor total pago seja equivalente ao seguinte percentual do lucro líquido auferido pela controlada Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios: (i) 15% para as distribuições relativos ao exercício social de 2023; (ii) 17,50% para as distribuições relativos ao exercício social de 2024; (iii) 22,50% para as distribuições relativos ao exercício social de 2025; (iv) 30% para as distribuições relativos ao exercício social de 2026 e ao primeiro semestre do exercício social de 2027; (v) 35% para as distribuições relativos ao segundo semestre do exercício social de 2027, ao exercício social de 2028 e ao primeiro semestre do exercício social de 2029; (vi) 40% para as distribuições relativos ao segundo semestre do exercício social de 2029; e (vii) 50% para as distribuições relativos ao exercício social de 2030 em diante.

Cessão de dívida e resgate antecipado

Em 21 de março de 2023, a Equatorial Energia S.A., Emissora da 6ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 1.578.983 e da 1ª Nota Comercial no valor de R\$ 500.000, realizou a cessão da dívida de ambos os passivos para a Equatorial Energia Distribuição S.A., cuja as dívidas foram renomeadas para 2ª Emissão de Debêntures e 1ª Nota Comercial da Equatorial Energia Distribuição S.A. respectivamente. Em 28 de março de 2023 as duas emissões foram objeto de resgates antecipados facultativo total.

Equatorial Maranhão

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 343.871, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Pará

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 49.622, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Alagoas

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 48.700, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Piauí

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 5, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Aumento de capital social

Em 29 de março de 2023, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 95.720, sem a emissão de novas ações.

Equatorial Transmissão

Aumento de capital

Em 12 de janeiro de 2023, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 11.100, sem a emissão de novas ações.

SPE 01

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 18.274, decorrentes do resultado do exercício.

SPE 02

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 5.230, decorrentes do resultado do exercício.

SPE 03

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 2.013, decorrentes do resultado do exercício.

SPE 04

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 8.524, decorrentes do resultado do exercício.

SPE 05

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 57.663, decorrentes do resultado do exercício.

SPE 06

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 6.385, decorrentes do resultado do exercício.

SPE 07

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 24.364, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

SPE 08

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 20.291, decorrentes do resultado do exercício.

Intesa

Aumento de capital

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de aumento do capital social da controlada indireta da Companhia no montante de R\$ 121.035, mediante a integralização da reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 116.695 e da reserva legal no valor de R\$ 4.340, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5 do Estatuto Social da controlada indireta da Companhia.

Echoenergia

Aumento de capital

Em 03 de janeiro de 2023, houve aumento de capital na controlada indireta Echoenergia Participações S.A. no montante de R\$ 225.800, com entrada de recursos e caixa e equivalentes de caixa destinados a crescimento e investimento em novos negócios, sem alteração da composição acionária.

CELG-D

Liberação de recurso junto a Equatorial Energia

Em 04 de janeiro de 2023 a controlada indireta CELG-D assinou o contrato de empréstimo (Contrato de Mútuo), junto à Equatorial Energia, no valor de até R\$ 1.500.000, com vigência de até 2 (dois) anos contados da data de sua assinatura. Em 06 de janeiro de 2023, foi liberado o montante de R\$ 25.142, cujo recurso é destinado a capital de giro, com o custo de CDI + 1,50% a.a. e vencimento final em 20 de fevereiro de 2023.

Liberação de recurso junto ao Banco Santander

Em 06 de janeiro de 2023, a controlada indireta CELG-D contratou empréstimo em moeda estrangeira via lei nº 4.131, no montante de US\$ 22.977, equivalente a R\$ 125.000, com proteção a exposição cambial para a taxa de CDI + 1,40% a.a., com o vencimento em 07 de março de 2023.

Liberação de recurso junto ao Banco Citibank

Em 09 de janeiro de 2023, a controlada indireta CELG-D contratou empréstimo em moeda estrangeira via lei nº 4.131, no montante de US\$ 20.522, equivalente a R\$ 110.000, com proteção a exposição cambial para a taxa de CDI + 1,40% a.a., com o vencimento em 09 de março de 2023.

Liberação de recurso da 2ª Emissão de Debêntures

Em 26 de janeiro de 2023, a controlada indireta CELG-D integralizou a 2ª Emissão de Debêntures em série única, no montante de R\$ 7.000.000, cujo recurso é destinado para refinanciamento de passivos financeiros e gestão ordinária da Emissora, com o custo de CDI + 1,50% a.a., e vencimento final em 20 de janeiro de 2026.

Liquidações antecipadas

Em 09 de janeiro de 2023, a controlada indireta CELG-D liquidou antecipadamente o contrato, ECF-232/2008 com a Eletrobras, no montante de R\$ 4.186;

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 26 de janeiro de 2023, a controlada indireta CELG-D liquidou antecipadamente parte do saldo da dívida reestruturada na aquisição, com o custo de CDI + 1,40% a.a., originada das operações de empréstimo de mútuo com a Enel Brasil S.A. e Enel *Finance International* N.V., no montante de R\$ 5.058.350. Em 13 de março de 2023, realizou a liquidação antecipada adicional de R\$ 511.000. Em 27 de março de 2023, liquidou antecipadamente o adicional de R\$ 1.022.000.

Em 15 de fevereiro de 2023, a controlada indireta CELG-D liquidou antecipadamente o contrato, CCB nº 50004444400 com a Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), no montante de R\$ 13.075.

Concessionária de Saneamento do Amapá

Ato Declaratório DRF nº 15/2023 habilitando a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

Em 15 de março de 2023, através da publicação no DOU do Ato Declaratório Executivo DFR/MNS nº 15, a Receita Federal do Brasil em exercício na Equipe Regional de Benefícios Fiscais (EBEN) da SRRF/2ªRF, habilitou a Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (CSA) a operar com REIDI, regime especial instituído pela Lei nº 11.488/2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007. O benefício do REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data publicação da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Contratação junto ao Citibank

Em 06 de fevereiro de 2023, a controlada indireta da Companhia assinou dois contratos de empréstimo via Lei nº 4.131, junto *Citibank*, no valor de R\$ 179.280 e outro no valor de R\$ 120.720, totalizando o volume captado de R\$ 300.000. Os dois contratos possuem vigência de 3 (três) anos com o custo de CDI + 1,38% a.a..

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Guilherme Mexias Aché

Luis Henrique de Moura Gonçalves

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Tania Sztamfater Chocolat

Tiago de Almeida Noel

Eduardo Haiama

Karla Bertocco Trindade

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Paulo Roberto Franceschi

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Bruno Cavalcanti Coelho
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente de Contabilidade e Tributos
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA